

BRUNO BATISTA PETTERSEN

**A EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE
QUINE**

Belo Horizonte

2006

BRUNO BATISTA PETTERSEN

A EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE

Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Lógica e Filosofia da Ciência

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Perini Santos

Belo Horizonte – MG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2006

Dissertação defendida e aprovada, com a nota 90 (noventa) pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Ernesto Perini Santos (Orientador) - UFMG

Prof. Dr. Paulo Margutti Pinto - UFMG

Prof. Dr. Tulio Aguiar - UFOP

**Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 03 de Julho de 2006**

Agradecimentos

Aos Professores:

Ernesto Perini Santos, que evitou que meus erros estivessem em maior número aqui. Mas especialmente agradeço a ele por me ensinar a precisão necessária aos argumentos.

Lívia Guimarães, por ter me ensinado o que significa fazer uma pesquisa em Filosofia.

Paulo Margutti e Ricardo Fenati, pela geração em mim do desejo de estudar Filosofia.

Aos colegas e amigos:

Anice Lima de Araújo, que pela energia me trouxe até aqui. E claro, pelas leituras das versões iniciais dessa dissertação.

Aos amigos com quem discuti muitos dos temas presentes aqui, em especial: Flávio Silva, Giovânio Aguiar, Eduardo Coutinho, Thiago Galery, Leonel Afonso, Igor Morici, Fábio Tenório e Abraão Tavares.

A minha família, meus pais, irmãos e avós, sem quem nada disso teria acontecido.

A CAPES, pelos dois anos de bolsa para a realização desta pesquisa.

Para as três mulheres que são a razão do meu trabalho:
Kathia, Luciana e Anice.

A origem do homem está comprovada (...)
Aquele que compreende o babuíno talvez
faça mais pela metafísica do que fez Locke.

Charles Darwin em Caderno de Anotações

Índice

Lista de abreviações das obras mais citadas	08
Nota acerca dos trechos citados	09
Resumo	10
Introdução	12
1. Primeiro Capítulo: Hume e Carnap e a origem das teses centrais para Quine	19
1.1. Hume, Metafísica e Crença	20
1.1.1. Hume: Empirismo, Ciência e Metafísica	20
1.1.2. A teoria das idéias	23
1.1.3. A teoria da crença – conhecimento	25
1.1.4. Explicação racional e natural: o modelo naturalista	31
1.2. Carnap, Significado e Verificação	32
1.2.1. Carnap e sua adesão metodológica.	33
1.2.2. Do <i>Aufbau</i> ao <i>Syntax</i> no problema da verificação e do significado	37
1.2.3. Carnap nas questões externas e internas	46
1.3. Conclusão do Primeiro Capítulo	51
2. Segundo Capítulo: A Epistemologia Naturalizada	52
2.1. A recusa da tradição epistemológica clássica e o problema do significado empírico	52
2.1.1. Discussão histórica	52
2.1.2. A Razão do Erro: O modo de se considerar o significado	64
2.2. A Naturalização da Epistemologia	75

2.3. Conclusão do Segundo Capítulo	97
3. Terceiro Capítulo: “Epistemologia Naturalizada”: Ainda Epistemologia?	99
3.1. Gettier, Quine e Justificação	99
3.2. As Objeções à Epistemologia Naturalizada	107
3.2.1. Primeiras Objeções	108
3.2.1.1. Jaegon Kim e o problema da justificação	108
3.2.1.2. Davidson – Razões e Causas	113
3.2.2. Segundas Objeções	116
3.2.2.1. Bonjour e a tarefa da epistemologia	116
3.2.2.2. Stroud – Ceticismo contemporâneo	119
3.3. Respostas Quineanas	124
3.3.1. Primeiras Respostas	124
3.3.2. Segundas Respostas	131
3.4. Conclusão do Terceiro Capítulo	134
Conclusão da Dissertação	135
Bibliografia	138

Lista de abreviações das obras mais citadas

David Hume

THN: *Treatise of Human Nature*

EHU: *Enquires Concerning Human Understanding*

Rudolf Carnap

Aufbau: *Der Logische Aufbau der Welt*

ESO: *Empirismo, Semântica e Ontologia*

Syntax: *The Logical Syntax of Language*

Willard Van Orman Quine

EN: *Epistemology Naturalized.*

WO: *Word and Object*

OR: *Ontological Relativity*

TDE: *Two Dogmas of Empiricism*

Nota acerca dos trechos citados

A grande maioria dos textos de Quine (e outros) foram consultados e analisados conforme eles aparecem na língua original. Todavia, para as citações constarem no corpo da dissertação elas foram traduzidas.

Com relação à tradução, elas foram de dois tipos: quando disponível as traduções, elas foram retiradas de edições em português dos textos; nos outros casos a tradução é de minha responsabilidade. Dado isso com relação às citações temos:

1. Quando possível, há nas citações uma referência tanto ao original quanto à página da tradução.
2. Quando só tivermos disponível a edição em português, a página da citação só se referirá à presente edição em português.
3. O mesmo dito acima, quando só tivermos disponível a edição em inglês.
4. Com relação às traduções de Hume, não usamos “páginas”, mas sim os “parágrafos”, que é a forma padrão de citação das obras dele.

Com relação às edições em português usadas para a tradução temos:

Hume

Tratado da Natureza Humana. Tradução de Déborah Danowski. Editora, UNESP. 2003

Investigação acerca do Entendimento Humano. Tradução Anoar Aiex. Edição Os Pensadores, 1996.

Quine

Relatividade Ontológica e Outros Ensaios. Coleção “Os Pensadores”, 1975.

“Relatividade Ontológica”. Tradução de Oswaldo Porchat

“Epistemologia Naturalizada” e “Espécies Naturais”. Tradução de Andréa Loparié

“Dois Dogmas do Empirismo”. Tradução de Marcelo Lima

Resumo

O objeto desta dissertação é a Epistemologia Naturalizada de Quine. No primeiro capítulo, nós investigamos sua origem dentro da tradição empirista. Examinamos a teoria naturalista de David Hume e a agenda reducionista para a filosofia da ciência de Rudolf Carnap. A epistemologia de Quine emerge da crítica destas posições.

O segundo capítulo é um exame detalhado do clássico artigo “Epistemologia Naturalizada” (1969) de Quine. Nós começamos pela apresentação da crítica de Quine do conceito de “significado empírico”, e então mostramos como esta crítica leva Quine a sua própria versão de uma epistemologia empirista. Sua epistemologia naturalizada tem dois pontos fundamentais, ambos reformulados a partir da tradição: (1) naturalismo – a epistemologia se torna um capítulo das ciências naturais, tal como a psicologia – e (2) uma versão do empirismo na qual a verificação de uma sentença ou uma teoria pode ser feita apenas de um modo holista.

O terceiro capítulo tem como foco as críticas ao projeto de Quine. Nós apresentamos quatro críticas, duas próximas de Quine, por Jaegwon Kim e Donald Davidson, e duas de um ponto de vista mais distante, por Laurence Bonjour e Barry Stroud. No final deste capítulo, nós iremos sugerir respostas quineanas a estas críticas.

Abstract

The subject of this dissertation is Willard Quine's Naturalized Epistemology. In the first chapter, we investigate its origins within the tradition of empiricism. We examine David Hume's naturalistic theory of belief and Rudolf Carnap's reductionistic agenda for the philosophy of science. Quine's epistemology emerges from the criticism of those positions.

The second chapter is a close examination of Quine's classic paper "Epistemology Naturalized" (1969). We begin by a presentation of the criticism of the concept of "empirical meaning", and then show how this criticism leads Quine to his own version of an empiricist epistemology. His naturalized epistemology has two main tenets, both reformulated from the tradition: (1) naturalism - epistemology becomes a chapter of the natural sciences, such as psychology - and (2) a version of empiricism in which the verification of a sentence or a theory can only be made in a holistic mode.

The third chapter is concerned with the criticisms of Quine's project. We present four criticisms; two closer to Quine, by Jaegwon Kim and Donald Davidson, and two from a more distant point of view, by Laurence Bonjour and Barry Stroud. At the end of this chapter we suggest quinean responses to those criticisms.

Introdução

A Obra

Willard Van Orman Quine (1908-2000) é um dos maiores filósofos do século XX. Suas incontáveis publicações cobrem diversos domínios, da lógica à epistemologia, passando pela matemática e ontologia. Em todos esses assuntos, as teses de Quine exerceram uma enorme influência na filosofia analítica atual. De um modo geral, Quine pode ser pensado como um dos filósofos centrais no estabelecimento da filosofia contemporânea.

Após terminar seu doutorado em 1932, Quine viaja para a Europa e lá encontra filósofos do Círculo de Viena, principalmente Carnap, que o guia nos seus estudos sobre lógica. Esta época na qual Quine encontra o Círculo de Viena e Carnap ocorre apenas quatro anos depois de Carnap ter publicado um dos seus maiores livros, o *Der Logische Aufbau der Welt* (1928). Seu encontro com Carnap foi marcante. Além de professor, Carnap se tornou amigo pessoal de Quine. Essa relação foi o que garantiu que Quine investisse suas energias durante o período pré II Guerra Mundial para trazer Carnap (que era de família judia) para a América.

Profundamente influenciadas por Carnap¹, as primeiras publicações em lógica de Quine são claramente um tipo de filosofia muito próxima daquela feita em Viena (veja o livro de 1934 *A System of Logistic*). É somente aos poucos que a filosofia de Quine começa a apresentar sinais de uma séria divergência teórica com seus antigos mestres europeus. Essas divergências aparecem já em 1950 no *Methods of Logic* e vão se mostrar decisivas no

¹ Para quem Quine dedica seu maior livro o *Word and Object*. A dedicatória é esta: “To Carnap, Teacher and Friend”

clássico *From a Logical Point of View* de 1953. Com relação a este livro, cabem aqui algumas observações.

From a Logical Point of View é um livro de artigos onde se destacam dois: *On What There is* e *Two Dogmas of Empiricism*. No primeiro artigo Quine apresenta de um modo brilhante sua teoria ontológica e lógica. Nele também pode ser destacada a grande habilidade de Quine para oferecer frases marcantes e significativas, como a *To be is to be the value of a variable*. O segundo artigo, *Two Dogmas of Empiricism* (TDE), é também fundamental. Quine apresenta neste artigo uma devastadora argumentação contra o que ele chama de os dois dogmas do empirismo: a distinção entre analítico-sintético e o reducionismo. Neste artigo o ataque é claramente às antigas posições defendidas no Círculo de Viena. Além das críticas, a argumentação de Quine foi responsável pela sugestão da tese holista (Duhem já a tinha sugerido, mas é Quine quem a amplia). O holismo depois de Quine representou uma opção viável em lógica, ontologia e epistemologia, a qual deveria ser seriamente considerada.

Depois de 1953, Quine já tinha uma grande reputação como filósofo. Mas é em 1960 que Quine apresenta sua principal obra: *Word and Object*. Este livro, em seus seis capítulos, discute temas como: aprendizado da linguagem, tradução, referência e ontologia. É difícil dentre estes temas destacar alguma tese fundamental, principalmente porque todo o livro é muito incisivo sobre os problemas que trata; mas de destaque certo há a tese da “Indeterminação da Tradução” que se tornará uma das grandes referências para o estudo da filosofia depois de 1960.

Word and Object é a obra de base de Quine. Seus livros subsequentes, de uma forma ou de outra, desejam revisar ou apresentar desdobramentos deste grande “Tratado” de Quine. Podem ser enfatizados alguns livros nessa esteira: o *Ontological Relativity and*

Other Essays de 1969, onde se encontra o artigo alvo dessa dissertação, o *Epistemology Naturalized*; outro é o livro de 1970, escrito com Ullian, *The Web of Belief*; depois, temos o livro de 1974 *The Roots of Reference*, e finalmente *Theories and Things* de 1981. Quine escreveu muitas outras obras, mas essas são certamente as mais influentes e inovadoras.

Quine foi professor de vários filósofos importantes, como: David Lewis; Gilbert Harman; Dagfinn Føllesdal; Donald Davidson; Daniel Dennett e Burton Dreben, apenas para citar alguns. Ele discutiu com teóricos como Chomsky, Kaplan, Strawson, Goodman e outros. Dada a enorme influência de Quine, seria uma tarefa gigantesca encontrar todos aqueles que foram influenciados de alguma forma por ele.

Em 25 de dezembro de 2000, Quine morreu, deixando uma impressionante obra e uma marca definitiva na filosofia.

A Epistemologia Naturalizada

A idéia da epistemologia naturalizada começou provavelmente com as primeiras relações entre a epistemologia, a ciência e o naturalismo. Vários podem ser listados como precursores desta idéia: de Bacon a Hume, de Neurath a Carnap, e todos aqueles que de algum modo trataram de relacionar a pesquisa empírica com a ciência. Todavia, atualmente é Quine a maior fonte do naturalismo epistemológico. Isso ocorreu a partir de 1969, quando ele apresenta o seu *Epistemology Naturalized* (EN).

O EN é um artigo que mostra como a tradição empirista falhou e como o empirismo poderia seguir sem os erros. Estas teses foram apresentadas pela primeira vez em Viena, sede da tradição empirista. A platéia era o alvo.

Este é um típico artigo de Quine: primeiro, ele demonstra uma enorme habilidade literária; segundo, o EN utiliza muito das idéias já consagradas de Quine, como a

“indeterminação da tradução” e principalmente as conclusões da última parte do TDE. Apesar de ter uma forte argumentação implícita no artigo, este aparece mais como um manifesto a favor de duas teses: (a) retirar a filosofia da base das ciências e (b) aproximar a investigação da epistemologia das investigações das ciências naturais. O artigo é recheado de frases fortes que levam o leitor a reconhecer algo muito importante, que é a grande relevância para a epistemologia do que é feito nas ciências naturais, principalmente na psicologia cognitiva. E este é um fator decisivo hoje. Fazer e discutir filosofia não podem ser atividades alheias às teses da ciência. Deve haver uma importante parceria entre a epistemologia e as ciências. Além de mostrar argumentos a favor do naturalismo, Quine convida o leitor a participar desse novo lugar da epistemologia.

Plano da Dissertação

Para estudar esse projeto de Quine, essa dissertação terá três capítulos:

No **primeiro**, chamado “Hume e Carnap e a origem das teses centrais para Quine”, apresentarei as teses de David Hume e Rudolf Carnap que foram decisivas no desenvolvimento da epistemologia naturalizada, seja porque Quine as critica, seja porque ele as retoma.

Quanto a Hume, concentrar-me-ei em mostrar como a sua filosofia mantém uma forte ligação com a ciência; e como há um desenvolvimento de uma “teoria da crença” em bases naturalistas. O ponto fundamental em Hume é que sua teoria mostra que nossas crenças não podem ser experiencialmente justificadas, o que não impede que nossas crenças sejam adequadas para agirmos no mundo. Em Hume, a questão da justificação das crenças acaba cedendo lugar para a teoria de como formamos as nossas crenças. Essa é uma

tese muito importante para o naturalismo, porque parece sugerir um abandono da normatividade das crenças e uma atenção maior à descrição dos processos cognitivos.

No que tange a Carnap, a apresentação se concentrará em mostrar como o projeto geral de sua filosofia se coloca, dando atenção a três pontos. O primeiro é o papel central da lógica e do empirismo na filosofia de Carnap, de que Quine aceita uma parte e critica outra. O segundo ponto é o mais importante, envolvendo as teses de Carnap acerca das idéias de “Verificação” e “Significado”. É somente a partir de uma crítica destas duas idéias que mais tarde a epistemologia naturalizada poderá funcionar. O terceiro ponto é uma discussão acerca da posição ontológica de Carnap, principalmente o seu convencionalismo, que servirá de inspiração para Quine na sua idéia de “Exílio Cósmico”.

É no **segundo capítulo**, intitulado “A Epistemologia Naturalizada”, que apresentarei detidamente o argumento de Quine no EN. Esse capítulo será dividido em duas partes.

A primeira parte do segundo capítulo é responsável por mostrar as falhas que Quine aponta na tradição epistemológica. Seu argumento central passa por uma reconsideração do modo de tratar o significado empírico: a idéia central é que não há um fundo experiencial para cada sentença. Essa tese irá implicar no abandono de todo o modelo fundacionista e reducionista para a epistemologia, que levará à reformulação empirista da epistemologia.

Na segunda parte do segundo capítulo, o objetivo será apresentar as características gerais da epistemologia naturalizada. Há pelo menos duas teses de base da epistemologia naturalizada, o empirismo e o naturalismo, que são ambas reformuladas por Quine. Por um lado, o empirismo de Quine é holista e não reducionista, o que implica em uma nova teoria da verificação. Por outro, o seu naturalismo retira da filosofia a idéia de um ponto de vista

externo e neutro, a partir da qual pudesse julgar a ciência. É na reunião dessas duas bases (empirismo e naturalismo) que a epistemologia naturalizada se faz possível.

O **terceiro capítulo**, intitulado “ “Epistemologia Naturalizada”: Ainda Epistemologia?”, contém uma avaliação das posições de Quine. Nele apresentarei argumentos diferentes que questionam a epistemologia naturalizada. As críticas serão apresentadas desde uma proximidade maior com o projeto de Quine, como são as críticas de Kim e Davidson, até críticas com um maior distanciamento de Quine, como Bonjour e Stroud. Essas críticas serão organizadas em quatro questões:

- 1) Devemos abandonar realmente a normatividade? E se a abandonarmos, como o conhecimento poderia ser pensado?
- 2) A evidência para as teorias é um conceito normativo? Experiências podem contar realmente como evidência ou razão para as teorias?
- 3) A epistemologia é um tipo de conhecimento melhor que outras áreas? Por que preferi-la?
- 4) O desafio cético ainda existe? Ele precisa ser resolvido? Como?

Após a apresentação dessas quatro dificuldades para a epistemologia naturalizada, mostrarei como Quine poderia responder cada uma dessas questões, mostrando que apesar das dificuldades, a epistemologia naturalizada é ainda uma grande tese.

A discussão sobre os argumentos e o debate acerca da “Epistemologia Naturalizada” de Quine é necessária em virtude da atual pertinência do debate naturalista em epistemologia, principalmente no que tange os limites do naturalismo.

He who wishes to investigate the questions of logic of science must, therefore, renounce the proud claims that sits enthroned above special sciences, and must realize that he is working in exactly same field as the scientific specialist, only with a somewhat different emphasis (...)
Carnap, *Syntax*

Primeiro Capítulo: Hume e Carnap e a origem das teses centrais para Quine

O objetivo deste primeiro capítulo será o de esclarecer como ocorreu a evolução do pensamento empirista até a chegada da epistemologia naturalizada de Quine, tendo como exemplos notórios David Hume e Rudolf Carnap.

Há três marcantes razões para o estudo destes dois filósofos em uma dissertação acerca da Epistemologia Naturalizada de Quine: (1) ambos autores tiveram uma influência decisiva em Quine, em particular Carnap, a quem Quine dedica seu principal livro, o *Word and Object*; (2) tanto Hume quanto Carnap já adiantaram, em certos aspectos, a proposta quineana para a epistemologia, sendo exegeticamente interessante verificar neles a gênese de algumas teses quineanas; (3) é a partir de uma crítica ao empirismo, principalmente ao de Hume e Carnap, que Quine desenvolverá sua epistemologia.

Para tal exame, este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, apresentarei a posição empirista de Hume e sua análise da formação de crenças. Em seguida, o objetivo será mostrar o projeto de Carnap para a filosofia, destacando o papel que nele desempenha a construção de uma linguagem formal.

1.1. Hume, Metafísica e Crença

Algumas das principais teses da filosofia de Hume que serão revistas no capítulo sobre Quine serão apresentadas rapidamente aqui. O programa será o seguinte: (1) mostrar como o empirismo se apresenta como base metodológica para Hume; (2) analisar sua “teoria das idéias” e sua distinção entre impressões e idéias; (3) indicar os principais aspectos do problema da causalidade; e (4) como a teoria a respeito da formação de crenças proposta por Hume nos fornece um novo modelo para a questão da justificação das crenças.

1.1.1. Hume: Empirismo, Ciência e Metafísica

No período em que David Hume (1711-1776) começou a publicar suas obras filosóficas, já havia um importante debate estabelecido: é o racionalismo ou o empirismo a melhor explicação de como o conhecimento é justificado? Essa questão tem por objetivo responder aos argumentos céticos², os quais dizem que o conhecimento não é passível de justificação. Para responder a esta questão, era necessário se colocar de um dos dois lados: ou o conhecimento pode ser justificado somente pela razão, ou somente pela experiência. Hume adota a segunda possibilidade.

Hume dará continuidade a uma longa tradição empirista, onde figuram Bacon, Berkeley e Locke. Ele acredita que o problema da justificação do conhecimento só pode ser resolvido através do empirismo, porque, para ele, o único contato que temos com o mundo é através dos nossos sentidos. Assim, só poderíamos ter algum conhecimento da natureza

² Em alguns casos na história da epistemologia moderna não era uma questão especificamente de vencer o desafio cético. Mas esse é um tema freqüente na elaboração das epistemologias modernas. Para maiores informações sobre esta relação entre o desafio cético e o desenvolvimento do ceticismo, veja o livro *The high road to Pyrrhonism*, de Richard Popkin.

através de uma verificação de nossas idéias na experiência, ou seja, nosso critério para a formação de crenças justificadas está na experiência sensível.

Com essa tese, Hume acaba por negar parte das idéias dos seus antecessores. Berkeley acreditava em um Deus que não era percebido; Locke aceitava a possibilidade de possuímos idéias inatas. O crivo de Hume era mais forte. Ele não fez nenhuma concessão em sua filosofia. Assim, aceitou apenas o que seria justificado pelas experiências (ou remetido a elas), nada mais. Podemos dizer que o objetivo de Hume era dar precisão à análise filosófica, e para tal, o princípio empirista assumido deveria ser tomado com toda a força e clareza.

O que motivou Hume nesse empreendimento empirista foi sua relação com a ciência³. Ele admirava profundamente os avanços da física de Newton e acreditava que essa representava uma explicação verdadeira acerca dos fenômenos naturais. Para Hume a teoria newtoniana tinha sido fundada no sólido terreno das experiências, e esta fundação garantiria a justificação das teorias científicas. A teoria de Newton servia então não propriamente como um método de investigação, mas como modelo do que uma teoria deveria fornecer: precisão e justificação das teses através da experiência.

Toda a consideração feita por Hume na introdução do *Tratado da Natureza Humana* foi para mostrar quatro pontos: (1) que a filosofia se encontrava em um estado de imprecisão; (2) que a maioria dos debates travados naquele período era ganho pela retórica e não pela força dos argumentos⁴; (3) que é necessário reconstruir toda a *ciência da*

³ Essa idéia não é exclusiva de Hume, muitos outros filósofos foram profundamente influenciados pela ciência. Hume é só mais um caso, com mais uma possível interpretação do que a ciência newtoniana teria realizado.

⁴ Hume diz no THN: “Disputes are multiplied, as if every thing was uncertain; and these disputes are managed with the greatest warmth, as if every thing was certain. Amidst all this bustle 'tis not reason, which carries the prize, but eloquence; and no man needs ever despair of gaining proselytes to the most extravagant hypothesis, who has art enough to represent it in any favourable colours. The victory is not gained by the men

natureza humana a partir do método experimental. Essa *ciência da natureza humana* é a mais básica de todas as ciências de acordo com Hume⁵. E, por fim, (4) que a filosofia alcançará uma precisão próxima da ciência, quando for estabelecido nela o método experimental⁶.

Com isto, teríamos o nascimento de uma nova filosofia, mais precisa e próxima das ciências, o que evitaria qualquer tese que não tivesse ligação com a experiência. Neste ponto, o adversário do empirismo era não apenas o racionalismo, mas mais do que isso: a **metafísica**. Esta é tomada por Hume como um tipo de discurso confuso, impreciso, que não pode ser justificado pela experiência e que por isso oferece teses sem sentido. É contra esse tipo de discurso, e visando a implantação do modelo da ciência na filosofia, que a obra de Hume é desenvolvida. Cito Hume:

A obscuridade é, de fato, penosa tanto para o espírito como para os olhos; todavia, trazer luz da obscuridade, por mais trabalhoso que seja, deve ser agradável e regozijador. Mas, objeta-se, a obscuridade da filosofia profunda e abstrata não é apenas penosa e fatigante, como também é uma fonte inevitável de incerteza e de erro. Na verdade, esta é a objeção mais justa e mais plausível contra uma parte considerável da metafísica, que não constitui propriamente uma ciência, mas nasce ou dos esforços estéreis da vaidade humana que queria penetrar em recintos completamente inacessíveis ao entendimento humano, ou dos artifícios das superstições populares que, incapazes de se defenderem lealmente, constroem estas sarças emaranhadas para cobrir e proteger suas fraquezas.⁷

at arms, who manage the pike and the sword; but by the trumpeters, drummers, and musicians of the army.” THN. Introduction. Pg. 3

⁵ Hume diz: “And as the science of man is the-only solid foundation for the other sciences, so the only solid foundation we can live to this science itself must be laid on experience and observation”. THN, Introduction, pg. 4

⁶ Este é inclusive o subtítulo do TNH: “An attempt to introduce the experimental method of reasoning into moral subjects”.

⁷ Obscurity, indeed, is painful to the mind as well as to the eye; but to bring light from obscurity, by whatever labour, must needs be delightful and rejoicing. But this obscurity in the profound and abstract philosophy, is objected to, not only as painful and fatiguing, but as the inevitable source of uncertainty and error. Here indeed lies the justest and most plausible objection against a considerable part of metaphysics, *that they are*

Deste modo, Hume apresenta sua rejeição à metafísica e revela sua opção pelo modelo empirista e científico para o desenvolvimento do conhecimento.

1.1.2. A teoria das idéias

Com o problema epistêmico em mãos, que perguntava como o conhecimento é justificado, Hume propõe sua “teoria das idéias”. Como um empirista, ele vai dizer que tudo que há em nossas mentes é fruto das nossas **percepções**. Essas percepções são de dois tipos, que compreendem a distinção entre sentir e pensar. O que sentimos é mais forte, evidente e sem dúvidas – é o que Hume chamou de “impressões”. Já o que pensamos é menos claro e algumas vezes carregado de dúvida – este tipo de percepção foi denominado por ele de “idéias”. As “idéias” são cópias das “impressões”, sendo que as primeiras se diferenciam das segundas pela intensidade proveniente da sensação. Por acreditar que cada idéia corresponde a uma experiência (como por exemplo, um matiz de azul corresponde a uma determinada experiência do azul) podemos dizer que essa correspondência, entre uma idéia e uma impressão, é a representação de um princípio **atomista e reducionista**. Isso garantiria, para ele, a justificação e o significado de nossas idéias. Temos então o chamado “Princípio da Cópia”, que serve como princípio normativo na filosofia de Hume. Esse princípio tem uma utilidade dupla: serve tanto para justificar nossas idéias, mostrando a qual impressão deve corresponder uma determinada idéia, quanto para dar o significado de

not properly a science; but arise either from the fruitless efforts of human vanity, which would penetrate into subjects utterly inaccessible to the understanding, or from the craft of popular superstitions, which, being unable to defend themselves on fair ground, raise these intangling brambles to cover and protect their weakness. Hume. EHU, Section I, § 10.

nossas idéias, onde em última instância, uma idéia só pode ser significativa quando tiver como origem uma impressão⁸.

Ora, se tudo o que temos em nossa mente são idéias enquanto cópia de impressões sensíveis, como explicar, por exemplo, a idéia de “Deus” ou ainda uma idéia ficcional como “carros que voam?” De onde estas idéias surgiram, se tudo o que há em nós provém da experiência? Para responder a esta questão, Hume nos diz o seguinte: Se apenas as idéias que derivam das impressões são justificadas, de qual impressão deriva a idéia de Deus? A resposta de Hume é: de nenhuma. O que o leva a dizer que essa idéia é injustificada (fictícia), assim como a idéia de carros que voam, a qual também não há nenhuma impressão da qual ela decorre.

A explicação para a formação dessas idéias em nossa mente é a associação de idéias. No caso da idéia de Deus, aumentamos a idéia de *ser humano* até o topo máximo das características; quanto à idéia de *carros voadores*, apenas relacionamos as idéias de *carro* e capacidade de *voar* numa terceira idéia que, apesar de ter derivado de impressões prévias, não é remetida imediatamente às impressões. Este princípio da cópia, que é essencialmente reducionista, fornece a Hume a possibilidade de dar significado a nossas idéias e recusar todas as outras que não podem ser remetidas diretamente à uma impressão.

Ele nos diz:

⁸ Aqui estabelecemos uma relação na teoria de Hume entre uma noção de justificação e de significação. Isso é necessário para podermos relacionar Hume com Quine com maior facilidade, além disso, acreditamos que essa interpretação pode revelar aspectos de Hume que nem sempre são claros. Vejamos então como a justificação e a significação aparecem. Podemos interpretar dessa forma a teoria das idéias de Hume: (1) Para que uma idéia seja *justificada* é necessário que ela possa ser assentada em uma impressão; (2) se não houver uma impressão da qual a idéia é derivada ela não é *justificada*; (3) Uma idéia é significativa se ela for derivada de uma impressão, mesmo que não seja justificada, como é o caso da idéia de um carro voador; (4) uma idéia não é *significativa* quando ela não é derivada de nenhuma impressão, como é o caso, para Hume, da idéia de Deus.

Portanto, quando suspeitamos que um termo filosófico está sendo empregado sem nenhum significado ou idéia — o que é muito freqüente — devemos apenas perguntar: de que impressão é derivada aquela suposta idéia? E, se for impossível designar uma, isto servirá para confirmar nossa suspeita. É razoável, portanto, esperar que, ao trazer as idéias a uma luz tão clara, removeremos toda discussão que pode surgir sobre sua natureza e realidade⁹.

Para Hume, há três tipos de associação de idéias: **contigüidade**¹⁰ no tempo e espaço, **semelhança**¹¹ e **causalidade**. Destes três princípios, o mais importante é o da causalidade e é somente com ele que realmente ligamos duas idéias diferentes e não apenas as fortalecemos. Veremos abaixo o que Hume tem a dizer sobre essa relação.

1.1.3. A teoria da crença - conhecimento

O próximo passo dado por Hume é saber como o conhecimento funciona. Para responder a isto ele vai desenvolver uma teoria a respeito da formação das crenças. Vou dar duas definições de crença para Hume, uma no EHU e outra no THN:

Digo, pois, que a crença não é nada senão uma concepção de um objeto mais vivo, mais vívido, mais forte, mais firme e mais estável que aquela que a imaginação, por si só, seria capaz de obter¹².

[Crença é] uma idéia vívida relacionada ou associada com uma impressão presente¹³.

⁹ “When we entertain, therefore, any suspicion that a philosophical term is employed without any meaning or idea (as is but too frequent), we need but enquire, from what impression is that supposed idea derived? And if it be impossible to assign any, this will serve to confirm our suspicion. By bringing ideas into so clear a light we may reasonably hope to remove all dispute, which may arise, concerning their nature and reality”. Hume, EHU, Section II, § 9.

¹⁰ Através da contigüidade fortalecemos ou diminuimos a força das idéias. Por exemplo, enquanto eu ainda estava escrevendo a primeira versão da dissertação a idéia da defesa dela não me era clara. Quanto mais eu me aproximo no tempo da época da defesa, mais essa idéia se torna clara e forte na minha mente. Ver Hume, EHU, Section III, § 2

¹¹ Através da semelhança também fortalecemos ou diminuimos a intensidade das idéias, como quando escuto uma voz semelhante à da minha irmã, lembro-me rapidamente dela. Ver Hume, EHU, Section III, § 2.

¹² I say, then, that belief is nothing but a more vivid, lively, forcible, firm, steady conception of an object, than what the imagination alone is ever able to attain Hume, EHU, Section V, § 12.

¹³ “[Belief is a] Lively idea related to or associated with a present impression” Hume, THN, Livro I, Parte III, Seção VII, § 5.

Para Hume, **crença** é a associação de uma impressão presente, que é inegável para nós, a uma idéia passada (na memória). É a partir da **conexão** que é estabelecida entre o passado e o presente que as crenças são geradas. A partir dessa formação da crença, podemos antecipar como um evento se desenrolará, mesmo antes que ele aconteça, como, por exemplo, quando, ao ver uma chama, acreditamos que ela poderá nos queimar. Nesse sentido, a crença é o que faz com que atribuamos continuidade ao mundo, sendo responsável pelas nossas ações serem do modo que são.

E quanto ao fato de as crenças serem ou não conhecimento, ou melhor, serem ou não justificadas? Para respondermos a essa questão, é necessário investigar a origem da conexão realizada na formação das crenças, e, sobre essa teoria da crença, duas perguntas são feitas: (1) qual é o mecanismo cognitivo que faz a ligação entre passado e presente? E (2), este mecanismo produz uma crença justificada? As respostas são: (1) a relação causal e (2) não. Vamos ver como isto é possível.

Para Hume, existem dois objetos da razão humana: as “relações de idéias” e as “questões de fato”. Ele nos diz:

Todos os objetos da razão ou da investigação humanas podem dividir-se naturalmente em dois gêneros, a saber: relações de idéias e de fatos. Ao primeiro tipo pertencem as ciências da geometria, da álgebra e da aritmética e, numa palavra, toda afirmação que é intuitivamente ou demonstrativamente certa. (...) Os fatos, que são os segundos objetos da razão humana, não são determinados da mesma maneira, nem nossa evidência de sua verdade, por maior que seja, é de natureza igual à precedente. O contrário de um fato qualquer é sempre possível, pois, além de jamais implicar uma contradição, o espírito o concebe com a mesma facilidade e distinção, como se ele estivesse em completo acordo com a realidade. (...) Todos os raciocínios que se referem aos fatos parecem fundar-se na

relação de causa e efeito. Apenas por meio desta relação ultrapassamos os dados de nossa memória e de nossos sentidos¹⁴.

Para Hume, as relações de idéias são justificadas por elas mesmas, dito de outro modo, elas são **analíticas**. São apenas uma pequena parte do conhecimento humano e sozinhas não explicam nada a respeito da natureza, por não tratarem da experiência.

A maior parte dos “objetos da razão” humana está fundada nas questões de fato, que versam sobre a ligação causal na experiência. Ao contrário das relações de idéias, todos os enunciados das questões de fato são **sintéticos**, uma vez que provêm da ligação dos eventos na experiência. Para Hume, só existe conhecimento quando ligamos as idéias através de uma relação causal sinteticamente¹⁵. Uma vez reconhecida a relação de causa e efeito, Hume passa a estudá-la, para saber como é formada. Segundo ele, essa relação é estabelecida na experiência, como quando vemos muitas vezes a água matar a sede e ligamos¹⁶ a água à sede. Para Hume, alguém que nunca tivesse tido uma experiência que ligasse dois eventos não poderia estabelecer que um é causa do outro. Hume diz: “Quem

¹⁴ ALL the objects of human reason or enquiry may naturally be divided into two kinds, to wit, *Relations of Ideas*, and *Matters of Fact*. Of the first kind are the sciences of Geometry, Algebra, and Arithmetic; and in short, every affirmation which is either intuitively or demonstratively certain. (...)Matters of fact, which are the second objects of human reason, are not ascertained in the same manner; nor is our evidence of their truth, however great, of a like nature with the foregoing. The contrary of every matter of fact is still possible; because it can never imply a contradiction, and is conceived by the mind with the same facility and distinctness, as if ever so conformable to reality. (...)All reasonings concerning matter of fact seem to be founded on the relation of *Cause and Effect*. By means of that relation alone we can go beyond the evidence of our memory and senses., Hume, EHU, Section IV, § 1.

¹⁵ O ponto aqui é clássico hoje: juízos analíticos têm o predicado no interior do sujeito e por isso sua decomposição não revela nada mais do que já havia no próprio juízo. Já os juízos sintéticos têm o predicado fora do sujeito, o que faz com que ao se reunir um predicado a um sujeito tem se gerada uma concepção que não estava presente em nenhum dos dois. A ligação entre esse predicado e o sujeito é realizada para Hume pela relação de causa e efeito e é somente ela que é conhecimento, por ligar algo que não era imediatamente dado na experiência.

¹⁶ Aqui o verbo dá a entender que a ligação é intencional, mas não é o caso. A ligação entre idéias é sempre natural, ela é parte fundamental do nosso mecanismo cognitivo.

será capaz de afirmar que pode dar a *razão* última por que o leite e o pão são alimentos apropriados ao homem e não a um leão ou a um tigre?¹⁷” (meu itálico).

Para Hume, conhecer pelas questões de fato é aprender a “ligar” através da experiência dois eventos distintos através uma *conexão necessária* entre eles e não apenas uma *conjunção constante* – Hume estabelece uma distinção entre a necessidade e a conjunção, onde a conjunção não implica em ligação total e a conexão, sim. Vejamos o exemplo: os médicos notaram que, ao ministrarem uma vacina em um certo dia, todas as pessoas ficaram enjoadas. Eles percebem que sempre que há a vacina há enjôo. Todavia, é muito pouco um dia só e apenas um grupo de pessoas para estabelecermos os efeitos de uma vacina (mesmo que o evento se repetisse por anos). Para podermos dizer que conhecemos os efeitos de uma vacina, deveríamos ter uma conexão necessária. E essa só surgiria de uma repetição freqüente (necessária) com um grupo de controle que fosse confiável.

Mas, ao estabelecer a relação causal através da conexão necessária, Hume indaga:

Pode-se admitir que a *experiência* passada dá uma informação *direta* e *segura* apenas sobre determinados objetos em determinados períodos de tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: por que esta experiência tem de ser estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência¹⁸.

¹⁷ “Who will assert that he can give the ultimate *reason*, why milk or bread is proper nourishment for a man, not for a lion or a tyger?” Hume. EHU, Section IV, §7.

¹⁸ “As to past *Experience*, it can be allowed to give *direct* and *certain* information of those precise objects only, and that precise period of time, which fell under its cognizance: But why this experience should be extended to future times, and to other objects, which for aught we know, may be only in appearance similar; this is the main question on which I would insist.” Hume. EHU, Section IV, §16.

O argumento é o seguinte: conhece-se a relação causal através da experiência, e a experiência pode informar apenas sobre aquele momento no qual ela ocorre, dado isto, como saber se a ligação causal se repetirá no futuro? O que nos leva a passar de ““a” e “b” conjugados”, para dizer “se “a”, então “b””? Dito de outro modo, qual é a garantia de uma *generalização empírica*? Se aceitarmos o empirismo de Hume, que nos diz que na mente só há impressões e idéias frutos da percepção, qual outro mecanismo teríamos para conhecer a relação causal, que não a experiência? Não há nenhuma justificativa encontrada na experiência para ir do presente-passado ao futuro.

Seria então um argumento racional? A inferência seria feita não pela experiência e sim pela razão? Hume não poderia aceitar que seja pela razão e não pela experiência, por alguns motivos:

- 1) Seu empirismo diz que não há como ir além da experiência.
- 2) Todo o conhecimento está baseado em relações causais, que são geradas na associação de idéias originadas das percepções.
- 3) Todas as nossas crenças são formadas de um modo natural e não racional. Hume está pensando em um **mecanismo psicológico** para a formação das crenças, e não tentando buscar para elas uma origem racional. Enquanto faculdade, a razão tem sua força diminuída na filosofia de Hume.

Desta forma, é somente através de um mecanismo natural que passamos de uma causa para um efeito. Este mecanismo foi denominado por Hume de **hábito** ou **costume**.

Ele diz:

Este princípio é o **COSTUME** ou o **HÁBITO**. Visto que todas as vezes que a repetição de um ato ou de uma determinada operação produz uma propensão a renovar o mesmo ato ou a

mesma operação, sem ser impelida por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos sempre que esta propensão é o efeito do costume. Utilizando este termo, não pretendemos ter dado a razão última de tal propensão. *Indicamos apenas um princípio da natureza humana*, que é universalmente reconhecido e bem conhecido por seus efeitos.¹⁹
(meus itálicos)

Ou seja, a relação causal não é gerada nem pela razão e nem somente por uma experiência, mas sim por um mecanismo natural e instintivo. Poderíamos dizer assim que não temos justificção para nossas crenças. Inclusive, algumas vezes esse processo de formação de crenças pode falhar. Mas Hume responde: no caso de falha é necessária apenas uma revisão das crenças falsas a partir das novas impressões que demonstraram a falha da crença passada. Uma interpretação desta idéia de hábito aproxima Hume de Darwin, onde o hábito seria um mecanismo cognitivo que se aperfeiçoou ao longo do processo evolutivo, sendo um meio de geração de crenças que se mostrou confiável ao longo de incontáveis gerações, que é capaz mesmo de possibilitar a revisão das crenças²⁰.

Para corrigir nossas crenças é necessário tomarmos a experiência como critério. É através da regularidade que percebemos na natureza que podemos nos fiar. Não há outra forma de adquirirmos conhecimento. Neste caso, a regulação das crenças é também natural. A questão acerca da justificção das crenças será resolvida se tomarmos a *probabilidade* da

¹⁹ “This principle is CUSTOM or HABIT. For wherever the repetition of any particular act or operation produces a propensity to renew the same act or operation, without being impelled by any reasoning or process of the understanding, we always say, that this propensity is the effect of Custom. By employing that word, we pretend not to have given the ultimate reason of such a propensity. We only point out a principle of human nature, which is universally acknowledged, and which is well known by its effects.”Hume. EHU, Section V, §5.

²⁰ Há uma influente interpretação do problema do conhecimento e da indução em Hume, defendida por intérpretes como João Paulo Monteiro. Monteiro defende no seu artigo “*Indução e Hipótese na Filosofia de Hume*” que a explicação de Hume acerca do conhecimento é pré-darwinista no sentido que a indução é um mecanismo cognitivo presente em todos os animais (ver seção IX do EHU) e que no ser humano ela também está presente, todavia de um modo mais refinado do que aparece na maioria dos animais. A indução é um modo natural de se associar idéias que permite previsões avançadas e precisas. Essa interpretação revela uma ligação importante entre o naturalismo de Hume e a tese naturalista contemporânea, a qual tem como característica central a adoção do modelo darwinista de explicação do conhecimento humano.

regularidade apresentada na natureza se repetir no futuro. Quanto mais provável, mais certa será a crença.

1.1.4. Explicação racional e natural: o modelo naturalista

Há aqui uma aparente tensão, freqüentemente alvo dos estudos sobre Hume, entre o naturalismo e o ceticismo. De um lado, há o ceticismo de Hume que inviabiliza a justificação de nossas crenças. De outro, temos o naturalismo, que nos diz que nossas crenças são formadas por um mecanismo natural e não pela razão, e mais, que as crenças formadas através do hábito são confiáveis, quando apoiadas na experiência. Como resolver essa tensão? Intérpretes de Hume vêm há tempos discutindo essa questão, sem nunca chegar a um consenso geral²¹.

De um modo geral, o que Hume fez foi reorientar a forma como a modernidade pensava o conceito de crença e conhecimento²². Na modernidade, conhecer sempre esteve relacionado a uma estrita justificação racional, não só para os racionalistas, mas também para os empiristas. A explicação racional poderia mostrar que a passagem da causa para o efeito é verdadeira. Já com a explicação naturalista de Hume não há garantias de que essa passagem seja de fato verdadeira, há apenas uma probabilidade. Mas para uma explicação do tipo humeana (ou naturalista), não se trata de uma questão de escolha entre os tipos de

²¹ Plínio Smith tem uma interpretação interessante que tenta unir o ceticismo e o naturalismo na idéia de um "ceticismo mitigado". Essa tese está muito próxima daquilo que expus acima. Em resumo, Smith diz: "O ceticismo humeano, revela (...) aspectos naturalistas que lhe são inerentes, pois a intenção desse ceticismo não foi a de recusar nossas crenças, mas antes foi a de explicar os princípios naturais subjacentes a elas." Smith, O ceticismo de Hume, pg. 291

²² Numa análise da filosofia moderna, F. Brahami, no seu livro "Le travail du scepticisme", mostra que o conceito de "crença" passa a ser central no problema do conhecimento somente com Hume. Para a idéia de crença chegar em Hume houve um importante trabalho teórico de crítica ao conhecimento e à teologia natural realizado pelos cétricos moderno, como Montaigne e Pascal. Mas é só em Hume que a idéia da "ciência do conhecimento humano" passa a ser a "análise da crença", que visa entender o ser humano como um animal que crê. Para nós, essa tese traz um acréscimo importante: Hume é o primeiro filósofo moderno a pensar

explicação, mas antes, de compreender como realmente os seres humanos formam suas crenças. O ponto de Hume não é que as crenças não sejam confiáveis. Na verdade, o que ele está propondo é o modo como nossas crenças são formadas e como vivemos de acordo com elas. Ele se contenta com uma explicação psicológica da formação das crenças e reconhece a impossibilidade de justificação da relação causal²³. Ao invés de lamentarmos por não haver como justificar racionalmente nossas crenças, o que devemos fazer é uma pesquisa acerca de como pensamos. Mas aqui não há uma oposição entre *justificar racionalmente* e *justificar naturalisticamente*. Esta última forma de justificação seria apenas uma falácia naturalista. A oposição é entre *justificar racionalmente* e *explicar naturalisticamente*, sendo que Hume opta pela segunda.

Na seção abaixo, irei mostrar como outra posição empirista, representada pelo Círculo de Viena e, principalmente por Carnap, herda muito da posição de Hume, no que tange a proximidade da ciência e a rejeição da metafísica.

1.2. Carnap, Significado e Verificação

Apresentarei agora três aspectos da filosofia de Carnap: (1) seu comprometimento metodológico com o empirismo e com a lógica, (2) seu projeto no *Der Logische Aufbau der Welt (Aufbau)* e no *The Logical Syntax of Language (Syntax)*, enfatizando as noções de significado e verificação, e (3) sua posição acerca das questões internas e externas. A

naturalisticamente o conhecimento do ponto de vista da formação das crenças. Essa idéia marcará o naturalismo contemporâneo de um modo geral.

²³ Recentemente uma idéia vem sendo desenvolvida em alguns intérpretes de Hume, segundo a qual ele não estaria fazendo realmente epistemologia, mas psicologia. A idéia é que Hume deixaria de lado a questão epistemológica acerca da justificação de nossas idéias e se fixaria no processo de formação das crenças. Se essa interpretação acerca da filosofia de Hume for correta, ele estaria mais próximo do naturalismo

apresentação destes três pontos seguirá uma ordem cronológica, não tendo a intenção de fechar a interpretação acerca de qualquer um destes pontos.

1.2.1. Carnap e sua adesão metodológica.

Carnap nasce em 1891 em Ronsdorf Alemanha. Importantes desenvolvimentos teóricos que estão em ascensão justamente neste período irão determinar fortemente sua filosofia: o principal é a lógica. Havia pelo menos **dois** desenvolvimentos lógicos que afetaram seus estudos: o **primeiro** é o desenvolvimento da lógica formal, a partir de Frege (que é continuada por Russell no *Principia Mathematica*), que é fundamental em si mesma e também como parte do desenvolvimento de uma teoria da linguagem e da ciência. Para compreendermos Carnap é importante percebermos como a força dessa nova lógica aparecia para a resolução de problemas filosóficos.

O **segundo** desenvolvimento da lógica que irá afetar a Carnap é como a lógica poderia servir para determinar os fundamentos da matemática. É o movimento **logicista**. O mote central deste projeto era poder garantir a certeza matemática através da redução dos seus axiomas e teoremas aos axiomas da lógica, que eram naquele momento tomados como auto-evidentes. Carnap descreve bem o projeto logicista do qual ele vai se tornar partidário:

Desde que todo conceito matemático seja derivado a partir dos conceitos fundamentais da lógica, [então] toda sentença matemática pode ser traduzida em uma sentença sobre conceitos puramente lógicos, e sua tradução é então deduzida a partir das sentenças lógicas fundamentais²⁴.

contemporâneo do que sempre esteve, já que parte do movimento naturalista atual consiste claramente no abandono da epistemologia em detrimento da psicologia.

²⁴ “Since every mathematical concept is derived from the fundamental concepts of logic, every mathematical sentence can be translated into a sentence about purely logical concepts, and this translation is then deducible from the fundamental logical sentences” Carnap. “The Old and New Logic” p.141

O primeiro destes desenvolvimentos fez com que Carnap e outros trouxessem a lógica para uma análise filosófica mais ampla; o segundo fez crer na possibilidade de reduzir a filosofia a axiomas auto-evidentes da lógica, do mesmo que como acontecia com a matemática. Temos assim o quadro do início do século XX. Mas qual seria o próximo passo? Wittgenstein o ditou com seus aforismos lógicos no *Tractatus Logicus-Philosophicus* que surge em 1922. Em um dos livros mais importantes do século XX, Wittgenstein sugere que a lógica deveria ser utilizada para a realização da crítica da linguagem. As conseqüências finais do *Tractatus* são controversas e poucos a aceitaram. Todavia, o mote do *Tractatus* estava proposto: de agora em diante a lógica deveria reavaliar toda a linguagem. Clara como a água era a força da lógica.

Antes de trazer à nossa discussão seu membro mais ilustre, Carnap, é importante deixar outro ponto aparecer: a **ciência**. Ela é um dos fenômenos culturais que mais moldou a face do ocidente. Desde Galileu, ou até um pouco antes, a ciência (inicialmente a física matemática) se tornou a principal fonte de conhecimento do mundo físico. A desenvoltura e o sucesso nas previsões das teorias físicas foram cada vez ganhando mais terreno. Na época da apresentação das teses newtonianas, a física não tinha problema ao se impor como a descrição verdadeira acerca da natureza. O sucesso fora estrondoso e se espalhou por todo o ocidente. As ciências que nasceram após a física de Galileu e Newton tentaram segui-las. Um fato interessante foi o surgimento da Sociologia, que se valia da estatística matemática para justificar suas primeiras afirmações. Aqui, nada mais temos do que uma tentativa de levar o sucesso matemático da física para o mundo social. No final do século XIX e no início do século XX, a ciência, agora física, química, biologia, sociologia, etc., estavam todas em um estado de franco sucesso para explicar o mundo. Mesmo a mudança na física,

de Newton para Heisenberg e Einstein, não era um problema. Na verdade, essas mudanças representavam o avanço da capacidade explicativa. E é justamente sobre esse domínio da capacidade explicativa que a ciência atuou. O que aconteceu aos poucos foi que a ciência passou a ser a fonte de toda explicação do mundo natural.

Se observarmos as mudanças ocorridas na filosofia veremos que já em Hume a ciência aparecia como a fonte a ser seguida. Basta que nos lembremos do subtítulo do THN²⁵. Em Kant, a filosofia precisava encontrar os seus juízos sintéticos *a priori*, de que a ciência newtoniana já dispunha. Posteriormente, outro movimento filosófico, o positivismo de Comte, apresentava a ciência como ápice da cultura ocidental, e sendo que a metafísica e a religião deveriam ficar para trás, como provas respectivamente da adolescência e da infância do ocidente: a ciência era nossa fase adulta. Foi nesse período que a filosofia da ciência nasceu como ramo independente da filosofia, e isso aconteceu devido a filósofos como Popper e Carnap.

No seu primeiro trabalho reconhecido, o *Der Raum* (Sobre o espaço, de 1922), Carnap apresenta seu interesse central, que é a discussão sobre a ciência. É nessas primeiras décadas do século XX que aparece um movimento decisivo: o Círculo de Viena. Composto de filósofos, físicos, matemáticos e lógicos, como Gödel, Hanh, Neurath e Carnap, o Círculo de Viena se propunha a fazer uma ampla discussão que fosse da lógica à sociologia. Para isso, a principal ferramenta seria a lógica, pois somente ela poderia clarificar o caminho para qualquer área do conhecimento.

Além da lógica, Carnap e os membros do Círculo de Viena tinham também como princípio o **empirismo**. Como “empiristas lógicos”, os membros do Círculo de Viena não

estavam dispostos a nenhum tipo de comprometimento que fosse além da fronteira da lógica e da experiência. Com essas duas prerrogativas metodológicas, lado a lado, o Círculo acreditava em duas grandes teses: (1) tornar a filosofia uma área do conhecimento menos confusa e mais bem-sucedida (como a ciência) e (2), elaborar, através de uma construção lógica e experiencial, uma linguagem básica e fundamental que servisse como uma fonte de ligação entre as várias ciências, da física à filosofia, da sociologia à biologia. Carnap irá ser partidário destes dois ideais. Vejamos como eles se apresentam em sua filosofia.

(1) Em um clássico artigo chamado “*A eliminação da metafísica através da análise lógica da linguagem*” de 1932, Carnap procurou mostrar que a filosofia “metafísica” não era um caminho a ser seguido. Essa filosofia metafísica era um tipo de investigação sem método e sem clareza que acabava por não ajudar a ciência, atrapalhando o conhecimento. Para os membros do Círculo essa metafísica deveria ser *eliminada* como uma forma de se desenvolver o conhecimento. Num tom irônico, Carnap nos diz que essa filosofia poderia existir ainda como uma forma artística (mas sem talento artístico) para mostrar as carências do ser humano²⁶. Todavia, o ponto central era a constatação de que a metafísica não poderia ser tomada como conhecimento. A filosofia deveria ser revista pela lógica e pela experiência, e só assim ela poderia estar livre de todos os erros.

(2) Com relação à unidade das ciências, os membros do Círculo desejavam desenvolver um vocabulário que pudesse coexistir entre as ciências e funcionasse como *ponte* de uma para outra. Deveria ser um vocabulário muito básico para funcionar como fundamento e ponte para todas as ciências e que garantisse a unidade destas. Mas engana-se quem pensa que a atividade do Círculo era exclusivamente “filosófica”. Para o Círculo de

²⁵ Ver nota 6.

²⁶ Carnap, “*The elimination of metaphysics through logical analysis of language*”, pgs. 79-80

Viena e Carnap a própria filosofia deveria mudar, ela deveria se unir às ciências, não como rainha, mas como colega de pesquisa. Todos buscarão a mesma coisa, que é o conhecimento empírico da natureza. Não haveria nenhuma área do conhecimento superior à outra. Carnap tem uma bela frase sobre isso:

Aquele que deseja investigar as questões da lógica da ciência deve, portanto, renunciar às reivindicações orgulhosas que a coloca [a filosofia] entronada acima das ciências especiais, e deve compreender que ele está trabalhando no mesmo campo do especialista científico, somente com uma ênfase um tanto diferente²⁷.

A própria variedade de teóricos²⁸ que faziam parte do Círculo demonstrava essa unidade. O que uniria as ciências e tornaria a atividade filosófica por excelência seria a união da lógica com o empirismo.

1.2.2. Do *Aufbau* ao *Syntax* no problema da verificação e do significado

É importante observarmos que nem o *Aufbau* de 1928 nem o *Syntax* de 1934 têm como tema central o problema da verificação. Mas como ambos os textos tratam de criar ou uma linguagem ou uma sintaxe formal, estes dois livros têm de tratar do problema do significado e da verificação das sentenças. Vejamos como isso ocorre.

Em 1928 Carnap lança o livro que teve grande repercussão, o *Aufbau der Welt*. Não poderia ser um título melhor. Seguindo os rumos que apontei acima, o *Aufbau* se pretende como uma reconstrução de toda a linguagem, gerando uma outra linguagem mais básica e formal, com o mínimo comprometimento epistêmico e ôntico, que tem como proposta

²⁷ “He who wishes to investigate the questions of logic of science must, therefore, renounce the proud claims that sits enthroned above special sciences, and must realize that he is working in exactly same field as the

estrutural possibilitar a tradução da linguagem ordinária ou a científica (chamadas de *L1*) em uma linguagem formal (*L2*). Para isto, o *Aufbau* apresenta um **sistema de definições** formado a partir dos objetos da experiência de um sujeito com um grande rigor formal. Essas definições seriam construídas a partir da idéia de “similaridade lembrada”, que ocorre quando reunimos pontos da experiência de um sujeito a partir de uma similaridade lembrada entre eles. Assim, a partir de uma experiência, poderiam ser deduzidas outras, onde a similaridade será usada para definir as propriedades das coisas. Os conceitos da ciência e da filosofia seriam, portanto, gerados com grande precisão lógica e experiencial através desse sistema de definições. Assim, os dois pré-requisitos para a nova filosofia, a lógica e o empirismo, formam a base metodológica a partir da qual a reconstrução deveria ser realizada: o empirismo, com o recurso às experiências na similaridade lembrada e a lógica, com a formalização destas experiências. Nesta estrutura fenomenalista e reducionista de geração de conceitos, Carnap esperava poder elaborar uma linguagem formal capaz de evitar os erros que as ciências ou a antiga filosofia cometeram (embora sejam erros distintos)²⁹.

O que o projeto oferecido no *Aufbau* possibilita é traduzir o vocabulário de uma linguagem *L1*, que é pouco clara em seus comprometimentos (como a ciência, a filosofia ou a linguagem ordinária), em uma linguagem *L2*, rígida e formal, totalmente clara a respeito de suas pressuposições (composta de lógica mais o dado da experiência). Ao traduzir a linguagem *L1* na *L2*, seria mostrado o verdadeiro significado das sentenças em *L1*. Era um

scientific specialist, only with a somewhat different emphasis (...).”Ver, Carnap “The Logical Syntax of Language”, p.332

²⁸ O círculo de Viena tinha matemáticos, físicos, químicos, filósofos e outros.

²⁹ Ver, *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Verbete “Carnap”. E ver também, Ayer “*Editor’s Introduction*”, pgs. 13-14

projeto de tradução das sentenças com vistas a determinar precisamente seu significado.

Em um texto de 1932/33, Carnap expõe como essa tradução deveria ocorrer:

A definição de uma expressão “a” através de expressões “b”, “c”,... representa uma regra de tradução com a ajuda da qual qualquer sentença na qual “a” ocorra pode ser traduzida em uma sentença onde “a” não ocorra, mas “b”, “c”... ocorram, e *vice versa*. A tradutibilidade de todas as sentenças da linguagem L1 em uma (completa ou parcial) linguagem L2 diferente é assegurada se para toda expressão de L1, uma definição é apresentada na qual direta ou indiretamente (i.e., com a ajuda de outras definições) se deriva a expressão a partir de expressões de L2³⁰.

Seria uma tradução para determinar o significado das sentenças.

O *Aufbau* representa, portanto, uma tentativa eficiente para verificar e dar o significado correto das sentenças. É justamente aqui que surge o chamado “Problema da Verificação”. Essa era uma das questões mais importantes de toda a história do Círculo de Viena, e era, por sua vez, a reunião de um problema epistêmico – como verificar sentenças – com um problema semântico – como mostrar o significado das sentenças. A solução encontrada pelo Círculo de Viena e por Carnap foi chamada *Princípio da Verificação*, que pode ser formulado da seguinte forma:

“O significado de uma sentença é o seu método de verificação³¹”

A base desta tese continua sendo a lógica e o empirismo, todavia de uma forma diferente: a **distinção analítico/sintético**. Dado isto, havia apenas **dois** modos de significar e verificar uma sentença: (i) um modo analítico (lógico), que consistia em tornar uma sentença

³⁰ “The definition of an expression “a” by means of expression “b”, “c”,... represents a translation-rule with the help of which any sentence in which “a” occurs may be translated into a sentence in which “a” does not occur, but “b”, “c”...do, and *vice and versa*. The translatability of all sentences of language L1 into a (completely or partially) different language L2 is assured, if for every expression of L1, a definition is presented which directly or indirectly (i.e., with the help of other definitions) derives that expression from expressions of L2.”Carnap. “*Psychology and Physical Language*”, pgs. 166-167

significativa em virtude de sua estrutura lógica; e (ii) um modo sintético (empírico) que consistia em verificar uma sentença em virtude de uma experiência que a comprove. Através deste método era possível distinguir aquelas sentenças verdadeiras analiticamente daquelas verdadeiras sinteticamente.

Um ponto fundamental deste princípio está em que, para ser significativa, uma sentença deve ter um método de teste. Ela não precisa ser efetivamente testada. Não é o caso de testar sentença por sentença, mas sim determinar o que poderia contar como um teste para cada sentença. Apresentarei abaixo algumas sentenças de acordo com este princípio da verificação.

1. *A soma dos ângulos internos de um triângulo é 180° .* Essa é uma sentença **significativa**, seu significado é dado **analiticamente** em virtude do sistema no qual ela é gerada: a geometria euclidiana. Neste caso, a sentença, além de ser significativa, é verdadeira e justificada.
2. *A raiz quadrada de 9 é igual a 2.* Essa é uma sentença **significativa**, mas é falsa. Seu significado é determinado **analiticamente**, e notamos que, embora todos os seus termos sejam empregados corretamente, ela representa um erro na aplicação do sistema empregado, que é a aritmética. Assim, uma sentença pode ser significativa, mas falsa ou não justificada. Esse caso é simplesmente um erro que deve ser corrigido.
3. *César é um número primo.* Essa é uma sentença **assignificativa**. Seu problema é que, quando observamos **analiticamente** o seu significado em virtude do sistema sobre o qual ela foi proferida, notamos que ela envolve um emprego incorreto das categorias matemáticas. Ela representa uma má compreensão das categorias usadas.

³¹ “(...) the meaning of a proposition is its method of verification”. Ayer, op. cit, pg. 13

Para Carnap, os erros da metafísica são deste tipo em sua maioria. Esse caso não pode ser corrigido, e tem de ser eliminado.

4. *Há gases tóxicos ao ser humano na atmosfera de Vênus.* Para que essa sentença seja **significativa** deve haver uma experiência para comprová-la, uma vez que não decorre necessariamente da noção de “Vênus” que lá tenha gases tóxicos. Assim, seu significado é determinado **sinteticamente**, ou seja, por uma experiência. Para que essa sentença seja verdadeira, já temos seu método de teste, que é a experiência. Dado isto, realiza-se a experiência, verificando que a sentença é empiricamente verdadeira.
5. *Bill Clinton não traiu Hillary Clinton.* Essa sentença é **significativa**, mesmo sendo falsa. Seu significado é determinado sinteticamente, uma vez que não decorre da idéia de “Bill Clinton” que ele traia Hillary. Seu método de verificação é a experiência. Assim, é necessário verificar se a experiência confirma a sentença (o que caracteriza seu modo de teste). Dado que a experiência não confirma a frase acima, temos que ela é injustificada.
6. *Os seres humanos são uma representação do todo do universo.* Essa é uma sentença **assignificativa**, que deveria ter seu significado determinado **sinteticamente**, uma vez que não decorre naturalmente da idéia de “ser humano” que ele seja ou não seja o todo do universo. O problema desta sentença é que, para ser verdadeira, precisamos determinar um método de teste para ela. Como não há até o momento um método de teste, com a experiência ou não, ela não é verdadeira nem falsa.

Como visto acima, há seis modos diferentes de aplicar o “princípio da verificação”.

Este princípio se mostrou bastante eficiente para identificar as sentenças significativas e

assignificativas, além das justificadas e não justificadas. No caso dos exemplos (1) e (4), temos sentenças que devem ser buscadas, pois são significativas e justificadas – essas são as que devem existir na ciência. Nos casos (2) e (5), temos sentenças incorretas, que, apesar de significativas, são falsas – e essas fazem parte do trabalho do conhecimento, já que nem sempre o acerto ocorre, podendo haver um erro ao desenvolvermos uma operação, ou ao medirmos uma temperatura. Já as sentenças (3) e (6) devem ser evitadas, por representarem problema de formação, porque não há teste para testar seu valor de verdade, nem analítico, nem sintético. Uma vez que sentenças deste tipo entrem no sistema, não será mais possível torná-lo lógico e empiricamente seguro, já que não há verdade nem falsidade envolvidas nelas. O *Aufbau* é desenvolvido para garantir que as sentenças (3) e (6) estejam fora do trabalho teórico de todo tipo. É a construção de um vocabulário formal e empírico que evita esse tipo de sentença no conhecimento.

O *Aufbau* poderia ser interpretado como um sistema fenomenalista, que oferece uma redução e fundamentação ontológica do fenômeno sensório. Dentro desta tese, o *Aufbau* parece representar um tipo de fundacionismo cartesiano. Isso é assim porque as suas *definições* seriam erguidas a partir da experiência de um sujeito singular e depois estendidas a tudo mais. Apesar de ser quase inegável o fundacionismo no *Aufbau* ele não se dá completamente, pois, como indiquei acima, para Carnap a ciência não é subserviente à filosofia, há entre elas uma relação muito mais próxima, em que não é tarefa da filosofia fundar o conhecimento científico, mas sim ajudar o progresso científico.

Uma interpretação mais próxima do que Carnap desejava, está em entender o *Aufbau* como um empreendimento epistêmico e não ontológico, o que significa que ele estava preocupado com a justificação dos enunciados e não com sua natureza (ou

realidade), que constituía o interesse do fundacionismo de tipo cartesiano. Além disso, o *Aufbau* não pretende ser uma descrição psicológica, mas sim uma **reconstrução racional** dos nossos conceitos – tendo assim um tipo de fundacionismo diferente do cartesiano³².

Entre o *Aufbau* e o próximo livro, o *Syntax* de 1934, há dois importantes artigos: “Über Protokollsätze” (de 1932) e “Psychology and Physical Language” (de 1932/33). Estes dois artigos apresentam uma idéia que estava sendo discutida amplamente no Círculo de Viena, a saber, a idéia das *Protokollsätze* ou “Sentenças Protocolares”. Nunca houve uma definição geral do que elas são, mas havia claramente a idéia de que elas deveriam representar a evidência sensória para a formação e justificação das teorias científicas. Se as sentenças protocolares fossem apresentadas em grande escala, a questão de determinar o significado das sentenças sintéticas estaria resolvida, porque saberíamos qual é a evidência sensória para tais. Isso nunca foi tentado, embora se acreditasse que seria possível.

Podemos dizer que as sentenças protocolares desenvolveram bem o lado sintético da questão do significado, todavia, como ficou o lado *analítico* dessa mesma questão? O *Syntax* propõe um modo para resolvê-la finalmente. Neste livro, Carnap quer encontrar a *sintaxe formal* de todo o discurso possível. Dito de outro modo, Carnap quer forjar uma forma correta segundo a qual construiríamos todas as linguagens verdadeiras, sejam elas científicas, filosóficas ou ordinárias. O ponto aqui não é mais construir uma linguagem formal, mas sim, dar a *sintaxe* através da qual uma linguagem possa ser erguida. É com essa orientação que Carnap quer substituir o procedimento atual da filosofia pela análise da sintaxe da linguagem. Ele nos diz, em uma passagem muito citada do *Syntax*:

³² Ver, *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Verbete “Carnap”.

A filosofia deve ser substituída pela lógica da ciência – (...) a lógica da ciência não é nada mais do que a sintaxe lógica da linguagem da ciência³³.

Deste modo, a filosofia seguirá apenas como uma análise da sintaxe da linguagem. Carnap acredita que há dois modos de sintaxe: a **pura** e a **descritiva**³⁴. Na sintaxe pura, há apenas uma investigação e organização formal dos símbolos e da ordem da sintática, sendo uma sintaxe puramente analítica. Na descritiva, há uma investigação da relação sintática entre as expressões empiricamente dadas. A investigação levada a cabo no *Syntax* é a pura. Carnap quer encontrar aquela sintaxe formal e básica através da qual as sentenças de uma dada linguagem se tornem verdadeiras, e essa é a única tarefa da filosofia.

Do trabalho realizado no *Syntax*, surge outra distinção muito importante na filosofia de Carnap, aquela entre um **modo material** e um **modo formal** de discurso. O modo formal revela as pressuposições epistêmicas e ontológicas que nem sempre são evidentes no discurso. Esse modo serve para clarificar o objeto estudado quando há alguma disputa ou desentendimento teórico entre pesquisadores de diferentes áreas ou da mesma área. No modo formal, ao invés de falarmos sobre as coisas, falamos sobre o discurso que fala das coisas, permitindo um esclarecimento dos comprometimentos de diferentes ordens que são inerentes à escolha de tal ou tal linguagem, comprometimentos inerentes ao discurso mesmo.

Já o modo material seria a maneira não formalizada, pela qual falaríamos das coisas com a nossa linguagem ordinária ou científica (também não formalizada). É geralmente neste modo que as divergências teóricas acerca do significado de idéias e conceitos surgem,

³³ “Philosophy is to be replaced by logic of science – that is to say, by the logical analysis of the concepts and sentences of science, for the logical of science is nothing other than the logical syntax of the language of science.” Carnap. *The Logical Syntax of Language*, pg. XIII

³⁴ Op. Cit., pg. 6

justamente pela imprecisão lingüística. Quando é necessária maior precisão, deve-se optar pelo modo formal. Esses dois modos são independentes e muitas vezes divergentes.

Dadas essas considerações acerca da sintaxe, como deveríamos escolher a melhor sintaxe ou o melhor modo formal? Carnap não acreditava que sua sintaxe lógica era a forma suprema ou definitiva. A escolha da melhor forma lógica deveria passar pela sua utilidade nas pesquisas filosóficas e científicas, ou ainda pela simplicidade e capacidade de explicação. Carnap dizia que “Na lógica não há moral³⁵”, querendo com isto dizer que não há problema em abandonar uma antiga estrutura por uma nova. Para Carnap, a escolha deve ser absolutamente pragmática. É um aspecto **convencionalista** de sua filosofia.

Segundo o convencionalismo carnapiano, não há uma única forma correta de descrição do conhecimento, seja da lógica ou da ciência. Múltiplas versões poderiam ser desenvolvidas sem que uma seja a única verdadeira. Sobre este ponto, Sofia Stein comenta que o convencionalismo não surge no *Syntax*, mas é a manifestação de uma posição mais antiga, que remete ao *Der Raum*. Ela diz:

Também no *Der Logische Aufbau der Welt* (1928), Carnap admite a possibilidade de elaboração de múltiplos diferentes sistemas de constituição de conceitos científicos; admite que, assim como na ciência natural, na filosofia da ciência se possa elaborar variados sistemas que permitem explicar a constituição do conhecimento científico.

Não somente encontramos aspectos convencionalistas nessas primeiras obras de Carnap, como também um determinado holismo estruturalista, que também pode ser encontrado transformado no *Logische Syntax der Sprache* (1934) e no *Meaning and Necessity* (1947)³⁶.

³⁵ “[The] Carnap’s famous principle of tolerance: ‘In logic there are no morals’, meaning roughly that there is no uniquely correct logic.” Ver: Ver, *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. Op. Cit.

³⁶ Stein, “Aspectos Convencionalistas da Filosofia de Willard Quine”. Pg. 190.

Como um exemplo do convencionalismo atual, pode-se citar as geometrias não-euclidianas, que, apesar de bem sucedidas em muitos campos, não levaram ao abandono das posições de Euclides.

O projeto de Carnap, que era estritamente fenomenológico e reducionista, tem sua força diminuída em 1936, dois anos depois do *Syntax*, quando ele publica outro importante artigo, chamado “*Testability and Meaning*”. Nele, Carnap apresenta as suas “sentenças redutivas³⁷”. Com elas, ele sugere um modo diferente de pensar a elaboração das definições apresentadas no *Aufbau*. Ele nota que não é necessária uma definição estrita a partir da linguagem observacional, “definições parciais” seriam interessantes se elas pudessem revelar a implicação entre um termo e outros termos estabelecidos previamente. Assim, não há eliminação do termo definido. Mais precisamente, Carnap substitui uma equivalência material por uma implicação material. De todo modo, como seu objetivo não era uma redução ontológica, mas uma reconstrução epistêmica ou estrutural (como expliquei acima), não houve perda na tese reducionista, mas ganho explicativo.

Em 1936, Carnap foi para os Estados Unidos. Lá, seus interesses se direcionaram quase exclusivamente para semântica e probabilidade. Não irei tratar de nenhum deste dois tópicos, mas é importante observar que Carnap se preocupava cada vez mais no campo da semântica com uma clarificação do significado, muito mais do que com a idéia da proibição de formas e termos, como foi comum durante sua permanência na Europa.

³⁷ A idéia de "sentenças redutivas" surge com a noção de "definições parciais", que são na verdade uma solução que Carnap encontrou na sua teoria lógica para a questão da observação e da implicação lógica. Numa definição parcial, nem todos os termos empiricamente significativos serão definidos na linguagem observacional, será suficiente se a definição parcial mostrar as relações de implicação entre um termo e outros termos antecedentes. As sentenças redutivas são sentenças que estabelecem essa ligação. (Uma "definição parcial" tem a seguinte diferença de uma "definição" mesma: enquanto uma definição pretende oferecer para

1.2.3. Carnap nas questões externas e internas

Em 1956, Carnap lança um importante artigo que retoma e clarifica algumas das idéias que expus acima, principalmente o convencionalismo. Neste artigo, denominado “*Empirismo, Semântica e Ontologia*” (ESO), ele tentará explicar como as pressuposições ontológicas devem funcionar nas teorias filosóficas e científicas.

A questão que motiva o debate apresentado no texto é como a adesão a classes abstratas pode ocorrer na filosofia, e principalmente, como compreender a aceitação de tais classes numa filosofia de orientação empirista. É certo que, para os empiristas, é um problema aceitar amplamente o realismo, sendo o nominalismo normalmente mais próximo de uma epistemologia como a de Carnap. No ESO, Carnap tentará fornecer uma posição diferente para esta discussão: ele tentará mostrar que aceitar as classes abstratas não é uma questão de ser nominalista ou realista, mas sim uma questão de escolher qual sistema de referência é mais simples, abrangente e eficiente para ser utilizado em cada caso. Essa discussão retoma a problemática do *Aufbau* e do *Syntax*, no que se refere a uma maior compreensão dos compromissos epistêmicos e ontológicos das teorias a partir do convencionalismo; no ESO, Carnap vai fornecer uma posição ainda mais clara com relação a este problema. Vejamos como essas questões são apresentadas.

Tendo a questão das classes abstratas como centro do debate, Carnap vai mostrar que o problema dos filósofos foi se concentrar em assumir posições realistas ou nominalistas e não solucionar a questão das entidades abstratas e sua utilidade teórica. Essa tradição não percebeu que havia duas questões a serem colocadas, uma **interna** e uma **externa**. É somente percebendo essa diferença na natureza das questões que o problema das

uma sentença ou teoria que todos os seus termos empiricamente significativos serão definidos em uma linguagem observacional, na definição parcial apenas parte dos termos terá tal derivação).

classes abstratas é solucionado. As questões externas dizem respeito ao *sistema de referência* segundo o qual as teorias são construídas, e as questões internas irão discutir problemas e teses no interior deste sistema referência. Carnap diz:

Se alguém deseja falar em sua linguagem acerca de um novo tipo de entidades, deve introduzir um sistema de novas maneiras de falar, sujeito a novas regras; chamaremos a esse procedimento de construção de um *sistema de referência* lingüístico, para as novas entidades em questão. E agora devemos distinguir dois tipos de questões de existência: em primeiro lugar, as questões da existência de certas entidades do novo tipo no *interior do sistema de referência*; chamo-as de *questões internas*; e em segundo lugar, as questões concernentes à existência ou à realidade *do sistema de entidade como um todo*, chamadas de *questões externas*³⁸.

Como essa divisão entre as questões é dada? Começemos pelas externas. As questões externas são colocadas de um lugar fora do sistema de referência. São, com efeito, elas que estabelecem o sistema de referência a ser usado. A escolha de um sistema de referência deve ser feita levando em consideração algumas características, como: melhor capacidade explicativa, simplicidade, produtividade, generalidade e menores compromissos ontológicos e epistêmicos. Nesse caso, quem decide a respeito da utilização de alguma estrutura teórica é o especialista, cuja escolha se baseia em um critério pragmático. Retomando um exemplo que já foi dado acima, é uma questão externa saber se na física devemos usar a geometria euclidiana ou a não euclidiana, e quem deve decidir isto é o matemático ou o físico e não o filósofo.

Mas essas questões externas na verdade não são realmente “questões”, para Carnap elas são pseudo-questões. Isso porque, para que uma questão seja considerada como tal deve haver um método para responder a ela (seja analítico ou sintético). Todavia, as

“questões” externas não podem ser resolvidas deste modo, a sua escolha não depende de um teste, mas de uma decisão pragmática. Além disso, e esse é um ponto nevrálgico da questão, é a aceitação de um sistema de referência que vai gerar propriamente o método de teste, é o sistema de referência que vai mostrar como uma questão pode ser resolvida analítica ou sinteticamente. Assim, a questão externa da aceitação das classes abstratas não se coloca realmente como uma questão, mas como uma decisão.

Essa posição de Carnap é um reflexo do seu convencionalismo; como disse acima, essa tese diz que pode haver dois ou mais sistemas de referência sobre o mesmo tema, sem que um exclua o outro. É assim na geometria e é assim na lógica. Nesse caso, ser convencionalista é evitar o problema de saber se se é um nominalista ou um realista, optando pela questão de se saber se tal sistema é mais útil do que aquele.

Uma vez escolhido o sistema de referência, as questões internas serão geradas. Há dois modos de questões internas, o analítico e o sintético (repetindo a fórmula acima exposta acerca do princípio da verificação e do significado). Quanto ao modo analítico Carnap diz:

“(Falando de modo geral, toda a expressão da forma “ ‘...’ designa ...” é um enunciado analítico desde que o termo “...” seja uma constante em um sistema de referência aceito. Se a última condição não é preenchida, a expressão não é um enunciado)³⁹”

Resolver um problema dentro de um sistema de referência tem como primeiro passo saber se ele pode ser respondido em virtude desse próprio sistema de referência (analiticamente).

³⁸ Carnap. ESO, pg. 120.

³⁹ Op. Cit. 130.

Todavia, a maior parte das questões internas é respondida empiricamente⁴⁰. Isso ocorre porque o sistema de referência indica qual é a forma de verificar (confirmar) as teorias empiricamente, e a maior parte das questões deve ser verificada empiricamente. O que acarreta que o sistema de referência deve ser sempre escolhido de modo a poder ajudar a testar e responder a mais questões internas.

Somando a esta exposição do ESO o que apresentei acima sobre a posição de Carnap, temos uma imagem dual de sua filosofia. **De um lado**, temos um Carnap reducionista e fenomenalista, com um projeto de refundação da linguagem. **De outro**, temos o convencionalismo e a idéia da filosofia como parceira das ciências. Essa tensão não é claramente resolvida em Carnap e caberá a Quine uma reavaliação desse projeto, optando claramente pela segunda alternativa e abandonando a primeira.

Com essa teoria, o quadro da filosofia de Carnap, que será retomado no capítulo seguinte, fica completo. Vamos retomá-lo ponto a ponto:

1. Há duas fortes pressuposições metodológicas na filosofia de Carnap, o empirismo e a lógica. Com elas, Carnap passa a uma tarefa fenomenalista de reconstruir a linguagem.
2. No *Aufbau*, temos a maior tentativa de fundar a linguagem e tal empreendimento será realizado através das definições. No *Syntax*, a questão era fornecer uma sintaxe pura através da qual todas as linguagens pudessem ser reconstruídas com grande rigor formal. Nesses dois casos, chamei a atenção para uma teoria do significado e da verificação, o chamado “princípio da verificação”. Nesse princípio fica

⁴⁰ “As questões internas, são aqui, em geral, questões empíricas que devem ser respondidas através de investigações empíricas”. Carnap. OP. Cit. pg. 126.

determinado que o significado de uma sentença é determinado pelo seu método de verificação, método esse que pode ser dado de dois modos, um analítico e um sintético. Com o princípio da verificação, Carnap pode eliminar da linguagem todas aquelas sentenças que não são nem verdadeiras nem falsas, que constituem o maior erro de uma teoria.

3. O último ponto apresentado foi a relação entre questões internas e externas, em que foi notada uma tendência convecionalista na filosofia de Carnap.

1.3 Conclusão do Primeiro Capítulo

Na primeira parte deste capítulo apresentamos a teoria das crenças de Hume, focada em uma análise da crença na causalidade e a solução natural para as dificuldades epistêmicas: o hábito. Apresentar essa teoria nos ajudará a perceber uma estreita relação entre a investigação filosófica e as soluções científicas.

Na segunda parte deste capítulo, nosso recorte das posições de Carnap foi centrado em sua teoria da verificação dos enunciados, que nos permitiu ter uma boa visão de um tipo específico de empirismo centrado no fundacionismo e reducionismo. Além disso, apresentamos de modo geral o convecionalismo de Carnap, tese esse que nos ajudará a compreender um importante aspecto da filosofia de Quine.

No próximo capítulo vou mostrar como Quine se posiciona diante desta tradição. Lá ficará evidente que Quine tomou muitas das teses mais básicas tanto de Hume quanto de Carnap, principalmente o naturalismo de Hume e a tese da proximidade entre a filosofia e as ciências de Carnap. Ao mesmo tempo, ficará evidente que, Quine recusa muitas das teses destes filósofos, como o reducionismo de Hume e a noção de tradução de Carnap.

Mas há um ponto a se salientar entre tudo o que até o momento vimos. O objetivo por trás das teorias de Hume e Carnap sempre foi tornar nossas idéias ou nossas sentenças significativas. Hume forneceu uma “teoria do significado” das idéias muito direta e foi com ela que ele ergueu toda sua epistemologia. Já Carnap, atento à formulação de uma teoria própria do significado, se concentrou em fornecer uma teoria acerca de como poderíamos tornar nossas sentenças significativas. Estudamos aqui, para finalizar, duas teorias diferentes do significado e da verificação. É justamente a partir de uma crítica a estas noções de significado e verificação que Quine apresentará sua epistemologia naturalizada.

The philosopher's task differs from the others, then, in detail; but in no such drastic way as those suppose who imagine for the philosopher a vantage point outside the conceptual scheme that he takes in charge. There is no such cosmic exile.

Quine, *Word and Object*, pg. 275-6

Segundo Capítulo: A Epistemologia Naturalizada

Este capítulo da dissertação terá dois objetivos. O **primeiro** será verificar quais erros Quine encontrou na epistemologia clássica. Em resumo, seu argumento mostra que não há um fundo experiencial próprio para cada uma de nossas sentenças, o que leva à conclusão de que não é possível manter um projeto como o de Carnap. O **segundo** objetivo será o de indicar como, a partir das críticas postas, Quine vai sugerir uma nova epistemologia.

Neste capítulo, seguirei de perto o artigo “Epistemology Naturalized” (EN) de Quine, que aparece pela primeira vez no livro “Ontological Relativity and Other Essays”, de 1969. O argumento que perpassa esse artigo deriva dos estudos de Quine no “Two Dogmas of Empiricism” (TDE), publicado no livro “From a Logical Point of View”, de 1958, e no “Word and Object”, de 1960 (WO). Onde o argumento original do EN exigir, irei trazer à baila o TDE e o WO, mas nesse capítulo não farei um exame detalhado destes dois textos.

2.1. A recusa da tradição epistemológica clássica e o problema do significado empírico

2.1.1. Discussão histórica

Quine começa sua apresentação do EN com uma analogia entre a busca pelo fundamento na matemática e na epistemologia que vai depois ajudá-lo a realçar muitos dos

pontos que o interessam na epistemologia clássica. No começo do século XX, muitos matemáticos embarcaram num grande empreendimento, que era a busca por uma fundação da matemática⁴¹. O primeiro passo deste vasto empreendimento se baseava na suposição de que a matemática poderia ser totalmente reduzida à lógica. A idéia era poder *fundar* e *justificar* os seus axiomas e teoremas através dos axiomas da lógica. Essa redução da matemática à lógica tinha um objetivo muito claro: garantir para a matemática a firmeza e a obviedade que existia nos axiomas da lógica. Esse projeto, conhecido como **logicismo**, teve muitos adeptos importantes, como Russell, Carnap e outros, sendo muito influente tanto na matemática, quanto na lógica⁴².

No desenvolvimento deste projeto de redução, ocorreu a entrada de outra ferramenta vital, que é a Teoria dos Conjuntos⁴³. Neste ponto, não era só uma questão de reduzir a matemática aos axiomas da lógica, mas sim reduzir a matemática à lógica mais a teoria dos conjuntos. Esta última entrou no projeto porque não foi possível derivar todos os axiomas e teoremas da matemática a partir de axiomas da lógica e por isso a entrada da teoria dos conjuntos representou um ganho na capacidade de redução da matemática. Eles permitiriam finalmente justificar os teoremas matemáticos. Todavia, se os axiomas da lógica eram ótimos por serem intuitivos e óbvios, os axiomas da teoria dos conjuntos apresentavam dificuldades. Isso ocorreu devido a alguns reveses logo no início da teoria dos conjuntos, em que se destacam o paradoxo de Russell e os graves problemas nos axiomas da teoria dos

⁴¹ Na verdade, apesar de Quine colocar o início do projeto de redução da matemática à lógica no princípio do século XX, podemos indicar que pelo menos desde Frege, ou até mesmo antes, já havia fortes indícios do projeto logicista. Ver Jech, "Set Theory", <http://plato.stanford.edu/entries/set-theory/> em 23/02/2007.

⁴² Para ver como esse projeto se relaciona com Carnap e o Círculo de Viena, ver o Primeiro Capítulo.

⁴³ O desenvolvimento da teoria dos conjuntos por Cantor data de 1873. A entrada dela no projeto logicista não demorou a ocorrer, sendo que por volta do início do século XX, a teoria dos conjuntos já desempenhava a maior parte do papel exigido pelo projeto logicista.

conjuntos encontrados por Hilbert⁴⁴. Para que essas dificuldades teóricas fossem resolvidas, a teoria dos conjuntos passou por várias reformulações. A consequência dessas revisões foi a perda do caráter intuitivo dos seus axiomas. Mesmo com essa perda ocorrida na Teoria dos Conjuntos, o projeto de fundação da matemática prosseguiu, gerando posteriormente bons resultados.

Apesar dos resultados satisfatórios, o projeto logicista teve de ser alterado, porque a teoria dos conjuntos, que era uma ótima ferramenta para mostrar as relações internas dos axiomas da matemática, não podia reduzir a matemática a um vocabulário mais básico⁴⁵, uma vez que seus próprios axiomas não são auto-evidentes.

Quine estabelece um modo próprio para pensar este desenvolvimento ocorrido na matemática. Segundo ele, os estudos dos fundamentos da matemática se dividiam em: **estudos doutriniais**, que se preocupavam com a *verdade* e *justificação* dos axiomas da matemática, e os **estudos conceituais**, que estudavam a determinação dos axiomas, ou ainda, a determinação do *significado* dos axiomas (clarificação dos teoremas matemáticos). Os estudos doutriniais se ocupavam com o estabelecimento da verdade e das leis. Segundo o logicismo, para que um teorema matemático seja *verdadeiro*, ele precisa ser *provado* (deduzido) a partir dos axiomas da lógica e também da teoria dos conjuntos. Os estudos conceituais pretendiam definir e clarear os teoremas e axiomas da matemática, definindo-os em termos dos axiomas da lógica e da teoria dos conjuntos. É exatamente o que Quine diz:

⁴⁴ O maior problema encontrado por Hilbert foi chamado de Hipótese do Contínuo. Jech o descreve assim: "The smallest infinite cardinal is the cardinality of a countable set. The set of all integers is countable, and so is the set of all rational numbers. On the other hand, the set of all real numbers is uncountable, and its cardinal is greater than the least infinite cardinal. A natural question arises: is this cardinal (the continuum) the very next cardinal. In other words, is it the case that there are no cardinals between the countable and the continuum?" Ver Jech, "Set Theory". Jech, Op. Cit.

⁴⁵ Para maiores detalhes acerca dessa história sobre a teoria dos conjuntos, conferir os seguintes artigos de Thomas Jech, "Set Theory" (com uma visão geral do problema); "Basic Set Theory" (para uma avaliação dos

Idealmente, os conceitos mais obscuros seriam definidos em termos dos mais claros, de modo a maximizar a clareza, e as leis menos óbvias seriam provadas a partir das mais óbvias, de modo a maximizar a certeza. Idealmente, as definições gerariam todos os conceitos a partir de idéias claras e distintas, e as provas gerariam todos os teoremas a partir de verdades por si mesmas auto-evidentes⁴⁶.

O lado doutrinal e o conceitual estão fortemente ligados, uma vez que, ao *definir* os teoremas da matemática a partir da lógica e teoria dos conjuntos (lado conceitual), mostra-se como reduzir e *justificar* os teoremas da matemática a partir da lógica e teoria dos conjuntos (lado doutrinal).

Mas, como mostrei acima, a teoria dos conjuntos impedia a tradução de uma teoria menos óbvia para uma teoria mais óbvia e segura. Entretanto, esse fato não implicou o fim da tentativa de redução, apenas alterou sua intenção básica. Quine diz: “Essa redução decerto acentua a clareza, mas só por causa das inter-relações que daí emergem e não porque os termos finais da análise sejam mais claros do que outros⁴⁷.” O ponto de Quine aqui é: a explicitação dos fundamentos da matemática não veio do cumprimento estrito do projeto logicista, mas das conexões e relações suscitadas pela lógica e pela teoria dos conjuntos na tentativa de explicar como a matemática se funda. O que foi perdido realmente foi o programa que queria mostrar como a *certeza* matemática era possível⁴⁸.

axiomas da teoria dos conjuntos) e "Zermelo-Fraenkel Set Theory" (para a axiomatização de Zermelo e Fraenkel). Jech. Op. Cit.

⁴⁶ "Ideally the more obscure concepts would be defined in terms of the clearer ones so as to maximize clarity, and the less obvious laws would be proved from the more obvious ones so as to maximize certainty. Ideally the definitions would generate all the concepts from clear and distinct ideas, and the proofs would generate all the theorems from self-evident truths." Quine. EN, pg. 70. (tradução, página, 163)

⁴⁷ "Such reduction still enhances clarity, but only because of the interrelations that emerge and not because the end terms of the analysis are clearer than others". Idem, op. Cit. (Tradução, página 163)

⁴⁸ Idem, op. Cit.

Quine passa então a examinar a epistemologia a partir do par *estudos conceituais / estudos doutrinais*. Assim, se a matemática deveria ser reduzida à lógica e à teoria dos conjuntos, o conhecimento natural deveria ser baseado na **experiência sensível**. Assim pensada, a epistemologia vai ser a tarefa de compreender as bases do conhecimento e da ciência⁴⁹ através da experiência: como chegamos a eles e como eles vão ser justificados. Para explicar como a epistemologia funciona, Quine recorre novamente à divisão entre estudos doutrinais e conceituais: do lado doutrinal, o objetivo é *justificar* nosso conhecimento natural em bases sensórias; do lado conceitual, o objetivo é *explicar* nossa noção de *corpo* em termos sensórios. Novamente estes dois lados estão ligados, pois, ao explicar a noção de corpo em termos sensórios, seria mostrado também como justificar essa noção, traduzindo-a em bases sensórias.

Esta idéia de um lado “doutrinal” e um “conceitual” para a epistemologia foi criada no EN para explicar o percurso de vários empiristas, principalmente o de Hume e de Carnap. Mostrarei como as idéias destes dois filósofos se encaixam no que Quine quer dizer com essa distinção dos lados da epistemologia; comecemos com Hume.

O lado conceitual na filosofia de Hume pode ser remetido a sua teoria das idéias: nossa noção de *corpo* decorre das impressões sensíveis, onde cada idéia é derivada de uma impressão. Assim, a idéia de corpo ganha *significado* através das impressões. Do lado doutrinal, a tarefa de Hume era justificar nossas idéias através destas mesmas impressões. Todavia, Hume encontrou o seguinte problema: a partir de uma série de experiências singulares, não temos garantias para uma generalização, ou, dito de outro modo, a partir de uma experiência empírica singular não há como justificar o estabelecimento de uma lei

⁴⁹ Cf. Quine. EN, pg. 69

universal⁵⁰. É exatamente o que Quine diz: “Mas os enunciados gerais, e também os enunciados singulares relativos ao futuro não ganharam em certeza por serem construídos como enunciados sobre impressões⁵¹”.

Ao expor o problema do lado doutrinal da epistemologia, a conclusão de Quine é que hoje não estamos muito longe de onde Hume nos deixou⁵². O ponto aqui é que até hoje, mesmo com todo o esforço dos empiristas, não foi possível derivar leis a partir de impressões singulares.

Já do lado conceitual a epistemologia obteve grandes avanços, com Hume e depois dele. O progresso definitivo ocorreu quando os empiristas trouxeram para si dois recursos, um matemático/lógico e outro semântico. Ambos os recursos originalmente não estavam vinculados ao empirismo, mas foram essenciais para a tarefa de clarificação conceitual. Esses recursos são: a **definição contextual** e a **teoria dos conjuntos**.

Segundo Quine, o passo determinante do lado conceitual da epistemologia foi dado por Bentham na sua teoria das ficções⁵³. Segundo Bentham, para explicar o significado dos termos é necessário mostrar como traduzir toda a sentença em que o termo ocorre através de outra sentença no qual tal termo não ocorra. Assim, a determinação do significado da sentença não ocorrerá termo a termo, mas apenas na sua tradução por outra sentença. Esse recurso semântico, ao ser aplicado à epistemologia empirista, leva à conclusão de que para explicar nossa noção de corpo não é possível igualar cada termo a uma impressão, mas um termo só tem significado no contexto de uma dada sentença.

⁵⁰ Essa é a mesma questão da causalidade apresentada por Hume. Este mostra que não há garantias racionais ou providas da experiência que de causas semelhantes tenhamos efeitos semelhantes, ou dito de outro modo que não há como a partir da experiência estabelecer justificadamente leis.

⁵¹ “But general statements, also singular statements about the future, gained no increment of certainty by being construed as about impressions” Quine. EN, pg. 72. (Tradução, página 164)

⁵² Idem op. cit.

⁵³ Idem op. cit.

Apesar de Bentham ter dado esse passo crucial, foi só com Russell que a idéia de uma “definição contextual” chegou a uma formulação precisa na **teoria das descrições**. Russell mostra, no ‘*On Denoting*’, como traduzir expressões contendo descrições definidas como ‘o F’, em estruturas quantificacionais complexas. Ao invés de procurar um significado para cada expressão isolada (por exemplo, para ‘O atual rei da França’, em ‘O atual rei da França é careca’), Russell mostra como traduzir uma frase na qual ocorra ‘o F’ em uma frase na qual tal expressão não ocorra. A tradução preserva as condições de verdade da frase original, mas não os elementos que pareceriam ser-lhe constitutivos. Quine aponta que uma das virtudes desta análise foi a de mostrar que um nome próprio complexo que aparece em uma sentença pode ser parafraseado como uma descrição incompleta, eliminando o nome, sem que as condições de verdade da sentença como um todo seja alterado⁵⁴. Isto leva à conclusão que um termo sozinho não tem significado. Ele só se torna significativo no contexto de uma sentença.

O que essa tese semântica revelou para a epistemologia foi uma nova maneira de lidar com a noção de *significado empírico*. Através da definição contextual, é possível reconhecer o significado como dependendo da sentença como um todo e não de termos tomados isoladamente. Apenas uma sentença tomada como um todo pode ser empiricamente significativa. (Como ficará mais claro, essa alteração no modo de pensar o significado será central no argumento de Quine).

Colocando de um modo mais amplo os avanços da definição contextual, temos duas teses: (1) ela permitiu uma mudança na noção de significado empírico, pois não há mais igualdade de um termo a uma experiência; e (2) houve com isso, um enfraquecimento da

⁵⁴ Ver Quine. “*On what there is*”, pg.6

idéia reducionista, já que um termo tomado isoladamente não pode ser reduzido. Com isto, o projeto atomista e reducionista de Hume cai por terra.

O segundo recurso fundamental nesta história foi a utilização da teoria dos conjuntos. Ela já tinha mostrado sua força na busca pelo fundamento da matemática, e, ao trazê-la para a epistemologia, os empiristas puderam ampliar o poder e o alcance da investigação acerca do conhecimento natural. Segundo Quine, o epistemólogo empirista: “(...) pode alimentar a esperança de encontrar, numa construção sutil de conjuntos sobre conjuntos de impressões sensoriais, uma categoria de objetos que satisfaz justamente à propriedades de formula que reivindica para os objetos.⁵⁵” Com a teoria dos conjuntos, a explicação do significado empírico das sentenças poderia ir além da definição contextual, possibilitando aos empiristas encontrar uma formulação teórica em termos de conjuntos e classes que esclarecesse o significado das sentenças.

Apesar de estes dois recursos terem sido essenciais na epistemologia, eles têm o que Quine chama de um “*status* epistemológico” diferente⁵⁶. Se por um lado a teoria das descrições definidas é inegável e trouxe recursos imprescindíveis, já a teoria dos conjuntos implica numa forte mudança ontológica para a epistemologia. O ponto é que aceitar classes abstratas (provindas da teoria dos conjuntos) ou toda a ontologia abstrata da matemática e da lógica implicaria em abandonar o nominalismo que é naturalmente mais próximo do

⁵⁵ “(...) may hope to find in some subtle construction of sets upon sets of sense impressions a category of objects enjoying just the formula properties that he wants for bodies.” Quine. EN, pg. 73. (Tradução, página 165)

⁵⁶ Idem op. cit.

empirismo. Mas, uma vez aceita, a teoria dos conjuntos se mostrou uma ferramenta excelente para a investigação do conhecimento natural⁵⁷.

Com a teoria dos conjuntos e a definição contextual, o projeto para epistemologia era, por volta do início do século XX, reduzir o conhecimento natural a um construto óbvio e firme. Para Quine, a principal figura desta tendência é Carnap. Vamos seguir Quine e pensar Carnap segundo os lados doutrinal e conceitual.

Do lado doutrinal da epistemologia, temos em Carnap o mesmo problema que fora encontrado em Hume: a impossibilidade de se justificar o conhecimento partindo de experiências singulares para generalizações empíricas. Esse problema não é exclusividade de Hume ou Carnap⁵⁸. O problema da generalização empírica se apresenta em toda teoria que quer, a partir de dados da experiência, formular leis, sendo que estas leis devem ultrapassar os dados da experiência⁵⁹. É a partir da consideração deste problema que Quine acredita que, mesmo se Carnap fosse capaz de traduzir todas as nossas sentenças em lógica, teoria dos conjuntos e experiência, isso não significaria que ele teria *justificado* todas as nossas sentenças nessas mesmas bases. Assim, do lado doutrinal da epistemologia, estamos no mesmo lugar onde Hume nos deixou⁶⁰.

Se do lado doutrinal não havia mais caminhos a serem perseguidos, o que teria motivado Carnap a continuar com seu projeto do lado conceitual? Quine vai apontar inicialmente duas possíveis vantagens do projeto carnapiano: (a) com ele ter-se-ia clarificada a evidência sensória para a ciência, já que saberíamos exatamente de que trata

⁵⁷ Para maiores detalhes sobre este problema, ver no primeiro capítulo a distinção entre questões internas e externas.

⁵⁸ A solução de Carnap também foi parecida com a de Hume e implicou no desenvolvimento por Carnap de uma teoria da probabilidade. Ver o *Logical foundations of probability* de Carnap.

⁵⁹ Um desenvolvimento contemporâneo importante deste ponto encontra-se em Popper. Ver Popper, *Lógica da Pesquisa Científica*, parte I, seção I e Parte II, seção V.

uma dada sentença, sem ambigüidade alguma; (b) com esse projeto, ocorreria um aprofundamento na compreensão do nosso discurso sobre o mundo, já que todas as nossas sentenças seriam claras e evidentes, bem como o são a lógica, a experiência, mas nem tanto a teoria dos conjuntos.

Todo esse projeto de Carnap se concentrava em traduzir um discurso menos óbvio e evidente para um discurso mais claro, um discurso que revelaria todos os pressupostos epistêmicos e ontológicos que se encontravam velados na linguagem ordinária. O problema é que a teoria dos conjuntos, que é parte do aparato de tradução, não é auto-evidente. Assim, não há razões para manter o ideal de Carnap de tornar o discurso mais evidente. Se observarmos a sugestão de Quine, é o mesmo problema que ocorreu com o logicismo.

Apesar disto, há **duas** razões que concedem ainda uma enorme atratividade ao projeto de Carnap:

(1) A principal delas provém da orientação empirista que diz que *em última análise o significado das palavras deve repousar na experiência empírica*. Essa idéia é a base para todo o empirismo, seja Hume, Carnap ou mesmo Quine. O que os diferencia como empiristas é o modo como cada um deles interpreta essa orientação. Hume acreditava que o significado de um termo era uma impressão. Isto caracterizou seu empirismo como *reducionista* e *fundacionista*, uma vez que, pelo menos em tese, cada idéia poderia ser reduzida a uma experiência, que por sua vez garantiria o significado da idéia. Carnap acreditava que o significado de uma sentença sobre o mundo era determinado pela tradução desta sentença ordinária em um construto da lógica e da experiência. Cada sentença poderia

⁶⁰ Quine diz: “On the doctrinal side, I do not see that we are further along today than where Hume left us. The Humean predicament is the human predicament.” Quine, EN, pg. 72

ser reduzida a este construto, garantindo seu significado. É nesse sentido que Carnap interpretaria a orientação empirista apresentada acima, e é exatamente nessa orientação que estaria a principal atração de um projeto de reconstrução da linguagem por Carnap. Quine entende que, mesmo que Carnap tivesse realizado tal tradução, e ainda que ela não fosse a única tradução possível da linguagem ordinária, o projeto de Carnap pareceria interessante, uma vez que poderia determinar o real significado de nossas sentenças. Seria uma “reconstrução racional”, já que se trata de uma reconstrução que torna explícitos aspectos do discurso que não aparecem claramente numa linguagem não regimentada.

(2) Outra boa razão para manter o projeto de Carnap era a possibilidade de traduzir o discurso da ciência em um discurso muito mais óbvio e que forneceria um vocabulário básico para todas as ciências. Esse seria o ideal da “unidade das ciências” assumido pelo Círculo de Viena. Segundo Quine:

Esse seria um grande feito epistemológico, pois mostraria serem todos os outros conceitos da ciência teoricamente supérfluos. E os legitimaria – até o grau em que os conceitos da teoria dos conjuntos, lógica e observação são por sua vez legitimados – mostrando que tudo o que é feito com um instrumental poderia em princípio ser feito com o outro⁶¹.

Esse seria um ótimo motivo para seguir com Carnap, pois o seu projeto revelaria exatamente como a ciência é formada. Saberíamos também quais são os pressupostos e, uma vez encontrados, eles seriam avaliados, sendo aceitos apenas aqueles necessários.

Todavia, tal projeto nunca foi realmente finalizado. Carnap deixou apenas um pequeno conjunto de sentenças traduzidas, e, além disso, o que ele traduziu foi uma parte

⁶¹ “This would be a great epistemological achievement, for it would show all the rest of the concepts of science to be theoretically superfluous. It would legitimize them — to whatever degree the concepts of set theory, logic, and observation are themselves legitimate by showing that everything done with the one apparatus could in principle be done with the other.” Quine. EN, pg. 76. (Tradução, páginas 166-7)

muito básica do discurso, que não representava de forma alguma a complexidade e abstração existente nas sentenças que estão no seio do discurso científico. Poderia ser dito que esse não seria o trabalho de um só Hércules, e que Carnap apenas deu os primeiros passos. Mas para Quine esse não é o problema. Para mostrar as falhas do projeto de Carnap, Quine começa apontando uma dificuldade técnica para a realização da proposta de Carnap:

O momento crucial é aquele em que Carnap explica como atribuir qualidades a posições no espaço e tempo físicos. Essas atribuições têm que ser feitas de modo a preencher da melhor maneira possível certos desideratos que ele enuncia e, com o crescimento da experiência, têm que ser revisitadas para continuar a corresponder. Embora traga luzes, esse plano não nos oferece nenhuma chave para *traduzir* as sentenças da ciência em termos de observação, lógica e teoria dos conjuntos⁶².

Esse tipo de observação, mais do que uma observação isolada acerca da proposta de Carnap, mostra um esgotamento teórico de sua posição. Além disso, essa e outras dificuldades apontam para um problema maior: a maioria das sentenças da ciência não está ligada diretamente com a experiência, são sentenças teóricas⁶³.

Apesar de até o momento Quine não ter fornecido um argumento realmente decisivo contra a posição de Carnap, o primeiro passo para o abandono do projeto de Carnap vem

⁶² “The crucial point comes where Carnap is explaining how to assign sense qualities to positions in physical space and time. These assignments are to be made in such a way as to fulfill, as well as possible, certain desiderata which he states, and with growth of experience the assignments are to be revised to suit. This plan, however illuminating, does not offer any key to *translating* the sentences of science into terms of observation, logic, and set theory.” Quine. EN, pg. 76-77. (Tradução, página 167)

⁶³ O problema não é só como traduzir em lógica, teoria dos conjuntos e experiência a sentença “a maçã é vermelha”, que é uma sentença que parece estar mais próxima da experiência; mas a dificuldade é traduzir sentenças teóricas que tem o contato com a experiência muito mais indiretamente do que Carnap e outros empiristas poderiam ter querido

dele mesmo, em um artigo crucial de 1936, chamado “*Testability and Meaning*”, onde Carnap apresenta suas *formas redutivas*⁶⁴.

A tarefa de definição das sentenças foi uma das bases do *Aufbau*, permitindo que Carnap traduzisse as sentenças ordinárias no seu construto lógico, definindo umas em termos das outras (exatamente como Quine dizia acerca do lado conceitual da epistemologia). Todavia, as formas redutivas apresentadas em 1936 não faziam nada disso. Segundo Quine, as formas redutivas explicam um termo especificando algumas sentenças que são implicadas por sentenças que contém o termo e por outras sentenças as quais implicam sentenças que contém o termo⁶⁵. O problema é que Carnap troca a *intercambialidade* entre os termos por uma *implicação*, abandonando a possibilidade de estabelecer uma tradução equivalente entre as sentenças da linguagem ordinária em uma linguagem formal. Este é um sério problema no âmago do projeto de Carnap, que levará Quine a revisar toda a epistemologia.

2.1.2. A Razão do Erro: O modo de se considerar o significado

Apesar de vários indícios terem aparecido contra a posição de Carnap, há uma dificuldade mais básica que levou aos problemas já relatados. Vejamos como Quine coloca seu ponto.

Segundo Quine, na história do empirismo, os empiristas tiveram que fazer duas grandes concessões. A primeira foi desistir da tentativa de dedução das “verdades da natureza” a partir da evidência sensória. Esta primeira concessão foi trabalhada aqui, ao mostrarmos a falha do lado doutrinal da epistemologia. A segunda das concessões feitas

⁶⁴ Ver Primeiro Capítulo, seção 1.2.2 o que é citado como “sentenças redutivas”, que aqui são citadas por Quine como “formas redutivas”.

pelos empiristas foi desistir de traduzir as verdades da natureza em termos de lógica, experiência e teoria dos conjuntos. O ponto central que deriva desta segunda concessão é o cerne do argumento de Quine:

Abandonando as esperanças quanto a uma tal tradução o empirista está concedendo que os significados empíricos dos enunciados típicos sobre o mundo externo são inacessíveis e inefáveis. Como explicar esse caráter inacessível? Simplesmente porque as implicações, ao nível da experiência, de um enunciado típico sobre corpos seriam complexas demais para uma axiomatização finita, seja qual for seu comprimento? Não; minha explicação é outra. É que *o enunciado típico sobre corpos não dispõe de nenhum cabedal de implicações ao nível da experiência que possa ser dito próprio a ele*⁶⁶. (meus itálicos)

Nesse trecho, Quine deixa seu argumento abertamente exposto pela primeira vez no EN, e é a questão do “fundo experiencial”. Sua tese começa por mostrar que o modo pelo qual Carnap e os empiristas atribuíam significado às sentenças era incorreto. Eles tentavam ora igualar uma idéia, ora uma sentença em isolado, a alguma coisa, seja uma impressão, seja uma experiência acrescida do construto lógico. Ao contrário, Quine vai reconhecer que um enunciado tomado em isolado não tem uma experiência que o confirme ou negue; o significado de uma sentença não pode ser dado em isolado de outras sentenças. *Isso ocorre porque não há um fundo empírico isolado para um termo ou sentença*. Quine expande esta tese e tira a seguinte conclusão: nenhuma sentença pode ser confirmada isoladamente, seja por uma experiência (que é propriamente o problema do fundo experiencial), seja em virtude do sistema no qual a sentença é proferida. Para compreender a extensão deste

⁶⁵ Cf. Quine. EN, pg. 77.

⁶⁶ “In giving up hope of such translation, then, the empiricist is conceding that the empirical meanings of typical statements about the external world are inaccessible and ineffable. How is this inaccessibility to be explained? Simply on the ground that the experiential implications of a typical statement about bodies are too complex for finite axiomatization, however lengthy? No; I have a different explanation. It is that the *typical*

argumento, vamos às teses do “Two Dogmas of Empiricism” (TDE), artigo no qual Quine expõe e defende mais explicitamente a crítica a este ponto.

No TDE, Quine argumenta que a tradição empirista está fundada em dois dogmas, que são: a **analiticidade** e o **reducionismo**. Com o dogma da analiticidade acredita-se que o significado de uma palavra ou sentença pode ser dado em virtude do sistema de regras no qual a sentença é construída, sem que haja qualquer referência à experiência. Com o segundo dogma, o reducionismo, acredita-se que é possível reconduzir uma idéia (Hume) ou sentença (Carnap) a um dado da experiência. Segundo Quine, o núcleo dos dois dogmas apresentados é o mesmo⁶⁷ e consiste em *acreditar que um enunciado pode ser confirmado ou negado por ele mesmo*. Este núcleo dos dogmas é a representação clara da segunda concessão que segundo Quine, os empiristas tiveram de fazer. A partir disto, veremos em que consiste abandonar os dogmas e quais as conseqüências do abandono.

Com relação ao primeiro dogma, a analiticidade, o argumento de Quine é construído para mostrar que as idéias de “analiticidade” e “sinonímia” não podem ser claramente definidas, e remetem ao uso ordinário que não é explicado pela noção de significado que elas parecem exigir.

Nesse caso, a analiticidade não pode ser estabelecida, uma vez que *não há tal coisa como um enunciado verdadeiro por ele mesmo*. O ponto aqui não é que há só enunciados sintéticos, mas sim que nenhum enunciado por ser confirmado sozinho – nem analítico, nem sintético. Apesar de esta ser uma discussão basicamente semântica – atribuição do

statement about bodies has no fund of experiential implications it can call its own.”Quine. EN, pg. 77-8. (Tradução, página 168)

⁶⁷ Quine. TDE, pg. 41 “The dogma of reductionism, even in its attenuated form, is intimately connected with the other dogma—that there is a cleavage between the analytic and the synthetic. We have found ourselves led, indeed, from the latter problem to the former through the verification theory of meaning. More directly, the one dogma clearly supports the other in this way: as long as it is taken to be significant in general to speak

significado aos termos – ela gera uma enorme conseqüência para a epistemologia: o fato de que nenhum enunciado pode servir como base indubitável para a construção de qualquer sistema, como os enunciados analíticos eram tomados. Quando este argumento é voltado para a epistemologia, ele mostra que a *tese fundacionista não pode ser levada à frente*, pois não há tal coisa como um enunciado absolutamente verdadeiro e significativo por ele mesmo.

O abandono do primeiro dogma do empirismo gerou, portanto, uma grande conseqüência para a epistemologia, mesmo que indiretamente. O segundo dogma do empirismo é mais direto, já que ataca a pressuposição básica de todos os empiristas, de Hume a Carnap, que é o **reducionismo**. Hume acreditava que suas “idéias” poderiam ser reconduzidas a uma experiência ou impressão. Se pensássemos a tese de Hume de um ponto de vista semântico, provavelmente ele acreditaria que cada palavra tinha um fundo experiencial próprio. Epistemicamente, cada idéia tem um fundo experiencial próprio. Já Carnap acreditava que a filosofia deveria se ocupar em mostrar as bases dos enunciados científicos, revelando que eles poderiam ser reconduzidos a um construto lógico. Carnap acreditava, e aqui é o ponto central, que todo enunciado tem um *fundo experiencial próprio* e é esse fundo que garante o significado do enunciado em questão. Mesmo um reducionismo mais fraco, como aquele que a implicação de Carnap sugere⁶⁸, ainda tem em sua base essa mesma pressuposição.

Sobre o este dogma do reducionismo, Quine acredita que é uma idéia sem explicação e sem base para ser aceita, e vai dizer, contra ela: “Minha contraproposta, resultando essencialmente da doutrina do mundo físico de Carnap no *Aufbau*, é que nossos

of the confirmation and infirmation of a statement, it seems significant to speak also of a limiting kind of statement which is vacuously confirmed, *ipso facto*, come what may; and such a statement is analytic.”

enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado⁶⁹.” Quine acredita que um enunciado não é significativo isoladamente porque nada pode confirmá-lo em isolado. A confirmação ocorre apenas no todo da teoria. Imbuído dessa idéia, ele diz no EN que: “Se, de algum modo, pudermos aspirar por uma espécie de *logischer Aufbau der Welt*, haverá de ser a algo em que os textos selecionados para serem traduzidos em termos observacionais e lógico-matemáticos sejam na sua maioria amplas teorias tomadas como todos, em vez de simples termos ou sentenças curtas⁷⁰”. Assim, ao renunciar ao dogma do reducionismo, abandonamos qualquer possibilidade de uma tradução como a do *Aufbau*. Apesar da recusa a este dogma representar o fim do projeto de Carnap, isso não implica em um abandono total do lado conceitual da epistemologia, do lado que trata do problema do significado. Deve apenas haver uma reorientação da questão do significado.

A mudança sugerida pelo abandono dos dogmas é uma alteração no modo de tratar a idéia de *significado*. Se levarmos a posição de Quine a cabo, perceberemos que não há tal coisa como o “significado empírico de sentenças em isolado”. O significado só pode ser atribuído quando tomamos as sentenças em relação ou à teoria ou à linguagem onde ela aparece. No caso do discurso teórico, o argumento de Quine é ainda mais forte, pois parece evidente o fato de que a maioria das sentenças da ciência são teóricas, e que, se elas tem um contato com a experiência, este é indireto. Essas sentenças teóricas têm duas características:

⁶⁸ Ver o “Testabilidade e Significado” de Carnap.

⁶⁹ “My countersuggestion, issuing essentially from Carnap’s doctrine of the physical world in the *Aufbau*, is that our statements about the external world face the tribunal of sense experience not individually but only as a corporate body.” Quine. TDE, pg. 41 (Tradução, página 251)

⁷⁰ “If we can aspire to a sort of *logischer Aufbau der Welt* at all, it must be to one in which the texts slated for translation into observational and logico-mathematical terms are mostly broad theories taken as wholes, rather than just terms or short sentences.” Quine. EN, pg. 79 (Tradução, página 168)

(a) elas só fazem sentido no todo da teoria e (b) a evidência empírica ocorre apenas indiretamente. Vejamos a sentença: “No interior de um buraco negro as leis da física não são testáveis e possivelmente distintas do resto da natureza”. Essa sentença só tem sentido dentro da física atual, sendo seu significado atribuído apenas no todo da teoria física, e a evidência empírica desta sentença, se é que há, é indireta (tendo a ver com a emissão de energia fotônica captada por aparelhos). Como Quine diz no TDE: “O todo da ciência é a unidade de significação empírica⁷¹”.

Acompanhando o argumento do Primeiro Capítulo e das reflexões de Quine no TDE, fica claro que ele critica justamente a idéia presente no “Princípio da Verificação”. Nesse princípio, temos que o significado de uma sentença pode ser determinado de dois modos, analiticamente e sinteticamente⁷². Com o primeiro dogma, abandona-se a idéia de que o significado de uma sentença pode ser dado analiticamente, já que o significado das sentenças não é estabelecido em isolado. Com o segundo dogma, temos que uma sentença não pode ser confirmada quando há uma equivalência desta a uma experiência (mais um construto lógico), porque o significado de uma sentença não é dado em isolado, mas no todo. Assim, Quine derruba o importante “Princípio da Verificação” nas suas duas entradas, a analítica e a sintética.

Vamos colocar o argumento de uma forma mais ampla. Na recusa aos dois dogmas, há uma recusa de duas características importantes para a epistemologia empirista, o *fundacionismo* (através das sentenças verdadeiras por elas mesmas) e o *reduccionismo* (na redução de um conceito a uma sentença em isolado). A origem deste abandono é o mesmo: o fato de que nenhum enunciado tem um significado empírico só seu, ou ainda, que

⁷¹ “The unit of empirical significance is the whole of science.” Quine. TDE, pg. 42 (Tradução, pg. 251)

⁷² Ver Primeiro Capítulo, pgs. 39-42.

nenhum enunciado pode ser confirmado em isolado. Assim, a tradução almejada por Carnap não poderia funcionar, porque não há como traduzir sentença por sentença do discurso ordinário em construto lógico, já que o significado das sentenças não ocorre em isolado, mas no todo da linguagem.

O argumento apresentado no TDE sugere, como visto acima, uma falha central no projeto de Carnap, que é a impossibilidade de traduzir o discurso ordinário em um discurso formal através da separação estrita entre enunciados analíticos e sintéticos. A falha desta forma de se pensar a tradução é justamente o argumento que origina a tese de Quine da “indeterminação da tradução”. Quine diz no EN:

Essas considerações levantam uma questão filosófica até mesmo a respeito da tradução ordinária não filosófica, tal como do inglês para o arunta ou para o chinês. Pois, se as sentenças inglesas de uma teoria só tem significado quando tomadas em conjunto com um corpo, então só quando tomadas em conjunto como um corpo é que poderemos justificar sua tradução para o arunta. Não haverá justificação para um emparelhamento de sentenças inglesas componentes com sentenças componentes do arunta, a não ser que essas correlações fazem com que resulte correta a tradução da teoria como um todo⁷³.

Um ponto que chama a atenção nessa citação é o fato de Quine tratar a linguagem ordinária como uma teoria. Através dessa idéia, Quine pensa que aprender uma linguagem é aprender uma teoria sobre como as coisas são (assim, o que foi apresentado acima acerca da teoria científica – na sentença sobre buracos negros – se aplica de modo geral à linguagem ordinária). Essa tese, por mais controversa que possa parecer à primeira vista, atravessa

⁷³ “These considerations raise a philosophical question even about ordinary unphilosophical translation, such as from English into Arunta or Chinese. For, if the English sentences of a theory have their meaning only together as a body, then we can justify their translation into Arunta only together as a body. There will be no justification for pairing off the component English sentences with component Arunta sentences, except as these correlations make the translation of the theory as a whole come out right.” Quine. EN, pg. 80 (Tradução, página 169)

toda a reflexão de Quine, sendo caracterizada principalmente nas primeiras páginas do *Word and Object*⁷⁴ e no seu artigo “Ontological Relativity”. É justamente o fato de Quine pensar a linguagem como uma teoria que conduz à sua tese da indeterminação da tradução. A linguagem é vista aqui como um agregado de sentenças, onde apenas a extremidade deste agregado tem um contato direto com a experiência, sendo que na maior parte das sentenças o contato é apenas indireto.

Seguindo esta tese, Quine propõe no WO o seguinte experimento mental: considere dois lingüistas de campo na tradução de uma linguagem que nunca antes foi traduzida. Cada um deles vai por sua conta própria estabelecer um manual de tradução da língua nativa para o Português. Cada um deles estabelece isoladamente seu método de tradução, que é o que Quine chama de “hipótese analítica” (no sentido de ser esta hipótese que guiará o lingüista nos seus primeiros movimentos)⁷⁵. Ao começar a tradução, cada um dos lingüistas observa a prática nativa e pergunta aos nativos acerca do uso dos seus termos e sentenças. Dado isto, é possível ao fim do processo que cada um dos lingüistas surja com um manual de tradução diferente e incompatível com o do seu parceiro, mas sendo os dois manuais corretos sobre o todo da linguagem. É o que Quine diz: “Manuais para a tradução de uma linguagem em outra podem ser apresentados de modos divergentes, todos compatíveis com a totalidade da disposição da fala, e, todavia incompatíveis um com o outro⁷⁶”. O que isto nos ensina sobre o projeto de Quine é que não há um único modo

⁷⁴ Ver principalmente os §1-2 do *Word and Object*.

⁷⁵ Esta hipótese analítica se desenvolve em quatro momentos: Primeiro: o lingüista entende que as sentenças observacionais podem ser traduzidas; segundo: que as funções de verdade também poderão ser traduzidas; terceiro: o lingüista entende que poderemos ter os *stimulus analytic* reconhecidos; e por fim, quarto: que poderíamos encontrar alguns *stimulus synonymy* ‘intersubjetivos’, os quais seriam apenas assim para os membros da comunidade nativa, como por exemplo, para nós é um *stimulus synonymy* o que diz que ‘Solteiro’ é ‘Homem não casado’, mas que estes não seriam traduzíveis. Ver Quine, WO, 68

⁷⁶ “Manuals for translating one language into another can be set up in divergent ways, all compatible with the totality of speech disposition, yet incompatible with one another” Quine. WO, pg. 24.

correto de traduzir o discurso. A origem desta tese parece ser o **convencionalismo** de Carnap. Assim várias teorias podem ser verdadeiras sobre o mesmo objeto, embora diferentes entre si, dependendo das necessidades práticas dos investigadores.

O exemplo é clássico. Imaginemos estes dois lingüistas tentando traduzir a expressão nativa “Gavagai”. É possível que um lingüista traduza “Gavagai” como “Eis um ingrediente central para uma sopa”, enquanto o outro traduza como “Eis um coelho”. Por mais que estas duas traduções tenham sido cuidadosamente realizadas, é possível que ambas sejam boas traduções e reflitam bem o conjunto do comportamento dos falantes, embora sejam diferentes entre si. Isso ocorre porque não há um fundo experiencial próprio à expressão “Gavagai”. Esse não é um problema da variação da hipótese analítica dos lingüistas, mas antes decorre de que não há um “certo” e um “errado” sobre a tradução de “Gavagai”⁷⁷, porque para essa sentença não há um fundo experiencial próprio. Essa é exatamente a mesma conclusão a que Quine chega no TDE. A indeterminação da tradução surge no seio da semântica como um resultado no modo pelo qual tratamos o significado. Essa análise, apesar de tratar da linguagem ordinária, ataca também o problema da tradução entre teorias, porque, como foi dito acima, Quine trata a linguagem ordinária como uma teoria.

Aplicando a indeterminação da tradução ao projeto de Carnap, temos que não é possível que este seja capaz de traduzir toda a ciência em lógica, teoria dos conjuntos e experiência. A indeterminação da tradução acaba por atacar o projeto carnapiano de tradução. Quine resume seu argumento no EN de um modo diferente:

A consideração crucial por trás do meu argumento em favor da indeterminação da tradução era de que um enunciado sobre o mundo não tem sempre ou não tem frequentemente um cabedal de conseqüências empíricas que possa ser isolado e dito próprio a ele. Essa consideração servia também para dar conta da impossibilidade de uma espécie de redução epistemológica em que cada sentença fosse equiparada a uma sentença em termos observáveis e lógico-matemáticos. E a impossibilidade dessa espécie de redução epistemológica faz desaparecer a última vantagem que a reconstrução racional parecia ter sobre a psicologia⁷⁸.

Toda esta rejeição da epistemologia clássica por parte de Quine tem uma origem bem clara: a mudança no modo de se tratar o significado dos termos, das sentenças e das teorias. Quine tira de cena qualquer teoria que afirme um significado isolado de sentenças e mostra que o único modo de pensar o significado é a partir de uma posição **holista**. Essa posição assumida por Quine é uma das marcas de sua filosofia. Quando discutiremos abaixo a teoria da verificação de Quine, ficará claro que a epistemologia só pode seguir num modo **holista** de pensar o conhecimento. Dito isto, é necessário fazer uma distinção no interior do holismo, entre: (a) **holismo sentencial**, onde deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da proposição, e não isoladamente; esta tese é essencial, porque ela produz uma ruptura importante com Hume; (b) **holismo teórico**, que aparece na idéia de diferentes ajustes possíveis de tradução, onde podemos ter mais uma forma de ajustar os dados da experiência; (c) **holismo verificacional**, onde a verificação do enunciado é feita tomando o todo da teoria onde o enunciado aparece. Estes tipos de holismo são essenciais

⁷⁷ Quine diz: “The point is not that we cannot be sure whether the analytical hypothesis is right, but that there is not even, as there was in the case of ‘Gavagai’, and objective matter to be right or wrong”. Quine. WO, pg. 73.

⁷⁸ “The crucial consideration behind my argument for the indeterminacy of translation was that a statement about the world does not always or usually have a separable fund of empirical consequences that it can call its own. That consideration served also to account for the impossibility of an epistemological reduction of the sort where every sentence is equated to a sentence in observational and logico-mathematical terms. And the

no desenvolvimento da teoria de Quine, e na verdade eles são a fonte das suas observações acerca da verificação e do significado. Nesta dissertação já foram apresentados casos na filosofia de Quine referentes aos tipos (a) e (b) de holismo. Abaixo mostrarei como o holismo verificacional é determinante em Quine.

Ao considerar o holismo, fica evidente que projetos epistemológicos como o “princípio da cópia” e a redução dos enunciados ordinários a um discurso formal, que estão assentadas numa concepção reducionista do significado, simplesmente não têm mais futuro. Essa é a mensagem do TDE e da indeterminação da tradução. Como pensar, portanto a epistemologia à luz dessa teoria do significado? Esse será o alvo da próxima parte.

Antes de passar para a próxima parte deste capítulo, colocarei esse problema a partir de uma perspectiva mais ampla. Muitos filósofos, ao discutir a posição de Quine, têm mostrado que as reflexões dele formam uma “rejeição do *a priori*”. Bonjour, no seu *A Defense of Pure Reason*, mostra que todo o argumento de Quine no TDE está assentado na recusa do *a priori*⁷⁹. A grande marca desta recusa em Quine é seu ataque à idéia de analiticidade. Mas essa não é uma observação localizada. Kitcher, no seu artigo “O retorno dos naturalistas⁸⁰”, vai mostrar que a própria possibilidade da epistemologia naturalizada está apoiada na rejeição do *a priori*. Segundo Kitcher, é necessário abandonar a idéia de fundamentar e reduzir todo o conhecimento a uma noção que seria verdadeira e auto-evidente para que a epistemologia naturalizada surja. O ponto central desta rejeição do *a priori* é a idéia que não há como validar uma sentença por ela mesma quando ela é tomada

impossibility of that sort of epistemological reduction dissipated the last advantage that rational reconstruction seemed to have over psychology” .Quine. EN, pg. 82. (Tradução, página 170)

⁷⁹ Ver Bonjour, *A defense of pure Reason*, pgs 64-5.

⁸⁰ “Os naturalistas rejeitam, de um modo geral, a possibilidade de uma justificação *a priori* da própria epistemologia.” Kitcher, *O retorno dos naturalistas*, pg. 15.

isoladamente. Com essa idéia, Quine pôde recusar toda a proposta empirista para a semântica e para a epistemologia, propostas fundacionistas e reducionistas, abrindo o caminho para um modo diferente de se pensar a epistemologia e a semântica.

Temos aqui uma poderosa rejeição à “filosofia primeira” de Descartes, tomada como molde para a epistemologia desde o início da modernidade. Pensar a atividade da filosofia como “primeira” foi imaginá-la como uma busca pela fundação das ciências, do conhecimento em geral, buscando uma base sempre segura onde a fundação fosse estabelecida. Diferentes noções desempenharam o papel de fundação do conhecimento: ora a idéia de “*a priori*”, ora de “idéias inatas”, “impressões” ou “juízos analíticos”. Se as observações de Quine estiverem corretas, não há lugar para essas idéias. Mas aí surge o problema: como pensar a epistemologia sem elas? Para responder a essa pergunta, vamos para a segunda parte deste capítulo, mas não sem antes recapitular o argumento apresentado aqui.

1. Mostrei como Quine estabeleceu uma analogia entre a busca pela fundação da matemática e a busca pela fundação da epistemologia. Através desta analogia, Quine pode apresentar os lados conceitual e doutrinal, tanto da matemática, quanto da epistemologia, indicando de uma forma geral que o lado doutrinal não foi bem sucedido, enquanto o lado conceitual avançou ao longo do tempo.
2. O ponto de Quine acabou por revelar-se um ataque à idéia de Carnap de tradução entre teorias. Quine mostrou que a base da tese de Carnap era a crença de que cada enunciado tem um fundo experiencial próprio. Quine se opõe a esta tese de Carnap, principalmente com sua análise dos dois dogmas do empirismo. Essa análise gera como conseqüência a indeterminação da tradução, e o surgimento da posição holista.

3. O resultado dos argumentos é um abandono de qualquer tipo de investigação *a priori* da realidade.

2.2. A naturalização da epistemologia.

Na primeira parte deste capítulo, me ocupei da investigação de quais são as razões para a recusa da epistemologia clássica. Inicialmente, mostrei que as críticas de Quine se dirigem ao modo pelo qual a epistemologia empirista tratava a noção de significado. Agora mostrarei que tipo de epistemologia Quine acredita surgir destas críticas.

Sua posição começa a se delinear no EN quando o seu argumento contra a proposta de Carnap de tradução entre teorias ainda não está totalmente resolvido. Quine diz o seguinte naquele momento:

Mas por que toda essa reconstrução criativa, todo esse simulacro? A estimulação dos receptores sensoriais constitui, em última análise, toda a evidência na qual cada um terá podido basear-se para chegar à sua imagem do mundo. Por que não ver simplesmente como essa construção realmente se processa? Por que não ficar com a psicologia?⁸¹

Este é um dos principais trechos do EN uma vez que revela boa parte da nova epistemologia que surge aos poucos no texto. Quine acreditava que a posição clássica tentava reconstruir para então reorganizar o conhecimento. Esta constante tentativa fez com que os filósofos elaborassem avançadas estruturas teóricas para dar conta do nosso conhecimento do mundo. Todos estes projetos falharam, e não se trata apenas, segundo

⁸¹ “But why all this creative reconstruction, all this make-believe? The stimulation of his sensory receptors is all the evidence anybody has had to go on, ultimately, in arriving at his picture of the world. Why not just see

Quine, da falta de um esforço suplementar, mas de algo no coração mesmo desta idéia. Há dois casos exemplares desta falha: Carnap com seu *Aufbau* e Wittgenstein com seu *Tractatus*. Ambas as propostas queriam dar uma firmeza lógica ao nosso conhecimento do mundo. Ambas falharam⁸². Quine acredita que, se não é mais possível reconstruir toda a nossa imagem do mundo, resta-nos tentar explicar como chegamos à ciência que temos e como ela parece explicar e prever muito bem os eventos futuros⁸³. A mudança que ocorre de Carnap para Quine pode ser estabelecida nos seguintes termos: *há um abandono da reconstrução do conhecimento e a sua substituição por uma tentativa de explicação de como nós chegamos ao conhecimento que temos*. É exatamente aqui que a psicologia entra. O seu papel vai ser o de explicar como nosso aparato cognitivo funciona, ou melhor, explicar porque pensamos do modo que pensamos.

O papel que a psicologia é chamada a desempenhar não será o mesmo ligado a uma antiga idéia de filosofia primeira: o que ocorreu não foi tirar a epistemologia do lugar e colocar a psicologia. Esta última vai entrar como a melhor ciência que temos disponível para explicar como nosso conhecimento funciona. Mas, no lugar da psicologia, poderia ser colocada outra ciência que tenha o objetivo de compreender como o conhecimento procede (o que permitiria hoje pensar as neurociências no lugar da psicologia). Além disso, esse movimento da entrada da psicologia revela uma tendência da nova abordagem epistemológica: estudar o conhecimento como um *fenômeno empírico*, como um fenômeno no mundo como outro qualquer. Sobre a relação entre a epistemologia e a psicologia, Quine diz o seguinte:

how this construction really proceeds? Why not settle for psychology?" Quine. EN, pg. 75 (Tradução, página 166)

⁸² Quanto ao *Tractatus*, foi o próprio Wittgenstein quem percebeu as falhas de sua abordagem. Já a proposta de Carnap foi sucessivamente criticada, e já no começo da década de 1950, aproximadamente um quarto de século após a publicação do *Aufbau*, manter as teses deste livro era uma tarefa muito árdua.

A antiga epistemologia aspirava a conter em si, num certo sentido, a ciência natural; ela a construiria, de algum modo, a partir dos dados sensórios [*sense data*]. No seu novo quadro, inversamente a epistemologia está contida na ciência natural, como um capítulo da psicologia. Mas, a seu modo, o antigo envolvimento continua a ser válido. Estudando como são postulados os corpos pelo sujeito humano do nosso estudo e como é projetada a sua física a partir dos seus dados, percebemos que nossa situação no mundo é exatamente igual à dele. Nosso próprio empreendimento epistemológico, portanto, assim como a psicologia da qual ele é um capítulo e o todo da ciência natural onde a psicologia inteira figura como um dos livros – tudo isso é construção nossa ou projeção a partir de estimulações semelhantes às que atribuíramos ao nosso sujeito epistemológico⁸⁴.

Há uma relação muito estreita entre o desenvolvimento da psicologia e o da epistemologia. Desenvolver a epistemologia envolve explicar como chegamos a ter o conhecimento que temos do mundo. Para realizar tal tarefa, a psicologia é a ciência que no momento parece a melhor para lidar com os dados empíricos. Assim, não há uma eliminação da epistemologia em detrimento da psicologia, há sim um pertencimento mútuo entre as duas. Ao invés de falar de contenção da epistemologia pela psicologia, é melhor dizer que ambas tem o mesmo objetivo: compreender como chegamos a ter o conhecimento do mundo.

O novo lugar da epistemologia é revisto com base em duas teses de Quine: (1) o **naturalismo** e (2) o **empirismo**. Vamos a elas.

(1) O naturalismo é com certeza a tese mais básica de toda a filosofia de Quine, principalmente de sua epistemologia. O naturalismo quineano funciona segundo dois

⁸³ Este parece ter sido o mesmo movimento que Hume fez ao explicar a relação causal.

⁸⁴ “The old epistemology aspired to contain, in a sense, natural science; it would construct it somehow from sense data. Epistemology in its new setting, conversely, is contained in natural science, as a chapter of psychology. But the old containment remains valid too, in its way. We are studying how the human subject of our study posits bodies and projects his physics from his data, and we appreciate that our position in the world is just like his. Our very epistemological enterprise, therefore, and the psychology wherein it is a component chapter, and the whole of natural science wherein psychology is a component book - all this is our own

aspectos: o **primeiro** diz que o único modo de se investigar o mundo é através da investigação da natureza, ou, dito mais precisamente, através de uma investigação dos processos físicos manifestados na natureza.

O **segundo aspecto** do seu naturalismo diz que a filosofia não ocupa um lugar privilegiado no estudo do nosso conhecimento do mundo. Esse aspecto é provavelmente o que a tese naturalista de Quine tem em comum com outros tipos de naturalismo. Quine freqüentemente usa de uma metáfora criada por Neurath para exemplificar seu naturalismo. Em linhas gerais, essa metáfora diz que, ao estarmos no meio do oceano, não há como reconstruir o nosso navio de uma vez só, o máximo que podemos fazer é verificar quais partes dele não estão funcionando bem e então substituí-las, uma por uma. Depois de um longo e duro trabalho, pode ser que o navio que saiu da doca não seja mais o mesmo que está navegando. Apesar deste navio ter sido totalmente reconstruído, este movimento não aconteceu de uma só vez⁸⁵. A questão aqui é que a epistemologia pode ser totalmente reavaliada e reconstruída, mas nunca de um ponto de vista externo, como se não reconhecêssemos que o próprio navio ainda está navegando. Essa metáfora traz a tona o importante argumento naturalista de Quine acerca do “exílio cósmico”. Esta tese é fundamental para todo o desenvolvimento do naturalismo quineano, portanto vamos a ela.

construction or projection from stimulations like those we were meting out to our epistemological subject.” Ver, Quine, EN, pg. 74 (Tradução, página 170-1)

⁸⁵ A metáfora de Neurath por ele mesmo: “Imagine sailors who, far out sea, transform the shape of their vessel from a more circular to a more fishlike one. They make use of some drifting timber, besides the timber of the old structure, to modify the skeleton and the hull of their vessel. But they cannot put the ship in the dock in order to start from scratch. During their work they stay on the old structure, and deal with heavy gales and thundering waves. In transforming their ship they take care that dangerous leakages do not occur. A new ship grows out of the old one, step by step – and while there are still building, the sailors may already be thinking of a new structure, and they will not always agree with one another. The whole business will go on in a new way we cannot even anticipate today. That is our fate.” Neurath. *Foundations of the Social Science*. pg.47. Apud Koppelberg, 1990, pg. 203

No último parágrafo do *Word and Object*⁸⁶, Quine mostra contra Carnap que não há questões internas ao nosso sistema de referência e questões externas a qualquer sistema de referência⁸⁷. Isso ocorre porque essa distinção entre questões internas e externas é herdeira da distinção entre analítico e sintético. Sem essa última distinção, a separação entre as questões também desaparece. De acordo com Quine (e ele segue Carnap aqui), há apenas dois modos de tratar as coisas, um **modo material** e um **modo formal**. No modo material falamos sobre os objetos descrevendo suas características empíricas. Em certo momento da investigação, quando é necessário explicitar os comprometimentos ontológicos e epistemológicos assumidos, passa-se, com a ajuda da lógica e da teoria dos conjuntos, para um modo estrutural de se falar sobre os objetos, que é o modo formal. O modo formal trata os objetos não empiricamente, mas formalmente, trazendo a discussão para um terreno no qual há um acordo suficiente entre as partes para que haja um avanço teórico. A passagem do modo material para o formal é chamada de “ascensão semântica” (*semantic ascent*)⁸⁸. A ascensão semântica não é exclusividade da filosofia. Qualquer ciência, na tentativa de melhor especificar seus conceitos, faz uso dela. Resumindo o ponto, temos que, a partir do seu naturalismo, Quine não acredita que haja um ponto externo e um interno. Para Quine, há apenas um modo formal e um material, ambos internos às teorias, participando de um

⁸⁶ Quine, WO, §56.

⁸⁷ Sobre esta distinção, ver Primeiro Capítulo, seção 1.2.3.

⁸⁸ Quine explica assim a mudança do modo material para o formal: “‘It is the shift from talk of miles to talk of ‘mile’. It is what leads from material (*inhaltlich*) mode into formal mode, to invoke an old terminology of Carnap’s. It is the shift from talking in certain terms to talking about them. It is precisely the shift that Carnap thinks of as divesting philosophical questions of a deceptive guise and setting them forth in their true colors. But this tenet of Carnap’s is the part that I do not accept. Semantic ascent, as I speak of it, applies anywhere. ‘There are wombats in Tasmania’ might be paraphrased as ‘Wombat’ is true of some creatures in Tasmania’.” Quine. WO, pg. 271.

mesmo esforço teórico (ao contrário de Carnap, que acredita que os dois modos são independentes⁸⁹).

Ao combater a posição de Carnap com a idéia da ascensão semântica, Quine vai propor nas páginas finais do *Word and Object*, que o que vai diferenciar o filósofo do cientista não é uma investigação particular, de um objeto particular, mas apenas uma investigação mais extensa das categorias ontológicas⁹⁰. O que indica que não há lugar privilegiado para o filósofo ou o cientista⁹¹. Não há ponto externo para nenhum deles. Quine dirá:

A tarefa do filósofo difere das outras, então, no detalhe; mas não de um modo drástico como aquele suposto por quem imaginava para o filósofo um ponto vantajoso fora do esquema conceitual que ele assume. Não há tal exílio cósmico. Ele não pode estudar e revisar o esquema conceitual fundamental da ciência e do senso comum sem ter algum esquema conceitual no qual trabalhar⁹².

Ao dizer que não há um ponto de vista externo, Quine mostra que não há um *a priori*, não há um ponto que independa de qualquer inter-relação teórica e experiencial. A epistemologia e a ciência feitas por nós dependem do esquema conceitual que usamos (nossa língua), e certamente não há pontos externos a este esquema conceitual. Essa é a

⁸⁹ Ver Primeiro Capítulo, pgs. 44-45

⁹⁰ Carnap parece manter uma posição próxima desta, como foi mostrado no primeiro capítulo. Todavia, Carnap mantém junto a esta tese a possibilidade de reconstrução da linguagem a partir da experiência, lógica e teoria dos conjuntos, duas teses que para Quine são incompatíveis.

⁹¹ Quine no WO identifica então o novo lugar que o cientista, o matemático e o filósofo vão ocupar: a) O **cientista**: Este tem a responsabilidade de investigar o mundo através dos objetos físicos, encaixando-os em certas classes. b) O **matemático e o lógico**: É da alçada tanto do matemático como do lógico estudar e decidir quanto à utilização das classes. A matemática e a lógica entram no projeto de Quine como um modo de precisar epistêmica e ontologicamente as nossas sentenças sobre a realidade. c) O **filósofo**: É da responsabilidade do filósofo um “escrutínio da aceitação não crítica dos objetos físicos e das classes”. O filósofo assume uma posição meta-teórica de investigação conceitual. Ver Quine, WO, 274.

⁹² “The philosopher’s task differs from the others, then, in detail; but in no such drastic way as those suppose who imagine for the philosopher a vantage point outside the conceptual scheme that he takes in charge. There

recusa de Quine de qualquer possibilidade de uma “filosofia primeira”, de uma filosofia que possa fundamentar a ciência, enfim de um ponto de vista externo⁹³. A diferença entre a filosofia e a ciência não é qualitativa, como a idéia de uma filosofia primeira sugere, a diferença é apenas de grau. Esse é parte do significado de “naturalizada”, em “epistemologia naturalizada”: uma epistemologia unida às ciências.

Dentro destes dois aspectos que levantei acerca do naturalismo de Quine, o que temos para a epistemologia é um lugar nesta enorme tarefa de explicar como o nosso conhecimento se dá. Quine vai dizer:

Acho, entretanto, que nesse ponto seria talvez mais útil dizer (...) que a epistemologia continua a avançar ainda, embora num novo quadro e com um *status* clarificado. A epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural. Ela estuda um fenômeno natural, a saber, um sujeito humano físico. Concede-se que esse sujeito humano recebe uma certa entrada experimentalmente controlada – certos padrões de irradiação em variadas frequências, por exemplo – e no devido tempo o sujeito fornece como saída uma descrição do mundo externo tridimensional e sua história⁹⁴.

Quine acredita que o naturalismo, para retornar um pouco da analogia estabelecida na primeira parte deste capítulo, realmente cumprirá o lado conceitual da epistemologia que

is no such cosmic exile. He cannot study and revise the fundamental conceptual scheme of science and common sense, without having some conceptual scheme, in which to work.” Quine. WO, pg. 275-6.

⁹³ Stroud coloca este ponto de um modo claro: “Quine’s ‘naturalized epistemology’ rests on the denial of any such ‘external’ position. Science and everyday knowledge and the languages and thought process in which they are pursued and expressed are to be seen as natural phenomena and studied and described and explained scientifically like any other part of the natural world.”. Para mais detalhes acerca desta relação do argumento da ascensão semântica e da negação do exílio cósmico, ver Stroud, “Naturalized Epistemology” Stroud, “The Significance of Philosophical Scepticism”, pg. 211 . Ver mais: Stroud, “Quine on Exile and Acquiescence”.

⁹⁴ “But I think that at this point it may be more useful to say rather that epistemology still goes on, though in a new setting and a clarified status. Epistemology, or something like it, simply falls into place as a chapter of psychology and hence of natural science. It studies a natural phenomenon, viz., a physical human subject. This human subject is accorded a certain experimentally controlled input - certain patterns of irradiation in assorted frequencies, for instance - and in the fullness of time the subject delivers as output a description of the three-dimensional external world and its history.” Quine. EN, pg. 83 (Tradução, página 170)

era o de estabelecer e clarificar o significado das sentenças. De um modo mais amplo, o naturalismo retira a epistemologia da base e a coloca como mais uma ciência, com o mesmo objetivo de estudar o “fenômeno humano” que a ciência estuda empiricamente. É a partir deste argumento que a psicologia pode entrar livremente na epistemologia, porque a psicologia estuda o ser humano como um objeto empírico. A epistemologia deve partilhar desta mesma orientação da psicologia, acontecendo assim uma união entre ambas, com cada uma destas áreas realizando tarefas diferentes dentro da mesma intuição básica que é *oferecer a melhor descrição empírica do conhecimento*.

O movimento deve ficar claro:

1. Quine recusa a distinção entre analítico e sintético
2. Com isto, ele recusa as idéias reducionistas e fundacionistas.
3. Já que não há como fundar o conhecimento, como a epistemologia clássica queria, Quine revê a questão e assume que a filosofia não deve fundar o conhecimento, mas trabalhar em continuidade com as ciências.
4. Temos assim o naturalismo, que traz a filosofia como parte de um empreendimento maior.

Mas e o lado doutrinal da epistemologia? O que acontece com a justificação do nosso conhecimento? Se do lado conceitual da epistemologia o naturalismo une ciência e epistemologia com o objetivo de estudar o conhecimento humano, como justificar esse conhecimento? Num primeiro momento, parece que o naturalismo é uma proposta que elimina toda a normatividade da epistemologia, porque insiste numa descrição do conhecimento e não numa *normatização* deste. Será que do lado doutrinal realmente não há como ir além de onde Hume nos deixou, para lembrar a oracular frase de Quine? Essa é justamente a questão que domina os debates da epistemologia naturalizada hoje. Neste

parágrafo apenas a apresentei. Quanto a examiná-la, é preciso antes terminar a exposição do EN. Voltarei a essa discussão sobre a normatividade na epistemologia naturalizada de Quine no Capítulo Três desta dissertação.

(2) Algumas páginas acima eu disse que há duas posições teóricas muito básicas que guiam a epistemologia naturalizada de Quine. Quanto à primeira, o naturalismo, eu a discuti acima; agora é o momento de explicar a segunda, que é o **empirismo**. Quine fala de dois motes para o empirismo:

Um é o de que toda a evidência de que a ciência dispõe é a evidência sensorial. O outro, do qual farei uso, é o que qualquer processo de inculcar significados de palavras terá que repousar, em última análise, na evidência sensorial⁹⁵.

Do mesmo modo que a epistemologia nasce em Quine em um novo e clarificado status segundo o naturalismo, o seu empirismo também sofre uma renovação. Tendo compreendido que não há um significado para as sentenças em isolado, o que resta para o empirismo? Para Quine é o fato de que a única evidência que há para ciência é a empírica. O que é exatamente essa evidência e como ela se relaciona com a teoria? Começemos com a primeira parte desta última questão que é o problema da evidência. Quine diz no WO que as palavras somente significam quando são usadas em sentenças, e que este significado está condicionado ao estímulo sensório e verbal⁹⁶. A fonte para esta tese ainda é o empirismo. Mas não é que toda a teoria se relacione sentença a sentença com a experiência, ou ainda,

⁹⁵ “One is that whatever evidence there *is* for science is sensory evidence. The other, to which I shall recur, is that all inculcation of meanings of words must rest ultimately on sensory evidence.” Quine. EN, pg. 75 (Tradução, página 166)

não é que a evidência para as teorias seja fornecida sentença a sentença, mas a evidência para as teorias é dada através do todo da teoria, por meio da experiência empírica, conforme o holismo verificacional. Portanto, se a epistemologia quer compreender como chegamos à nossa imagem do mundo, ela deve considerar que a única evidência que temos é a empírica, evidência esta que se relacionará com a ciência como um todo⁹⁷.

Ao discutir esta noção de evidência, Quine quer trazer a discussão acerca da **Teoria da Verificação**. Essa teoria, que nasceu no Círculo de Viena, incluindo Carnap e Neurath, asseverava que, para que uma questão possa ser feita, ela deverá poder, pelo menos em princípio, ser respondida experimentalmente. Quando a teoria da verificação é usada na determinação do significado das sentenças, temos: para que uma sentença possa ser verificada, ela deve, pelo menos em princípio, poder ser verificada experimentalmente, do contrário ela não tem significado real. Foi a partir de tal teoria da verificação que Carnap desenvolveu seu *Aufbau* para reduzir cada sentença à lógica, experiência e teoria dos conjuntos. Mas, se observarmos o que Quine mostrou, não é possível aceitar tal teoria da verificação, uma vez que não há evidência empírica para cada uma de nossas sentenças. Quine então vai sugerir outro caminho para a teoria da verificação:

Quando, por outro lado, levamos a sério uma teoria verificacional do significado, a indeterminação aparece como inevitável. O Círculo de Viena esposou uma teoria verificacional do significado, mas não a levou suficientemente a sério. Se, com Pierce, reconhecermos que o significado de uma sentença depende puramente do que vier a ser considerado como evidência para a sua verdade, e se, com Duhem, reconhecermos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, mas só enquanto

⁹⁶ “(...) words mean only as their use in sentences is conditioned to sensory stimuli, verbal and otherwise. Any realist theory of evidence must be inseparable from the psychology of stimulus and response, applied to sentences.” Quine. WO, pg. 17

⁹⁷ O que se deu aqui foi uma ligação entre o problema do significado com a verificação. Este ponto já foi apresentado no primeiro capítulo e a partir de agora ficará explicado também para Quine.

grandes blocos de teoria, então o caráter indeterminado da tradução de sentenças teóricas será a conclusão natural⁹⁸.

As teses tanto de Pierce quanto de Duhem são essenciais para a epistemologia que Quine está desenvolvendo. A contribuição mais importante vem de Duhem, com o holismo verificacional. Segundo ele, a verificação da teoria não pode ser feita sentença a sentença, mas tomando a teoria como um todo. Sentenças isoladas do resto do contexto da teoria não podem ser submetidas à verificação. A consequência disto é que uma experiência isolada não pode provar a veracidade de uma sentença, e é aqui, na questão da verdade da sentença, que Pierce entra na epistemologia de Quine. A veracidade de uma sentença é determinada pelo que conta como sua evidência, que é a evidência empírica considerada no interior de um agregado teórico. O que temos é que uma sentença teórica isolada não é ela mesma verdadeira ou falsa, ela nem mesmo é significativa ou não significativa. Afinal, para uma sentença teórica em isolamento *nada pode contar como evidência*.

Um problema que poderia surgir aqui é: se uma experiência não pode contar como evidência pra uma sentença, como saber que parte da teoria é incorreta? Segundo Quine, o máximo que pode ser feito é verificar como o todo da teoria se comporta dada uma variação da evidência empírica e então tentar alterar a teoria, sempre buscando a descrição mais simples e conservadora que coadune com a experiência empírica⁹⁹. Todavia, nunca poderemos saber em definitivo qual sentença a experiência implica, simplesmente porque

⁹⁸ “When on the other hand we take a verification theory of meaning seriously, the indeterminacy would appear to be inescapable. The Vienna Circle espoused a verification theory of meaning but did not take it seriously enough. If we recognize with Peirce that the meaning of a sentence turns purely on what would count as evidence for its truth, and if we recognize with Duhem that theoretical sentences have their evidence not as single sentences but only as larger blocks of theory, then the indeterminacy of translation of theoretical sentences is the natural conclusion.” Quine. EN, pg. 80-81 (Tradução, página 169)

⁹⁹ Quine juntamente com Ullian no seu *The Web of Belief* indica cinco características para manter ou alterar uma teoria, a saber: conservadorismo, modéstia, simplicidade, generalidade e refutabilidade. Ver *Web of Belief*, Cap. VI.

ela não implica nenhuma em isolado. Tal é o holismo verificacional que Quine adota no desenvolvimento de sua tese epistemológica.

A questão da verificação na epistemologia naturalizada tem uma profunda marca oriunda do modo pelo qual a indeterminação da tradução afeta as sentenças em relação ao todo lingüístico. A nova verificação e a indeterminação da tradução quando pensadas em conjunto tornam o antigo empirismo inviável, pois essas teses impedem uma equivalência entre uma sentença e uma experiência ou entre uma idéia e uma experiência. Mas de modo algum isso implica num abandono do empirismo ou da teoria da verificação empirista. Sobre isso, Quine diz:

Será que a inconveniência desta conclusão deveria persuadir-nos a abandonar a teoria verificacional do significado? É certo que não. O tipo de significado básico para a tradução e para a aprendizagem da língua materna é necessariamente o significado empírico e nada mais. (...) Decerto, enquanto se trata da própria teoria do significado lingüístico, não se tem outra escolha além da de ser um empirista¹⁰⁰.

Toda a implementação da epistemologia naturalizada, principalmente o modo como Quine encara o problema da evidência empírica, nasce da avaliação da idéia de significado, onde, apesar do significado ser dado de modo holístico, ele é essencialmente empírico. É esta relação entre os problemas de *significado* e *evidência*, ou antes, entre *semântica* e *epistemologia*, que fez emergir a epistemologia naturalizada¹⁰¹. Ao propor a indeterminação da tradução, e as críticas do TDE, Quine indica que é impossível manter a antiga teoria do

¹⁰⁰ “Should the unwelcomeness of the conclusion persuade us to abandon the verification theory of meaning? Certainly not. The sort of meaning that is basic to translation, and to the learning of one’s own language, is necessarily empirical meaning and nothing more. (...) Surely one has no choice but to be an empiricist so far as one’s theory of linguistic meaning is concerned.” Quine. EN, pg. 81 (Tradução, página 69)

¹⁰¹ Do mesmo modo que no Círculo de Viena, aqui também o problema epistemológico é o problema da verificação.

significado. Ao mudar a teoria do significado, muda-se necessariamente a teoria da verificação e assim temos um novo empirismo e uma nova epistemologia. É desta maneira que nascem respectivamente o naturalismo e o empirismo holista (tanto semântico quanto epistêmico) de Quine. Sobre essa relação entre a semântica (significado) e a epistemologia (verificação), Davidson deixa o ponto claro:

Deixando de lado casos aberrantes, o que reúne a verdade e o conhecimento é o significado. Se os significados forem dados por condições de verdade objetivas, há a questão de como nós podemos saber que as condições são satisfeitas¹⁰² (...).

Apesar de discordarem acerca de como estas condições são satisfeitas, a origem da epistemologia de Quine e Davidson é a mesma: o significado. Assim, ao tornar central o tratamento do significado, a epistemologia naturalizada emerge como semântica:

Não estaremos entrando em choque com as pressuposições da velha Viena se dissermos que a epistemologia converte-se agora em semântica. Pois, como sempre, a epistemologia continua centrada em torno da evidência, e o significado, em torno da verificação; e evidência é verificação¹⁰³.

Deixe-me colocar a posição de Quine em perspectiva. Sua epistemologia será ao mesmo tempo **empirista** e **naturalista**. O empirismo diz que a única evidência que temos é a empírica e que ela se relaciona com a teoria como um todo. O naturalismo diz que não há exílio cósmico, e que, na tarefa de investigação do conhecimento humano, a epistemologia

¹⁰² “Setting aside aberrant cases, what brings truth and knowledge together is meaning. If meanings are given by objective truth conditions there is a question how we can know that conditions are satisfied (...).” Davidson, *A coherence theory of truth and knowledge*, pg. 136

¹⁰³ “It is no shock to the preconceptions of old Vienna to say that epistemology now becomes semantics. For epistemology remains centered as always on evidence, and meaning remains centered as always on verification; and evidence is verification.” (Tradução, página 174) Quine. EN, pg. 89-90

deve tornar-se parte de um projeto maior, onde ocupará um lugar tão importante quanto outra ciência natural. Tal epistemologia naturalista e empirista pensa uma teoria da verificação como holista e dentro da teoria da evidência de Pierce. A conclusão desta teoria da verificação é que a evidência não se relaciona com as sentenças em isolado, mas com a teoria como um todo. Tal conclusão surgiu mediante a reavaliação da idéia de significado. Essa epistemologia irá se preocupar fundamentalmente com a evidência para as teorias e a busca pelo significado destas teorias. É assim que a semântica aparece na epistemologia. Como eu disse acima a respeito da psicologia, é melhor dizer que a epistemologia, a própria psicologia e agora a semântica buscam um mesmo objetivo, todas elas são ciências que estão unidas para compreender como o nosso conhecimento funciona.

O que exatamente significa para a epistemologia tornar-se ou associar-se definitivamente à semântica? Para responder a esta questão, Quine vai pensar o antigo projeto do Círculo de Viena através de seu novo e esclarecido empirismo. Este antigo projeto consistia em buscar a evidência para a ciência em *sentenças protocolares* (*Protokollsätze*), sentenças que estariam mais próximas da experiência e que serviriam de entrada para a ciência e para a linguagem. Assim, a epistemologia seria semântica porque ela investiga o significado dessas sentenças protocolares. A base deste projeto é mantida por Quine. O objetivo da epistemologia ainda é o mesmo, ele vai dizer:

A relação entre a magra entrada e a saída torrencial é a relação que nos sentimos estimulados a estudar um tanto pelas mesmas razões que sempre serviram de estímulo para a epistemologia; ou seja, a fim de ver como a evidência se relaciona à teoria e de quais maneiras as nossas teorias da natureza transcendem qualquer evidência disponível¹⁰⁴.

¹⁰⁴ “The relation between the meager input and the torrential output is a relation that we are prompted to study for somewhat the same reasons that always prompted epistemology; namely, in order to see how evidence

Há duas perguntas aqui: (1) como a evidência se relaciona com a teoria? e (2) como a teoria transcende a evidência? Para respondê-las, Quine vai sugerir um tipo de sentença que seja a entrada e a evidência para a ciência, a sua *sentença observacional*. É na explicação do que são estas sentenças e qual é seu papel que as duas perguntas acima serão respondidas por Quine.

Para explicar o que são essas sentenças, Quine vai investigar como aprendemos a linguagem. Deixe-me apresentar sucintamente a questão. Segundo Quine, tudo começa com os *stimulus meaning*:

Nós podemos começar por definir o *stimulus meaning* afirmativo de uma sentença como ‘Gavagai’ para um dado falante como a classe de todas as estimulações (...) que poderiam levar ao seu assentimento. (...) Nós podemos definir o *stimulus meaning* negativo similarmente com ‘assentimento’ e ‘não-assentimento’ intercambiados, e definir *stimulus meaning* como o par ordenado dos dois¹⁰⁵.

Devemos interpretar essa definição com cuidado. Ela *não* implica em: (i) que toda sentença tem um significado empírico, nem em (ii) dizer que há um significado empírico, ou um *stimulus meaning*, para cada sentença. Quanto ao primeiro ponto, Quine abandonou a idéia de que toda sentença tenha um significado empírico. Quanto ao segundo, uma sentença só terá um *stimulus meaning* se ela for muito básica, como p.ex., “Gavagai”, ou “É um coelho”. Isto envolve nada mais do que as sentenças de entrada na linguagem.

relates to theory, and in what ways one’s theory of nature transcends any available evidence.” Quine. EN, pg. 83 (Tradução, página 170)

¹⁰⁵ “We may begin by defining the *affirmative stimulus meaning* of a sentence such as ‘Gavagai’ for a given speaker, as the class of all the stimulations (hence evolving ocular irradiation patterns between properly timed blindfoldings) that would prompt his assent. (...) We may define *negative stimulus meaning* similarly with ‘assent’ and ‘dissent’ interchanged, and the define the *stimulus meaning* as the ordered pair of the two.” Quine. WO, 32-33.

As sentenças que primeiro serão formadas segundo esse *stimulus meaning* serão o Quine chama de “sentenças ocasionais” (*occasion sentences*). O assentimento a essas sentenças ocasionais pode ser dado apenas num dado tempo e por um dado falante, como por exemplo, ‘Azul’ ou ‘Isso dói’, etc. Essas sentenças não podem ser a fonte de objetividade de uma linguagem, porque elas podem depender excessivamente de **informações colaterais**¹⁰⁶ presentes na linguagem, o que dificultaria sua interpretação. É preciso para o desenvolvimento objetivo de uma teoria um tipo de sentença que possa ser intersubjetivamente acordada, e que dependa pouco de informações colaterais.

Para funcionar como pedra de toque teórica, é necessário um tipo de sentença em que todos aqueles que estão na linguagem poderão concordar, uma *sentença observacional*. No EN, Quine procura pensar um tipo de sentença assim. Sua primeira suposição envolve uma sentença onde não haja nenhum tipo de informação colateral. Na verdade, essa é a definição de sentença observacional no WO¹⁰⁷. Mas no EN Quine percebe que falar de uma sentença que não dependa absolutamente de nenhuma informação colateral é voltar à antiga e não desejável distinção entre analítico e sintético. Afinal, uma sentença analítica é verdadeira por ela mesma, sem depender de nenhuma informação colateral. Mas se pensarmos de acordo com o que até o momento foi relatado do pensamento quineano, não há como falar de uma sentença que independa de informações colaterais. Precisamos de uma sentença que dependa então, minimamente, de informações colaterais, onde o que é “mínimo” vai depender da comunidade de falantes na qual a sentença será proferida.

¹⁰⁶ Informações colaterais são as que podem determinar a compreensão de uma sentença em alguns casos, mas que não são, em geral, essenciais. Por exemplo, para a maioria das pessoas a frase "esta blusa é azul" depende de pouca informação - provavelmente só a consideração de que a pessoa entende as palavras “azul” e “blusa”. De outro lado, essa mesma frase, para ser corretamente compreendida, necessita de informações colaterais, como, por exemplo, saber que quem falou a frase era daltônico.

Dadas essas considerações, Quine vai definir a sentença observacional como “(...) uma sentença sobre a qual todos os que falam a língua pronunciam o mesmo veredicto, quando é dada a mesma estimulação concomitante¹⁰⁸.” As sentenças observacionais para Quine vão ter duas características, (1) **semelhança de stimulus meaning** e (2) **intersubjetividade entre os falantes**: assim os falantes deverão ter uma estimulação e um *background* teórico mais ou menos semelhante, que permita o acordo entre eles (deste modo fica claro que a parte mais importante da definição das sentenças observacionais é a intersubjetividade, pois afinal, o que determina mesmo a sentença é o contexto no qual ela é proferida). Mas falar em “comunidade de falantes” parece deixar o “observacional” de “sentenças observacionais” um pouco de lado, uma vez que a observação sozinha não decidirá o significado das sentenças observacionais. Tal ponto fez com que muitos filósofos pensassem que a idéia de observação estava perdida¹⁰⁹. Os casos citados por Quine são os de Kuhn, Polány e Hanson.

Talvez o caso mais extremo de dúvida acerca da idéia de observação seja de Hanson, que coloca inúmeros casos em que apesar de termos as mesmas estimulações nervosas “vemos” coisas diferentes. O caso mais simples é citado por Quine, onde um neófito “vê” fios e uma placa de metal, e um cientista experiente, “vê” uma máquina de raios-X¹¹⁰. Ao contrário destas posições, Quine dirá que ele não nega a idéia de observação. Há sim observação, mas ela irá funcionar de acordo com certa comunidade lingüística.

¹⁰⁷ “Occasion sentences whose stimulus meaning vary none under of collateral information may naturally be called observacional sentences, and these stimulus meaning may without fear of contradiction be said to do full justice to their meanings” Quine. WO, 42.

¹⁰⁸ “(...) one on which all speakers of the language give the same verdict when given the same concurrent stimulation.” Quine, EN, pg. 86-7 (tradução, página 172-3)

¹⁰⁹ Quine, EN, pg. 87-8

¹¹⁰ Há casos mais interessantes e mais radicais. Um dos exemplos mais interessantes dados por Hanson é que quando uma figura que para algumas pessoas (quase todos os ocidentais pelo menos) parece representar uma figura tridimensional de uma escada (ou algo que o valha) é mostrada para uma tribo africana que não tem

Quanto a determinar o que é uma comunidade lingüística é uma tarefa que irá variar de acordo com a situação. Uma comunidade lingüística pode ser determinada amplamente, como por exemplo, no caso em que as pessoas falam a mesma língua e aprenderam a dominá-la de um modo semelhante; ou no caso que, além de dominar a língua materna, será necessário também dominar certo vocabulário técnico. Por exemplo, dizer “isto é um anti-elétron” pode eventualmente ser observacional para uma comunidade restrita de falantes a que saibam lidar com o vocabulário da física, e dizer “Este cachorro tem quatro patas” é observacional, mas agora para uma comunidade muito mais ampla de falantes, a qual precisa provavelmente dominar apenas a língua materna para compreender essa sentença. Mesmo com essa variação na comunidade de falantes, podemos ter uma observação mais ou menos absoluta, como quando tomamos um enunciado que dependa de muito pouca informação colateral, como p.ex., dizer ‘a água mata a sede’.

As sentenças observacionais serão a pedra de toque da epistemologia e também da semântica. Elas são o primeiro passo dessas áreas do conhecimento, por duas razões agora. Voltemos à distinção entre lado doutrinal e conceitual. Quine vai dizer:

Foi muito importante que a noção de sentença observacional tivesse sido esclarecida, pois ela é fundamental em dois aspectos. Esses dois aspectos correspondem à dualidade para a qual chamei a atenção acima, nessa exposição: a dualidade entre conceito e doutrina, entre saber o que uma sentença significa e saber se ela é verdadeira. A sentença observacional é básica para os dois empreendimentos. Sua relação para com a doutrina, para com o nosso conhecimento do que é verdadeiro é, em grande parte, a tradicional: sentenças observacionais são o repositório de evidência para as hipóteses científicas. Sua relação com o significado também é fundamental, dado que são elas as primeiras que, na nossa condição, aprendemos a compreender, como crianças e como lingüistas em pesquisa de

costume de representar um objeto tridimensionalmente, ela não vê uma figura, mas uma sucessão de linhas dispostas. Ver, Hanson *Patterns of Discovery* e Chalmers, *O que é a ciência afinal?*

campo. Pois as sentenças observacionais são precisamente aquelas que podemos correlacionar a circunstâncias observáveis da ocasião de elocução ou de assentimento, independentemente das variações nas histórias passadas dos indivíduos informantes. Elas são a única via de acesso a uma língua¹¹¹.

Assim, as sentenças observacionais poderão funcionar como o que Quine chama de um “tribunal intersubjetivo” sobre o qual a ciência poderá avançar e sobre o qual a epistemologia poderá ser testada. Elas são a realização da questão da verificação: servem como evidência e como fonte de significado.

Todavia, a teoria científica terá muito pouco de sentenças observacionais. As teorias científicas precisam de sentenças com as quais todos concordem, sentenças que sejam fixas. Elas serão o que Quine chama de sentenças fixas (*standing sentences*) ou, no seu caso mais rigoroso, sentenças eternas¹¹² (*eternal sentences*), que não valem apenas para um dado falante ou comunidade de falantes, mas se pretendem universais. Para ter tal característica, as sentenças eternas têm de se livrar de qualquer observação bem como de termos indexicais. Esse tipo de sentença é o centro da ciência, e é a maior parte de sua teia, que tem apenas nas suas extremidades as sentenças observacionais. As sentenças eternas tentam, ao se livrar da observação e dos indexicais, justamente se livrar daquele problema

¹¹¹ “Clarification of the notion of observation sentence is a good thing, for the notion is fundamental in two connections. These two correspond to the duality that I remarked upon early in this essay: the duality between concept and doctrine, between knowing what a sentence means and knowing whether it is true. The observation sentence is basic to both enterprises. Its relation to doctrine, to our knowledge of what is true, is very much the traditional one: observation sentences are the repository of evidence for scientific hypotheses. Its relation to meaning is fundamental too, since observation sentences are the ones we are in a position to learn to understand first, both as children and as field linguists. For observation sentences are precisely the ones that we can correlate with observable circumstances of the occasion of utterance or assent, independently of variations in the past histories of individual informants. They afford the only entry to a language.” Quine, EN, pg. 88 (Tradução, página 174)

¹¹² Acerca das sentenças eternas, Quine diz: “Eternal sentences are standing sentences of an extreme kind; many standing sentences, e.g. “The Times has come”, are not eternal. Theoretical sentences in mathematics and other sciences tend to be eternal, but they have no exclusive claim to the distinction. Reports and predictions of specific single events are eternal too, when times, places or persons concerned are objectively

enfrentado por Hume e Carnap, do lado doutrinal, que é a generalização empírica. A proposta aqui é formular leis e teorias que, apesar de estarem relacionadas com as observações na extremidade da teoria, não dependam delas diretamente para serem colocadas.

A passagem de uma sentença observacional para uma sentença eterna explica como a ciência funciona. Quando uma teoria é formada, o que se faz inicialmente é tomar algumas sentenças observacionais e aos poucos refiná-las. Esse refinamento ocorre através de um proporcional ajuste das sentenças com a comunidade de falantes para que elas deixem de valer para apenas um objeto. Parte fundamental desse movimento ocorre quando há uma formalização do conteúdo pesquisado (envolvendo a idéia de ascensão semântica discutida acima, pgs. 81-2), fazendo com que a fórmula obtida valha não apenas aqui e agora, mas em qualquer lugar e em todo o tempo. Para realizar tal tarefa, a lógica e a teoria dos conjuntos serão decisivas para o cientista e para o filósofo determinarem e formalizarem seu objeto de pesquisa. Nesse sentido, Quine não rompe totalmente com o projeto empirista do Círculo de Viena, a diferença é que ele não quer reconstruir, ele quer apenas descrever como a ciência funciona.

Após essas considerações, cumprimos a tarefa de explicar a sentença que citei algumas páginas acima¹¹³, acerca de como a evidência se relaciona com a teoria. A relação entre a parca entrada sensorial e a torrencial saída é explicada pelas sentenças observacionais que são a evidência para a ciência, ciência essa que só se desenvolverá quando ultrapassar as sentenças observacionais. Assim, temos (1) como a evidência se relaciona com a teoria, ou seja, através das sentenças observacionais e (2) como a teoria

indicated rather than left to vary with the reference of first names, incomplete descriptions, and indicate words. Nor need eternal sentences be empty of stimulus meaning; (...)” Quine, WO, 193-4.

transcende a evidência disponível, ou em outras palavras, como das sentenças observacionais, que são uma pequena parte da ciência, vamos para as sentenças eternas, que transcendem toda a observação possível.

Vou agora colocar esses argumentos em uma perspectiva mais ampla e verificar como Quine sugere que a epistemologia deve caminhar. Ele acredita que a epistemologia deve deixar de considerar sua posição como privilegiada, devendo juntar-se com a semântica, a psicologia, a neurologia, etc., em um mesmo projeto geral que é estudar o ser humano como um fenômeno empírico. O objetivo da epistemologia será o de contribuir para a investigação, e não o de baseá-la. Para participar deste projeto geral, a epistemologia deve ser holista e acreditar que uma sentença só pode ser verificada no todo da teoria. Essa teoria vai ter contato com a experiência apenas em enunciados que estejam nas suas extremidades, o que não a impede de tentar verificar o funcionamento das teorias.

Seguindo Hume, o tratamento de Quine do problema da indução revela muito essa nova orientação da epistemologia¹¹⁴. Para ele, não devemos nos preocupar em tentar justificar a indução, pois isso certamente não traria bons frutos, seria insistir na falha do lado doutrinal, na questão da generalização empírica. Quine propõe então investigar a indução como um processo psicológico, pelo qual aprendemos a agir da maneira que agimos, esperando que os eventos do passado se repitam no futuro. Dentro da perspectiva naturalista, mesmo que o esforço atual para explicar como a indução funciona seja no final infrutífero, não importa. Isto porque a investigação continuará ainda a tratar do fenômeno da indução como um fenômeno empírico, a ser estudado pela epistemologia e pelas

¹¹³ Ver nota 104.

¹¹⁴ Ver Quine, *Natural Kinds*.

ciências. As teorias vão, mas o naturalismo fica. O ponto central é que, ao passar da justificação à explicação, Quine abandona a dimensão normativa da epistemologia, preferindo dar a descrição dos processos cognitivos. Assim, que tipo de epistemologia poderia ainda existir? Como seria uma epistemologia sem normatividade? Esse será o tema a ser discutido no próximo capítulo.

Deixe-me resumir os argumentos aqui apresentados.

1. Mostrei como das críticas ao projeto epistemológico tradicional Quine deriva de sua epistemologia naturalizada. Essa epistemologia deverá fazer parte de um projeto maior, no qual outras ciências, como a psicologia, vão desempenhar um papel central na investigação de como chegamos a ter o conhecimento que temos acerca do mundo.
2. Essa nova epistemologia tem como seus dois pilares: (1) o naturalismo, que diz basicamente que não há filosofia primeira e (2) um empirismo sem dogmas, que tem como característica central o holismo.
3. Indiquei como a partir deste novo posicionamento do empirismo Quine sugere uma nova teoria da verificação, indicando que a evidência deve se relacionar com a teoria como um todo e não sentença a sentença.
4. Com o problema da evidência, Quine se pergunta exatamente como essa evidência se relaciona com a teoria. Segundo ele, essa relação ocorrerá por meio das “sentenças observacionais” que são as sentenças mais próximas da experiência. Elas são a porta de entrada da evidência e do significado.

Conclusão do Segundo Capítulo

Neste capítulo, foram apresentados os argumentos de Quine no seu artigo EN. O capítulo foi dividido em duas partes: na primeira, mostrei quais são as críticas de Quine à epistemologia tradicional. Suas observações sobre este ponto se concentraram na falha da tradição empirista em lidar com o conceito de significado empírico.

Na segunda parte, mostrei as duas bases da epistemologia naturalizada: (1) naturalismo e (2) empirismo. Com o naturalismo, a epistemologia se torna um capítulo das ciências naturais. Com o seu novo empirismo, Quine diz que a verificação de uma sentença ou uma teoria pode ser feita apenas de um modo holista.

Por um lado, a epistemologia naturalizada segue em muitos pontos a epistemologia clássica, principalmente no desenvolvimento da teoria da evidência empirista. Por outro lado, há uma reformulação quase geral do modo de se pensar os problemas epistemológicos, principalmente através do naturalismo. Esses dois lados da epistemologia serão reexaminados abaixo, nas críticas ao projeto de Quine.

Teeteto — (...) conhecimento é opinião verdadeira acompanhada da explicação racional, e que sem esta deixava de ser conhecimento. As coisas que não encontram explicações não podem ser conhecidas sendo, ao revés disso, objeto do conhecimento todas as que podem ser explicadas.
Platão, *Teeteto*.

Terceiro Capítulo: “Epistemologia Naturalizada”: Ainda Epistemologia?

Neste capítulo, desenvolverei algumas questões acerca da natureza da epistemologia naturalizada. O objetivo será fazer uma investigação sobre o papel da epistemologia no reconhecimento de problemas e sua solução, para então verificar como a epistemologia naturalizada se coloca como alternativa viável. Para tal, iniciarei com (1) uma visão geral do projeto epistemológico; após tais considerações, apresentarei (2) críticas às teses quineanas, principalmente no que diz respeito à **normatividade**. Esse capítulo irá terminar com (3) uma tentativa de resposta às críticas.

3.1. Gettier, Quine e Justificação

Até recentemente a definição de conhecimento mais aceita era a apresentada no diálogo *Teeteto* de Platão. Nele, após passar por outras três definições, Teeteto apresenta a Sócrates uma quarta definição de conhecimento:

“Teeteto — (...) conhecimento é **opinião verdadeira acompanhada da explicação racional**, e que sem esta deixava de ser conhecimento. As coisas que não encontram

explicações não podem ser conhecidas sendo, ao revés disso, objeto do conhecimento todas as que podem ser explicadas.¹¹⁵”

Contemporaneamente essa definição teve uma alteração no vocabulário e é apresentada como: “conhecimento é crença verdadeira justificada”. Essa definição é conhecida como definição tripartite do conhecimento. Examinemos cada uma dessas partes, crença, verdade e justificação.

Crença é um conceito psicológico e tem a ver com aceitação de algum conteúdo. Estudar as crenças, seu modo de formação e aceitação é tarefa da psicologia, e não da epistemologia. A segunda parte da definição é a **verdade**. Verdade é um conceito semântico/ontológico que pergunta sobre a adequação de uma sentença ao mundo ao qual ela se refere. Assim, perguntar sobre a verdade de uma sentença é um empreendimento diferente da tarefa epistemológica. A terceira parte é a **justificação**. Essa é a única parte da definição de conhecimento que é epistêmica. Ter uma crença justificada é saber das razões para sua aceitação, e estas razões podem ser avaliadas como adequadas ou não para se ter tal ou tal crença.

Apesar do conhecimento estar estreitamente vinculado com crença e verdade, a parte mais importante, do ponto de vista da epistemologia, é certamente a justificação. É também a região que gera mais confusão. Até bem pouco tempo, fazer epistemologia era apenas buscar uma teoria da justificação das crenças. Bonjour coloca as seguintes questões como pertencentes à epistemologia tradicional:

Assumirei que pelo menos um dos objetivos centrais da epistemologia é: (a) decidir se temos ou não boas razões para pensar que nossas várias crenças sobre o mundo são

¹¹⁵ Platão, Teeteto, 201d.

verdadeiras; (b) e no caso desta resposta a essa primeira questão ser afirmativa, dizer quais são aquelas razões e explicar *porque* elas são boas¹¹⁶.

Esse projeto epistemológico assentado sobre a concepção tripartite do conhecimento foi duramente atacado num curto artigo de E. Gettier de 1963 intitulado “*Is justified true belief knowledge?*”. Nesse artigo, Gettier coloca em dúvida justamente a terceira parte da definição que é a justificação, mostrando que algumas crenças aparentemente satisfazem os critérios requeridos para serem justificadas, sem que isso seja suficiente para torná-las conhecimento. Dois exemplos são apresentados por Gettier, e a partir destes exemplos toda uma tradição de “exemplos de Gettier” que mostram falhas na justificação foi criada. Vou apresentar um exemplo deste tipo que recentemente foi vinculado na televisão numa propaganda de chicletes:

1. Uma mulher e um homem se conhecem na Internet e combinam de se encontrar num bar (nenhum dos dois conhece a aparência do outro). Ele diz que vai estar de blusa azul e vai oferecer um chiclete para ela. Ela diz que estará de vestido vermelho e irá aceitar o chiclete. (Aqui estão apresentadas as normas ou os critérios que cada um deles deverá seguir para encontrar seu par)
2. No bar, o homem conhece uma mulher de vestido vermelho que aceita seu chiclete (mas que não é a mulher que ele tinha conhecido – mas só os espectadores da propaganda sabem disso). A mulher encontra um homem de blusa azul que oferece

¹¹⁶ Bonjour, “Contra a epistemologia naturalizada” p. 172. Essa idéia de que uma epistemologia deve ser avaliativa não é só colocada apenas por Bonjour, ela é pelo contrário, largamente aceita. Veja, por exemplo o que diz Launer : “(...) the epistemologist’s task is not to *explain* (psychologically) our confidence in particular scientific methods, but to *evaluate* or to *asses* them, which is a typically normative activity not captured within natural science.” pg. 215

um chiclete a ela (mas não é o homem que ela conheceu na Internet – mas uma vez, só os espectadores sabem).

3. Eles chegam em casa e vão conversar novamente pela Internet e comentam entre si como adoraram se conhecer. Na conversa, o homem diz para a mulher “você estava linda naquele vestido!”, a mulher agradece e comenta também como ele estava bem vestido. Cada um tem razões para achar que conheceu o outro, mas só os espectadores sabem que eles conheceram outras pessoas.

Esse é um tipo de exemplo de Gettier onde, apesar de termos razões para acreditar em algo verdadeiro, não há conhecimento. O problema está armado: o que fazer com a justificação? Vou apresentar abaixo duas opções para tratar essa questão.

A **primeira** diz que precisamos reformular a definição tripartite de conhecimento. Há dois modos de se fazer isto. No primeiro, considera-se que a é definição boa, mas que precisa ser fortalecida, fornecendo-se mais critérios para a aceitação. Para tal, pode-se tentar redefinir o que conta como justificação. Mas essa não parece uma boa opção, uma vez que há uma enorme quantidade de exemplos de Gettier que mostram que simplesmente aumentar a quantidade de critérios não é suficiente, uma vez que estes novos e mais rígidos critérios podem ser contornados do mesmo modo que os outros foram.

O segundo modo de melhorar a definição de conhecimento e preservar a justificação é colocar uma quarta parte na definição de conhecimento. Ela poderia ser reformulada assim: “*S* sabe que *p* se e somente se *S* vier a acreditar que *p* em bases que estabeleçam a verdade de *p*.¹¹⁷” Várias correntes se desenvolveram com o objetivo de refazer ou aumentar

¹¹⁷ Essa definição é oferecida por Fogelin no seu livro *Pyrronian Reflections on Knowledge and Justification*. Pg. 28.

a consistência da definição tripartite. Eles acreditam ser possível continuar com a agenda epistemológica tradicional que inclui a justificação.

A **segunda** opção para resolver o problema da justificação implica numa mudança radical da agenda epistemológica, onde se abandona a necessidade da justificação ou do projeto normativista para a epistemologia. O abandono do projeto de justificação leva a pensar que a tarefa do filósofo é a de apenas buscar uma melhor explicação de como as teorias são formadas e de como temos as crenças que temos. Saímos da normatividade e encontramos a descrição do conhecimento. Quine parece estar justamente deste lado da questão. Assumindo isto, o projeto epistemológico passa a ser parte das ciências. O objetivo não é encontrar critérios de avaliação, mas descrever o melhor possível. Ao recusar na definição de conhecimento a justificação, sobra para a epistemologia um estudo ou da crença ou da verdade. O estudo da verdade ainda é semântico, e assim está ótimo. Sobra então a crença. A epistemologia passa assim a ser um estudo da crença. Mas, como disse acima, o estudo da crença é um estudo feito pela psicologia. É deste modo que a epistemologia se torna um capítulo da psicologia. Num certo sentido, é o fim da agenda epistemológica tradicional. Não há mais uma busca pelo critério ou pela justificação.

Como esta alternativa deveria funcionar? A melhor explicação quineana deste ponto é dada no *Natural Kinds*, onde Quine discute através de sua epistemologia naturalizada o problema da indução. Ele diz:

Devo dizer a esta altura que não me perturbam os protestos de que estou empregando generalizações indutivas, as de Darwin e outras, para justificar a indução, raciocinando assim de maneira circular. Isso não me perturbará porque minha posição é uma naturalista; encaro a filosofia não como um embasamento ou como um *a priori* propedêutico para a ciência, mas como algo em continuidade com esta última. Para mim, a filosofia e a ciência

estão no mesmo barco – um barco que, para retomar a imagem de Neurath, como faço frequentemente, só podemos reconstruir no mar, enquanto nele estamos navegando. Não há nenhum mirante externo, não há filosofia primeira. Por conseguinte, na minha opinião, todas as descobertas científicas, todas as conjecturas científicas presentemente plausíveis podem prestar-se a usos filosóficos, como a outros quaisquer. *Para mim, portanto, o problema da indução é um problema que diz respeito ao mundo; um problema de como poderíamos, tais como estamos agora (pelas nossas luzes científicas presentes) e num mundo não feito por nós, ter chances melhores do que as simplesmente aleatórias, ou as dos jogos de cara e coroa, de obter bons resultados quando fazemos previsões por meio de induções baseadas no nosso padrão de similaridade inato e cientificamente não justificado. A seleção natural de Darwin é uma explicação parcial plausível.*¹¹⁸ (meus itálicos)

Esse é um ótimo trecho onde as pressuposições de Quine são reveladas. Há três pontos a serem destacados aqui: (1) a indução como um problema *sobre o mundo*; (2) a indução é um bom modo compreender o mundo, desde que a entendamos corretamente; e (3) a explicação da indução é dada pela teoria da evolução.

(1) O **primeiro ponto** é que os antigos problemas epistemológicos são “resolvidos” de modo naturalista através da investigação empírica. Isso implica em dizer que “resolver o problema” da indução é estudar como nossos cérebros funcionam, ou como nosso aparato cognitivo procede, e para tal, a psicologia e a neurociência desempenham um papel central. A indução é tratada como um processo biológico cerebral que precisa ser entendido. Outro

¹¹⁸ “At this point let me say that I shall not be impressed by protests that I am using inductive generalizations, Darwin’s and others, to justify induction, and thus reasoning in a circle. The reason I shall not be impressed by this is that my position is a naturalistic one; I see philosophy not as an *a priori* propaedeutic or groundwork for science, but as continuous with science. I see philosophy and science as in the same boat – a boat which, to revert to Neurath’s figure as I so often do, we can rebuild only at sea while staying afloat in it. There is no external vantage point, no first philosophy. All scientific findings, all scientific conjectures that are at present plausible, are therefore in my view as welcome for use in philosophy as elsewhere. *For me then the problem of induction is a problem about world: a problem of how we, as we now are (by our present scientific lights), in a world we never made, should stand better than random or coin-tossing chances of coming out right when we predict by inductions which are based on our innate, scientifically unjustified similarity standard. Darwin’s natural selection is a plausible partial explanation.*” (meus itálicos) Quine. *Natural Kinds*, p.126-127 (Tradução, página 198, 199)

problema tradicional é o argumento do sonho. Para resolver tal questão, é necessário apenas dar uma descrição adequada (científica / empírica) de quais processos químico-físicos ocorrem enquanto estamos sonhando. A questão cética, por exemplo, que era central para a epistemologia, desaparece em uma série de perguntas acerca do funcionamento do cérebro humano.

(2) O **segundo ponto**, colocado de uma forma quineana, é: como conseguimos chegar a esta complexa visão do mundo a partir da parca entrada sensorial que temos? Responder a tal questão é um empreendimento empírico que visa a compreender melhor o funcionamento cognitivo dos organismos, principalmente o cérebro, e, através da descrição obtida, poder prever e lidar com o mundo indutivamente, modo que é natural em nós e tem conseguido gerar previsões confiáveis.

(3) O **terceiro ponto** é a maior marca do naturalismo atual: a utilização da teoria da evolução. A teoria da evolução aplicada ao desenvolvimento do nosso aparato cognitivo passa a ser a referência central para a epistemologia naturalizada. Nesse caso, não importa que Quine utilize uma generalização indutiva darwinista parcial: ela é a melhor explicação disponível, uma vez que dá conta de resolver muitos problemas com o máximo de simplicidade, eficiência e economia ontológica.

Uma posição atual que leva o princípio naturalista de Quine à frente é a de Ruth Millikan. Ela desenvolve uma teoria evolucionista do conhecimento, onde diz que, para a afirmação de que temos conhecimento, não precisamos responder ao problema da justificação, mas devemos saber como nosso aparelho cognitivo deve se comportar. Ela então oferece a idéia das *funções próprias*:

(...) as funções próprias de qualquer órgão do corpo ou sistema são aquelas funções que ajudaram a determinar durante a história evolucionária a sobrevivência ou proliferação das espécies que continham os órgãos ou sistemas. *Que um órgão ou sistema tenha certas funções próprias é determinado pela sua HISTÓRIA.* Não é determinado pelas suas propriedades presentes, estruturas presentes, disposições atuais ou funções atuais¹¹⁹.

Millikan acrescenta que, associada a essas funções próprias, há uma explicação **Normal**, que seria a maneira pela qual o órgão ou o sistema realiza sua função segundo esses sistemas e órgãos *de uma dada espécie, definidos historicamente ao longo de sua evolução.* Por exemplo, uma função própria segundo uma explicação Normal dos pulmões é a ingestão de Oxigênio, e a subsequente eliminação pelo pulmão de Gás Carbônico. Aplicado ao nosso cérebro, segundo Millikan, um bom sistema de formação de crenças é aquele realizado por uma função própria revelado por uma explicação Normal; assim, o conhecimento seria tomado como resultado do funcionamento natural do nosso cérebro. Essa explicação leva à idéia de que não precisamos da justificação ou da normatividade na epistemologia (ou que talvez haja sim uma normatividade, mas bastante fraca e que deriva da forma pela qual nosso aparato cognitivo funciona, sendo o “correto” aquilo que os nossos órgãos têm feito naturalmente na sua história de sobrevivência e adaptação ao ambiente).

O que Quine propõe e Millikan tenta realizar é a epistemologia como um braço da psicologia ou das ciências cognitivas. Não há preocupação em justificar a indução ou outro processo cognitivo qualquer, a única tarefa necessária da epistemologia é a de dar uma descrição empírica do conhecimento. Será que isto resolve os problemas da antiga

¹¹⁹ “(...) the proper functions of any body organ or system are those functions which helped account during evolutionary history for survival or proliferation of the species containing the organ or system. *That an organ or system has certain proper functions is determined by its HISTORY.* It is not determined by its present

epistemologia? O que de fato é implicado com a perda da justificação? Veremos abaixo como questões deste tipo são feitas acerca da epistemologia naturalizada.

3.2. As Objeções à Epistemologia Naturalizada

Nesta parte irei apresentar dois tipos de objeções ao projeto de Quine. A primeira é um tipo de “objeção mais próxima”, que faz parte de uma concepção epistemológica anti-cartesiana e que discorda apenas do que Quine propõe como objetivo da epistemologia naturalizada. A segunda é um tipo de “objeção mais afastada” do projeto de Quine, que parte do princípio de que a epistemologia de Quine não consegue superar a epistemologia tradicional, a qual tem a marca cartesiana da busca pelo critério e fundação do conhecimento.

A ordem de apresentação será a seguinte:

(1) Apresentarei duas objeções mais próximas ao projeto de Quine, ambas centradas na questão da normatividade e da evidência¹²⁰ na epistemologia. A primeira será a Jaegwon Kim, no seu artigo “What Is Naturalized Epistemology”, e a segunda, a de Donald Davidson, no seu artigo “A Coherence Theory of Truth”.

(2) Nas objeções mais afastadas, analisarei as teses de Laurence Bonjour, principalmente no seu artigo “Contra a Epistemologia Naturalizada”, e depois as de Barry Stroud, no seu livro “The Significance of Philosophical Scepticism”, no capítulo sobre a epistemologia naturalizada.

properties, present structure, actual dispositions, or actual functions.” Millikan, *Naturalist Reflections on Knowledge*. pg 242

¹²⁰ A questão da “evidência” na epistemologia naturalizada é bastante debatida. Irei apresentar aqui a posição de Kim e depois a de Davidson que também trata da questão da evidência. Mas a outras fontes, inclusive L. Bonjour também discute isto no seu *A Defence of Pure Reason*, ver pg 85.

Apesar das posições desses autores diferirem em maior ou menor grau, todas elas tratam de duas questões fundamentais: (i) O que a epistemologia deveria fazer? e (ii) o conhecimento e a epistemologia são idéias que não podem ser desvinculadas das noções de justificação e normatividade? Irei tratar abaixo destes dois pontos, conforme eles aparecem nas críticas a Quine.

3.2.1. Primeiras Objeções

3.2.1.1. Jaegwon Kim e o problema da justificação

O argumento de Jaegwon Kim no seu “What Is Naturalized Epistemology” visa mostrar que o que Quine chama de “epistemologia naturalizada” na verdade não é uma forma de epistemologia. O problema é que para Kim a epistemologia é uma disciplina essencialmente **normativa acerca do conhecimento**, do mesmo modo que a Ética é também uma disciplina normativa acerca das ações humanas¹²¹. Eliminar esse aspecto da epistemologia é retirar o que há de mais importante nela, que é a possibilidade do conhecimento. Deste modo, para Kim, se a justificação sair da epistemologia, o **conhecimento** mesmo sai da epistemologia. Para ele é exatamente isto o que Quine faz: substitui uma teoria normativa da cognição por uma ciência descritiva, mesmo assim, Quine não consegue abandonar todos os aspectos normativos em sua epistemologia, o que gera uma tensão não resolvida na sua filosofia.

Para mostrar isso, Kim vai se fixar em duas noções, a de *evidência* e a de *crença*. Começemos pela de evidência. Quine diz o seguinte:

¹²¹ Kim. *What Is Naturalized Epistemology* .Pg. 35

A epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural. (...) A relação entre a magra entrada e a saída torrencial é a relação que nos sentimos estimulados a estudar um tanto pelas mesmas razões que sempre serviram de estímulo para a epistemologia, ou seja, *a fim de ver como a evidência se relaciona à teoria* e de quais maneiras as nossas teorias da natureza transcendem qualquer evidência disponível¹²². (meu itálico)

Segundo Kim, nesta citação Quine afirma que o centro da sua epistemologia é entender como a evidência se relaciona com a teoria. Mas e este conceito de “evidência”? Será que ele é possível numa epistemologia que elimina a justificação? Para tal, é necessário entender o que é evidência.

Uma definição de “evidência” sugere algo como *razões que nos levam a afirmar a veracidade* de alguma coisa. Tomado desta forma, o conceito de “evidência” está estreitamente ligado ao de “justificação”. Afinal, dar uma justificação e indicar evidências representa o mesmo movimento de dar razões para algo. Para determinar o que conta ou não como evidência para algo é necessário estabelecer normas e critérios. Assim, dizer que a experiência conta como evidência para algo não é uma questão de descrição de como nosso aparato cognitivo funciona, mas é antes uma questão de mostrar que a experiência é uma norma para o conhecimento. Evidência e justificação são conceitos unidos, e uma vez que abandonemos um, o outro também escapa. Kim diz:

Em qualquer evento, o conceito de evidência é inseparável do de justificação. Quando nós estamos falando de “evidência” em um sentido epistemológico, nós estamos falando sobre

¹²² “Epistemology, or something like it, simply falls into place as a chapter of psychology and hence of natural science.(...) The relation between the meager input and the torrential output is a relation that we are prompted to study for somewhat the same reasons that always prompted epistemology; namely, *in order to see how evidence relates to theory*, and in what ways one’s theory of nature transcends any available evidence” Quine, EN, pg. 83 (Tradução, página 170-1)

justificação: uma coisa é “evidência” para outra somente no caso da primeira tender a aumentar a razoabilidade ou justificação da segunda¹²³.

Vejamos como essa idéia se relaciona com as teses de Quine. A questão é que (a) o estudo descritivo de Quine pretende não se interessar por estabelecer a justificação para nossas crenças, desejando apenas determinar como as temos. Ao mesmo tempo, (b) Quine propõe que o centro de sua epistemologia naturalizada seja estudar a relação entre a ciência e a evidência disponível. Sendo o conceito de “evidência” inseparável do conceito de justificação, temos uma grande dificuldade de equacionar as partes (a) e (b), ambas presentes na epistemologia de Quine. Ou se escolhe o estudo descritivo e então se acaba com a evidência, justificação e normatividade, ou se escolhe continuar por outro caminho que envolva a justificação.

O problema de Quine é usar de categorias que se relacionam com a antiga forma de fazer epistemologia. Livrar-se de velhos hábitos é realmente muito difícil, principalmente para alguém tão arraigado à tradição empirista. Falando aqui de “evidência” Quine não está muito longe do que outros empiristas como Hume e Carnap pensavam¹²⁴. Quine mesmo sabe disso, o problema é que tanto Hume quanto Carnap, no que tange à epistemologia, adotam o modelo tradicional, que envolve evidência e normatividade.

Vejamos: se Quine resolver retirar o conceito de “evidência”, ele perde o que tem de empirista, e se perder o que tem de empirista, como manter o que ele afirma acerca da linguagem, epistemologia e ontologia? A tensão apresentada por Kim não é levada até este ponto, mas estendendo um pouco mais a sua dúvida, temos que é impossível manter o

¹²³ “In any event, the concept of evidence is inseparable from that of justification. When we are talking of “evidence” in an epistemological sense we are talking about justification: one thing is “evidence” for another just in case the first tends to enhance the reasonableness or justification of the second.” Kim. Op. cit. Pg. 42.

empirismo sem a noção de evidência, e é impossível ter uma epistemologia realmente naturalizada com a evidência. Como resolver?

Talvez o único modo de resolver essa questão dentro da filosofia de Quine seja pensar a evidência como equivalente a uma “antecedência causal”, optando por um processo **nomológico-causal** de descrição do conhecimento. Mesmo assim, teríamos de abandonar a noção estrita de evidência como parte do conhecimento, preferindo algo como “o-quem-vem-primeiro” nos impulsos nervosos – o que não parece poder contar como evidência ou justificação para o conhecimento.

Outra fonte de objeções à epistemologia naturalizada é que ela não é um tipo de epistemologia, mas sim um estudo científico-descritivo a respeito de crenças¹²⁵. Isso envolve para Kim um grave problema: *o conceito de “crença” é um conceito também essencialmente normativo*, e uma vez que não exista normatividade na epistemologia naturalizada, essa epistemologia não versaria nem mesmo sobre crenças. Vejamos como Kim coloca sua posição.

O que é crucial é que, para a interpretação e atribuição de crenças ser possível, não só devemos assumir uma racionalidade total dos cognocentes, mas também devemos continuamente avaliar e reavaliar as crenças putativas de um cognocente em sua relação evidencial umas com as outras e com outras atitudes proposicionais. Não ocorre meramente que a atribuição de crenças exija uma suposição geral da racionalidade total dos

¹²⁴ Mesmo que num sentido diverso da idéia de “evidência”, tanto Hume quanto Carnap, e finalmente Quine, acabam por ligar de modo necessário a evidência da teoria à uma experiência.

¹²⁵ Segundo Kim, este não é bem o caso, uma vez que Quine mesmo diz que tanto sua epistemologia naturalizada quando a epistemologia clássica têm o mesmo objeto, que é a investigação de como nós chegamos a ter as crenças que temos. O que muda é o modo de investigação.

cognoscentes. Antes, o ponto é que a *atribuição de crenças exige a avaliação das crenças*, de acordo com padrões normativos de evidência e justificação¹²⁶.

O argumento de Kim acerca da crença acaba por atacar o mesmo alvo do problema da evidência, que é a justificação. Se a epistemologia de Quine quer, além de compreender como nossas crenças são formadas, entender como avaliá-las, melhorá-las, repará-las, etc., ela deve assumir algum princípio normativo e não apenas uma descrição do funcionamento destas. Tomemos o caso da indução que tratei acima. Quine diz que quer que a explicação acerca da indução faça com que nossas crenças indutivas fiquem mais firmes e mais sólidas do que a pura sorte, e para isto ele aposta em uma descrição darwinista mais acurada. O problema é que uma pura descrição não pode determinar quais são os critérios que teremos para dizer que uma crença A é melhor que uma B. *A questão da avaliação entre as crenças, que é necessária em uma teoria sobre elas, não está assentada na descrição, mas sim na normatividade.*

Mesmo se pensarmos casos mais simples de descrição que não envolvam uma complexa teoria científica, será percebido como a noção de crença está ligada à de normatividade. Um caso como o de uma pessoa que calcula a distância do peixe na água ignorando a sua visão é um caso de preferir uma crença à outra, e para fazer tal coisa é necessária a idéia de normatividade ou pelo menos de julgamento das crenças. Para diferenciar objetos e hologramas, precisamos ter uma teoria normativa a respeito das crenças. Sem tal teoria normativa, perde-se toda a capacidade avaliativa, perde-se no fim o próprio conhecimento do mundo.

¹²⁶ “What is crucial is this for the interpretation and attribution of beliefs to be possible, not only must we assume the overall rationality of cognizers, but also we must continually evaluate and re-evaluate the putative beliefs of a cognizer in their evidential relationship to one another and other propositional attitudes. It is no merely that belief attribution requires umbrella assumption about overall rationality of cognizers. Rather, the

Com essas duas críticas, tanto com relação à noção de evidência quanto sobre as crenças, o alvo de Kim foi a normatividade. Ele mostrou que a idéia de conhecimento está vinculada à de normatividade, e que quando retiramos qualquer projeto normativo da epistemologia, acabamos por eliminar a noção de conhecimento. Isso não quer dizer que Kim recuse totalmente o projeto naturalista. Há algo de certa forma inegável neste projeto, que é o fato de a filosofia ser parte de um projeto maior que envolva mais áreas do conhecimento. Para Kim, isso é certamente uma boa idéia. Todavia, eliminar a normatividade não é um bom passo a ser dado. O melhor seria assentar, na descrição do processo cognitivo, um critério normativo¹²⁷.

3.2.1.2. Davidson – Razões e Causas.

Apesar de traçar um caminho que independe do argumento de Davidson, Kim acaba por atacar o mesmo ponto que Davidson, que é a noção de evidência. Abaixo, irei rapidamente expor a posição de Davidson contra Quine.

No artigo “A Coherence Theory of Truth”, Davidson expõe o seguinte argumento: apenas uma crença pode contar como razão (ou evidência) para outra crença. Essa nova teoria diz esquematicamente que: (a) uma crença nunca pode ser considerada independente de outras crenças; (b) devemos entender que a atribuição de verdade e significado a uma crença só pode ser feita quando a tomamos em relação a uma massa de crenças; (c) sendo assim do ponto de vista epistêmico, uma crença não pode ser justificada sozinha (ou de modo independente de um conjunto maior de crenças); (d), portanto não podemos atribuir a uma crença uma “evidência empírica”, que a justificaria independentemente das outras.

point is that *belief attribution requires belief evaluation*, in accordance with normative standards of evidence and justification.” Kim, Op. Cit. p.45

Essa é uma forma de pensarmos o holismo aplicado às crenças: uma crença só tem sentido numa teia maior de crenças. Assim, ela só pode ser justificada por outra crença nessa teia. Como Davidson diz: “(...) nada pode contar como uma razão para manter uma crença exceto outra crença¹²⁸”.

Segundo Davidson, as teses filosóficas, como as de Quine, que atribuem evidência empírica a uma crença, estão incorrendo num erro grave – mas um erro que inicialmente parece plausível. Davidson diz:

A ênfase nas sensações ou percepções em questões epistemológicas nasce do pensamento óbvio: sensações são o que conectam o mundo e nossas crenças, e elas são candidatas para justificadoras porque nós frequentemente estamos cientes delas. O problema que estamos enfrentando é que a justificação parece depender do estar ciente, que é apenas outra crença¹²⁹.

Essa afirmação é muito interessante, porque mostra que a justificação não é uma questão de oferecer uma experiência que comprove uma crença, mas antes tem a ver com a nossa capacidade de oferecer razões para a aceitação da crença. Para voltar à definição tripartite de conhecimento conforme aparece em Platão, o conhecimento é uma crença verdadeira *seguida de explicação racional*, onde é necessário dar uma explicação para a crença, e não fornecer uma experiência para justificá-la. O processo de dar razão a uma crença só pode ser realizado quando uma crença justifica outra crença.

¹²⁷ Kim, Op. Cit. pg. 50-51. Essa opção não me parece muito viável: ela soa como uma falácia naturalista.

¹²⁸ “(...) nothing can count as a reason for holding a belief except another belief”. Davidson, pg. 140

¹²⁹ “Emphasis on sensations or perceptions in matters epistemological springs from the obvious thought: sensations are what connect the world and our beliefs, and they are candidates for justifiers because we often are aware of them. The trouble we have been running into is that the justification seems to depend on the awareness, which is just another belief.”

Idem. Op. Cit..

O que acontece em geral com a tradição empirista é confundir **razões e causas**. Experiências são causas inegáveis para a formação de crenças, mas isto é muito diferente de considerá-las como razões para a justificação das crenças. Davidson diz o seguinte:

A introdução de passos intermediários ou entidades na cadeia causal, como sensações, ou observações, serve somente para tomar o problema epistemológico mais óbvio. Porque, se os intermediários são meramente causais, eles não justificam as crenças que causam, enquanto se eles fornecerem informações, podem estar mentindo (...) Aqui o coerentista irá afirmar que não há nenhuma utilidade em procurar por uma fonte da justificação fora de outras sentenças mantidas como verdadeiras(...) ¹³⁰.

O argumento de Davidson acaba por atacar um dos mais importantes argumentos de Quine na epistemologia naturalizada: as sentenças observacionais. Segundo Davidson, se experiências não podem contar como a maior das fontes de evidência para uma crença, então por que manter as sentenças observacionais como evidência para o conhecimento? No quadro formulado por Davidson, no qual apenas uma crença pode justificar outra, não há lugar para sentenças observacionais. Isso não implica que o conhecimento independa da experiência – mas segundo Davidson, essa “dependência” é causal, e não evidencial ou justificacional.

O ataque perpetrado por Davidson acaba por no mínimo colocar sérias dúvidas em relação ao projeto empirista – e esse é o alvo real. Se o empirismo cai, como pensar a epistemologia naturalizada? Será que ainda fará sentido perguntar sobre normatividade e justificação?

¹³⁰ “Introducing intermediate steps or entities into the causal chain, like sensations, or observations, serves only to make the epistemological problem more obvious. For if the intermediaries are merely causes, they don’t justify the beliefs they cause, while if they deliver information, they may be lying (...) Here the coherentist will hold that there is no use looking for a source of justification outside of other sentences held true (...)” Idem, pg. 143

Resultado

Se Kim e Davidson estiverem certos em suas observações, a epistemologia naturalizada precisa ser totalmente refeita. Do lado de Kim, é preciso manter a noção de normatividade para que possamos a continuar a avaliar nossas crenças. Sem normatividade, não há conhecimento, e, portanto não há epistemologia. Do lado de Davidson, é necessário abandonar o empirismo e parar de falar em evidência empírica. Apesar de não haver uma continuidade rigorosa entre os argumentos de Kim e Davidson, é possível perceber que ambos não rejeitam uma versão mais branda do naturalismo, o que ambos rejeitam é o empirismo de Quine, que nada mais é do que o último sobrevivente na filosofia de Quine da tradição filosófica clássica.

3.2.2 Segundas Objeções

3.2.2.1. Bonjour e a tarefa da epistemologia

Há dois textos de Bonjour, muito interessantes e contrários à epistemologia naturalizada, o artigo “Contra a Epistemologia Naturalizada” e a parte de um capítulo sobre Quine no livro “A Defense of Pure Reason”. O argumento dos dois textos é muito semelhante, e irei me deter no artigo, porque trata somente da epistemologia naturalizada. O capítulo mencionado trata mais propriamente da recusa dos dois dogmas.

O argumento de Bonjour começa na sua reflexão racionalista, contrária ao TDE de Quine. Bonjour acredita que toda a epistemologia de Quine está fundada na sua rejeição do *a priori*, ou na recusa da noção de analiticidade. Segundo Bonjour, o erro de Quine está justamente na confusão entre a analiticidade e o *a priori*, sendo que a idéia de *a priori* é muito mais geral e a noção de analítico é mais restrita; para ele, o *a priori* é uma justificação da razão antes da experiência. Bonjour mostra que é perfeitamente possível e

necessário ter uma concepção de *a priori*, que seja ao mesmo tempo corrigível e falível: é só pensar num argumento da razão que independa da experiência e que possa ser revisto. Para Bonjour, se não pudermos contar com uma justificação que vá além da mera experiência, a epistemologia não poderia se manter¹³¹.

Ao recusar o *a priori*, o problema central da epistemologia naturalizada será sua incapacidade de solucionar muitos problemas que a antiga agenda epistemológica pelo menos tentava resolver. Quine acredita ter eliminado esses problemas, mas Bonjour mostra que sem uma noção de justificação *a priori*, ela não pode resolver várias questões sérias. Vou apresentar quatro questões que, segundo Bonjour, a epistemologia naturalizada não pode resolver por lhe faltar o *a priori*:

(1) A epistemologia naturalizada é um ramo da psicologia que deveria estudar como da parca entrada sensória temos uma torrencial saída de crenças. Mas se esta tese não é estabelecida por nenhuma observação psicológica, como assumi-la como objeto de explicação? O problema apresentado aqui por Bonjour deve-se a um argumento circular entre a epistemologia como método e prática: a questão é que Quine oferece um método que afirma a busca por uma descrição do conhecimento, sem que o método oferecido faça parte desta descrição. Assim, por que aceitar o objeto mesmo de explicação da epistemologia naturalizada¹³²? Para resolver essa questão, é necessário oferecer argumentos *a priori* que não estejam submetidos à descrição do conhecimento, mas que digam respeito à sua avaliação.

(2) A epistemologia naturalizada é incapaz de vencer vários dos desafios céticos mais substanciais. Isso ocorre porque Quine tem um modelo muito estreito do que é o

¹³¹ Bonjour, pg. 195

¹³² Idem, pg. 181, nota 12.

ceticismo, e acredita que ele decorre apenas de ilusões dos sentidos. Bonjour mostra muito bem que o papel desempenhado pelas ilusões não é um movimento necessário para o ceticismo. Na verdade, algumas das formas argumentativas céticas mais poderosas não envolvem em nenhum momento a ilusão, mas sim problemas com nossa capacidade de julgar teorias. Um exemplo clássico de argumentos céticos deste tipo são os Cinco Modos de Agripa, que procuram mostrar como as teorias sustentadas não são válidas, sem que ele recorra a experiências de ilusões. Outro caso é o problema da indução que Hume apresentou, acerca do qual Quine mesmo admite que a epistemologia naturalizada nada tem a dizer¹³³. Para vencer o ceticismo, é necessário mais uma vez estabelecer uma forte argumentação *a priori* que seja capaz de subjugar as críticas feitas pelos céticos à razão.

(3) Segundo Bonjour, mesmo se tomarmos um tipo especial de ceticismo que lide apenas com ilusões, ainda assim a epistemologia naturalizada não terá como responder a ele, porque o desafio cético tem como centro o problema da justificação, que é eliminado pela epistemologia naturalizada¹³⁴.

(4) Imagino que o problema mais grave para a epistemologia é o quarto. Bonjour diz assim:

(...) um outro modo, bastante diferente, de apreciar a irrelevância dessa concepção da epistemologia naturalizada para as questões da epistemologia tradicional é considerar sua aplicação aos corpos de crenças em que um grau substancial de ceticismo parece justificado, p. ex., às crenças religiosas e crenças em fenômenos ocultos de várias espécies.¹³⁵

¹³³ Op.Cit., pg.182.

¹³⁴ Op.Cit., pg. 182-183

¹³⁵ Op. Cit., pg. 183

Diferenciar entre filosofia ou ciência e religião ou superstição foi sempre uma tarefa importante para a epistemologia tradicional. A questão era: quais são as razões que nos levam a crer que a filosofia é uma tentativa de explicação melhor do que a religião? Esse era um problema muito comum entre os modernos, como Descartes e Hume, e tem também sua importância para Carnap e o Círculo de Viena (com a questão da demarcação), mas perde totalmente a importância dentro do quadro da epistemologia naturalizada. Mesmo antes de perguntar o que a epistemologia naturalizada tem de superior à superstição, cabe-nos perguntar: por que a epistemologia naturalizada é melhor que uma epistemologia não-naturalizada? Se não formos capazes de dar razões para escolher entre a epistemologia de Quine e outra explicação epistemológica, a tese de Quine deixa de ser uma boa explicação. Nesse caso não basta dizer, como Quine frequentemente diz, que a ciência é aquilo que temos de melhor. Afinal, uma vidente pode dizer que seu dom é o que melhor ela tem disponível. Sem estabelecer uma demarcação, não há por que manter a epistemologia naturalizada. O único modo de estabelecer uma superioridade de discurso é, segundo Bonjour, a busca de uma normatização racional e *a priori* da investigação.

O argumento de Bonjour mostra que a epistemologia naturalizada não é capaz de lidar com os problemas da epistemologia tradicional, que exigiam uma consideração da justificação *a priori* que é eliminada (ou ignorada) por Quine. Então, por que aceitar a epistemologia naturalizada e não uma epistemologia que recorre a um conhecimento *a priori*? Essa última pelo menos tem razões para ser preferida em detrimento de outras.

3.2.2.2. Stroud – Ceticismo contemporâneo

O argumento de Bonjour, apresentado acima, mostra que a epistemologia naturalizada perde as ferramentas necessárias para lidar com os problemas da epistemologia

clássica. Apesar de ter mencionado acima o ceticismo – o mais persistente dos problemas clássicos –, irei agora expor mais detidamente o argumento cético conforme apresentado por um importante autor contemporâneo, Barry Stroud. Num capítulo intitulado “Epistemology Naturalized”, no seu livro “The Significance of Philosophical Scepticism”, Stroud apresenta algumas observações céticas acerca da teoria de Quine. A conclusão será que o argumento de Quine não consegue evitar um ataque direto e definitivo contra a validade do discurso científico. Stroud diz:

Muito foi trazido pela descrição de Quine da gênese de nossa teoria do mundo. Mas em nenhuma parte de sua história ele explica como eliminamos a possibilidade de que nossos dados sensoriais sejam meramente produtos de um sonho ou de um demônio maligno ou de alguma outra fonte incompatível com o objeto físico ‘hipótese’. Isto sugere que o que quer que seja o que a epistemologia naturalizada de Quine pretenda fazer, ela não pode responder à questão mesma que se provou tão difícil para os epistemólogos tradicionais¹³⁶.

A questão é tão velha quanto a própria epistemologia: como saber que nesse momento não estamos totalmente enganados *acerca de todas as nossas experiências*? Esse argumento toma formas distintas, como se perguntar se estamos sonhando, se a insanidade nos alcançou ou se os deuses estão nos enganando. A maioria dos modernos lidou mais ou menos intensamente com essas questões e tentou gerar uma resposta satisfatória para ela. Fazia parte do desafio epistemológico vencer a questão cética, e para vencer tal adversário era necessário desenvolver um método para justificar nossas crenças. Esse é um jogo um

¹³⁶ “So much is borne out by Quine’s account of the genesis of our theory of the world. Nowhere in his story does he explain how we eliminate the possibility that our sensory data are merely the products of a dream or of an evil demon or of some other source incompatible with the physical object ‘hypothesis’. That suggests that whatever Quine’s naturalized epistemology is meant to do it could not answer the very question that proved so difficult to the traditional epistemologist.” Stroud, pg. 221

tanto intrincado: se aceitarmos o desafio cético temos que aceitar desenvolver uma teoria normativa, e *vice-versa*, uma teoria normativa para ser verdadeira deveria (modernamente) ser capaz de vencer o desafio cético. Como Quine abandona a teoria normativa, ele rejeita também o desafio cético.

Isso quer dizer que a questão cética foi respondida? Não. Sobre o problema da indução colocado por Hume, Quine diz que esse é o “impasse humano”, que não podemos vencê-lo. Podemos simplesmente abandonar a questão cética? Essa é uma possibilidade, mas que o ceticismo não vê como razoável. É possível, mesmo depois da epistemologia naturalizada, perguntar se estamos delirando. E por mais estranha e difícil que seja essa questão, Stroud pensa que é essencial passar por ela, por uma razão apenas: podemos estar efetivamente insanos agora. Quine prefere simplesmente abandonar essa questão, mas isso não resolve o desafio cético. Do ponto de vista estritamente teórico, a epistemologia naturalizada simplesmente não toca no maior problema da epistemologia tradicional, que é o desafio cético.

Mas seria uma injustiça dizer que Quine não toca o problema cético. Sua mais incisiva ofensiva contra o ceticismo se dá no artigo “The Nature of Natural Knowledge”, onde ele diz o seguinte:

(...) as dúvidas céticas são dúvidas científicas (...) A epistemologia é melhor vista, então, como um empreendimento interno às ciências naturais. A dúvida cartesiana não é o modo de se começar¹³⁷ (...)

¹³⁷ “(...) skeptical doubts are scientific doubts. (...) Epistemology is best looked upon, then, as an enterprise within natural science. Cartesian doubt is not the way to begin.” Quine. *The nature of natural knowledge*. Pg. 68.

Se a dúvida remete a um problema tratado em uma teoria científica, a resposta então deve ser dada por esta teoria, causando um avanço teórico e não uma paralisação do conhecimento como o ceticismo parece exigir. Um exemplo de questão cética que nasce de uma tese científica é aquela que mostra a deficiência de nossas percepções e que leva a uma falta de confiança no aparelho perceptivo; a dúvida só existe porque temos uma teoria (mesmo que incipiente) da percepção. Tal procedimento aponta antes para uma melhor descrição da percepção do que para uma tentativa de justificação da mesma.

Stroud responde a este argumento de Quine assim:

A origem científica de nossas questões originais ou dúvidas nada poderia então, fazer para mostrar que a resposta para nossa questão, ou resolução de nossas dúvidas, pode ser encontrada no estudo empírico do conhecimento humano como um fenômeno observável no mundo físico¹³⁸.

O ponto de Stroud é que mesmo que uma teoria da percepção explique perfeitamente como temos uma ilusão, isso não resolve a questão de se nesse exato momento estamos sendo enganados por uma ilusão. Quando o ceticismo surgiu no início da filosofia, as pessoas tinham boas teorias da percepção e sabiam quando alguém delirava. O que o cético mostra é que o problema não é saber o que é a ilusão, *mas se eu, nesse momento, estou delirando ou não*. Digamos que eu seja um cientista e desenvolva uma teoria acerca da percepção humana – mas depois de um tempo eu acabo curado de uma esquizofrenia (que eu não sabia que possuía) e descubro que não desenvolvi teoria nenhuma e estava apenas delirando acerca de uma teoria sobre a percepção? Afinal, como justificar nossas teorias?

¹³⁸ “The scientific origin of our original question or doubts would therefore do nothing to show that the answer to our question or resolution of our doubts can be found in an empirical study of human knowledge as an observable phenomenon in the physical world” Stroud, 229

Ocorre que, por não conseguir refutar o cético, a posição de Quine acaba por deixar o ceticismo alcançar as próprias teorias científicas. Segundo Stroud, a ciência, sendo uma atividade essencialmente descritiva, não pode justificar a si mesma, mas deve se limitar a descrever o funcionamento do objeto. Quem poderia verificar e atribuir a justificação à ciência seria apenas a epistemologia. Esse não é um empreendimento necessariamente “feito de fora” da ciência, mas é necessária certa distância, para que seja feita uma avaliação dela, para então dizer que a ciência é uma boa fonte de explicação do mundo. Mas, como a epistemologia naturalizada se torna parte das ciências, ela deixa o desafio cético de fora, sem solução. Reagir ao desafio cético às ciências era tarefa essencial da epistemologia. Sem epistemologia independente das ciências, como responder a ele?

Resultado

Contra Quine, Bonjour afirma que é necessário permitir a entrada dos argumentos *a priori* na investigação filosófica. Somente com eles poderemos realmente responder às questões clássicas da epistemologia que não são sequer tocadas por Quine. Stroud mostra que a posição de Quine não evita que as dúvidas gerais, que ameaçavam a filosofia, entrem com toda a energia no discurso científico e, portanto na própria epistemologia naturalizada. Assim, o conhecimento cai sob o desafio cético, sem as antigas trincheiras epistemológicas.

Pode ser que a conclusão obrigatória aqui seja que a epistemologia naturalizada não é uma forma de epistemologia, mas antes seu fim ou seu abandono. Dito isto, como ficam os problemas da antiga epistemologia? E as questões não resolvidas? Vou resumir as questões mais relevantes, duas questões proeminentemente contemporâneas e duas tradicionais:

1. Devemos abandonar realmente a normatividade? E se a abandonarmos, como o conhecimento poderia ser pensado?
2. A evidência para as teorias é um conceito normativo? Experiências podem contar realmente como evidência ou razão para as teorias?
3. A epistemologia é um tipo de conhecimento melhor que outras áreas? Por que preferi-la?
4. O desafio cético ainda existe? Ele precisa ser resolvido? Como?

Na próxima seção, irei mostrar como Quine poderia responder a cada uma dessas quatro questões.

3.3. Respostas Quineanas

Como disse acima, existem quatro questões gerais que tentam refutar a epistemologia naturalizada. A partir de agora irei mostrar rapidamente como as respostas a tais questões seriam formuladas. É importante deixar claro que Quine forneceu respostas muito vagas a elas, e o que tentarei abaixo é muito mais uma interpretação de seus textos do que uma explicação literal de sua posição.

3.3.1. Primeiras Respostas

Coloquei a primeira dúvida como: Devemos abandonar realmente a normatividade? E, se for assim, como o conhecimento poderia ser pensado? Para responder a isto, devemos ir a duas fontes, que são o penúltimo livro de Quine, o *Pursuit of Truth*, e uma pequena resposta de Quine a Morton White:

A naturalização da epistemologia não descarta a normatividade e se acomoda com a indiscriminada descrição de procedimentos em curso. Para mim, a epistemologia é um ramo da engenharia. É a tecnologia da busca-da-verdade, ou com um termo epistemológico mais cuidadoso, predição. Como qualquer tecnologia, ela faz um uso livre de quaisquer descobertas científicas que poderiam servir a seu propósito. Ela extrai da matemática a computação de padrões de desvios e erros prováveis e o patrulhamento da falácia do apostador. Ela extrai da psicologia experimental o patrulhamento de pensamentos desejosos. Ela extrai da neurologia e da física, de modo geral, o desprezo pelo testemunho de fontes ocultas ou parapsicológicas. Não há aqui questão de valores últimos, como na moral; é uma questão de eficácia para um fim, verdade ou predição ulterior. A normatividade aqui, como na engenharia, se torna descritiva quando o parâmetro final é expresso¹³⁹.

À medida que a epistemologia teórica é naturalizada em um capítulo da ciência teórica, a epistemologia normativa é naturalizada em um capítulo da engenharia: a tecnologia de antecipar a estimulação sensorial. A mais notável norma da epistemologia naturalizada coincide efetivamente com aquela da tradição epistemológica: *nihil in mente quod non prius in sensu*. Este é um primeiro espécime de naturalização, porque é uma descoberta da ciência natural mesma, embora falível, que nossa informação sobre o mundo vem somente através do impacto nos nossos receptores sensoriais. E o ponto ainda é normativo, avisando-nos contra telepatas e adivinhadores¹⁴⁰.

¹³⁹ “Naturalization of epistemology does not jettison the normative and settle for the indiscriminate description of ongoing procedures. For me epistemology is a branch of engineering. It is the technology of truth-seeking, or in a more cautiously epistemological term, prediction. Like any technology, it makes free use of whatever scientific findings may suit its purpose. It draws upon mathematics in computing standard deviation and probable error and in scouting the gambler’s fallacy. It draws upon experimental psychology in scouting wishful thinking. It draws upon neurology and physics, in a general way, in discounting testimony from occult or parapsychological sources. There is no question here of ultimate value, as in morals; it is a matter of efficacy for an ulterior end, truth or prediction. The normative here, as elsewhere in engineering, becomes descriptive when the terminal parameter is expressed.” Quine. *Reply to Morton White*. Pg. 664-665

¹⁴⁰ “Insofar as theoretical epistemology gets naturalized into a chapter of theoretical science, so normative epistemology gets naturalized into a chapter of engineering: technology of anticipating sensory stimulation. The most notable norm of naturalized epistemology actually coincides with that of tradition epistemology: *nihil in mente quod non prius in sensu*. This is a prime specimen of naturalized, for it is a finding of natural science itself, however fallible, that our information about the world comes only through impacts on our sensory receptors. And still the point is normative, warning us against telepaths and soothsayers.” Quine. *Pursuit of Truth*. Pg 19

Apesar das constantes críticas feitas com relação ao abandono de Quine da normatividade, se examinarmos com cuidado o EN não veremos esse abandono proclamado em nenhuma linha. Isso não quer dizer que não tenhamos razões para dizer que haja uma rejeição da normatividade. Há pelo menos duas razões para se pensar assim: a primeira provém da recusa de Quine com respeito à agenda epistemológica tradicional, que é certamente guiada pela normatividade; a segunda razão é que Quine diz que sua epistemologia deveria se concentrar em fornecer uma descrição das teorias e não tentar justificá-las. De acordo com essas duas razões, não haveria espaço para a normatividade. Todavia, em escritos mais tardios (como os citados acima), Quine afirma que não houve uma rejeição total da normatividade, mas sim uma mudança nesta idéia.

A posição de Quine acerca da normatividade tem seu centro na consideração da mesma como uma forma de *engenharia*, de *tecnologia*. O problema dessa nova idéia de “normatividade” é que, inicialmente, “engenharia” e “tecnologia” são termos muito pouco filosóficos que não dizem muita coisa. Afinal, “engenharia” e “tecnologia” têm a ver com o desenvolvimento, construção e aprimoramento de pontes, casas, computadores e outros. Mas o que isso tem a ver com conhecimento? Wybo Houkes, num artigo¹⁴¹ sobre este problema, mostra uma boa dose de frustração com esse vocabulário de Quine, perguntando-se se este vocabulário é uma metáfora ou se é literal. Tratá-lo como literal é um pouco complicado, e só funcionaria se mudássemos o sentido usual dos termos; a saída então é a metáfora. Quine mesmo diz que a metáfora¹⁴² é um auxiliar para tratar de temas que não são ainda mapeados – como é o caso da epistemologia naturalizada.

¹⁴¹ Houkes. *Normativity in Quine's Naturalism: the technology of truth-seeking?*

¹⁴² Ver, Houkes, pg. 259

Vou oferecer uma possibilidade de interpretação desta idéia, que se apóia em posições naturalistas próximas à de Quine, como a já citada, de Millikan.

Segundo Quine, a sua idéia de normatividade provém de seu empirismo, ou seja, a justificação deve em certa medida passar pela experiência (sem é claro perder a idéia do holismo). Dada a experiência, há um processo de formação das crenças e das teorias científicas que deve ser respeitado e é longamente reconstruído no *Word and Object* ou mesmo no *Roots of Reference*.

Quanto à formação das crenças, há um estudo que deve ser realizado pela psicologia e outras ciências. Esse estudo irá estabelecer como um ser humano normalmente forma suas crenças, através de um processo psicológico e biológico que se inicia sempre na experiência. A descrição do processo de formação de crenças irá estabelecer uma regularidade nos padrões de funcionamento da cognição humana. Essa regularidade deverá sempre ser remetida à experiência humana, para verificar se o processo de formação das crenças é seguro ou não. *A normatividade se encontra justamente nessa regularidade dos processos cognitivos que são constitutivos da experiência.* Através dessa regularidade, é possível prever o comportamento da nossa formação de crenças e verificar quais crenças são mais adequadas. *A norma vem do padrão do comportamento cognitivo humano.* A idéia de “engenharia” está no sentido de se descobrir a estrutura natural do processo de formação de crenças dos seres humanos e seu apoio experiencial.

No caso da formação de estruturas teóricas, é ainda mais clara a presença da normatividade. Quine diz que “(...) não há acesso mais elevado à verdade do que hipóteses empiricamente testáveis¹⁴³”, ou seja, na elaboração de uma teoria devemos sempre ter em

¹⁴³ “(...) there is no higher access to truth than empirically testable hypothesis”. Quine. *Naturalism; Or living Whithin One's Means*. pg. 252

mente sua ligação com a experiência, e uma teoria que não tenha nenhum tipo de ligação com a experiência está incorreta. Nesse sentido a “boa teoria” deverá ter a capacidade de prever certos eventos empiricamente testáveis, e é a partir dessa capacidade que haverá normatividade, a norma vindo da capacidade de prever eventos.

Há, portanto, normatividade na epistemologia naturalizada, num sentido mais fraco do que era usual na epistemologia clássica: no caso da formação de crenças, a normatividade vem da regularidade do padrão cognitivo calcado na experiência, e no caso da formação de teorias, ela provém da previsão acerca da experiência. Através desse mecanismo normativo, é possível mostrar que as crenças ou teorias que não mantiverem uma relação com a experiência (quase sempre uma relação indireta) são falsas. No caso citado por Quine, a telepatia é uma teoria ruim porque não pode ser testada e nem tem evidência empírica que a comprove, o que nos leva a não lhe dar crédito enquanto teoria. Mais do que isso, teorias como a telepatia ignoram completamente a estrutura do conhecimento que temos hoje, elas não se preocupam em ser parte de uma investigação empírica sobre a natureza também empírica. Sendo assim, essas teorias devem ser rejeitadas, através de uma normatividade naturalizada.

Formulei a segunda dúvida como: A evidência para as teorias é um conceito normativo? Experiências podem contar realmente como evidência ou razão para as teorias? Para saber como Quine trata esse problema, recorrerei novamente às suas observações no *Pursuit of Truth*. Neste livro, Quine dedica o primeiro capítulo justamente ao problema da “evidência”. Sua teoria é praticamente a mesma apresentada em quase todos os seus artigos e livros, onde sua noção de evidência é basicamente empirista. Deste modo, “evidência” é “observação”. Todavia, ele localiza alguns problemas ao falar do que significa

“observação”. Ele vai sugerir uma mudança no vocabulário técnico: ao invés de falar de evidência ou observação, é melhor falar de “sentenças observacionais”¹⁴⁴. Para isso é necessário compreender como as sentenças observacionais vão desempenhar o papel que era da evidência. Quine diz o seguinte:

Nós estamos incumbidos de examinar o suporte evidencial da ciência. Este suporte, por qualquer nome, vem agora a ser visto como uma relação da estimulação com a teoria científica. A teoria consiste de sentenças, ou é expressada nelas; e a lógica conecta sentenças a sentenças. O que precisamos, então, como ligações iniciais nestas cadeias de conexões, são algumas sentenças que estejam direta e firmemente associadas com nossa estimulação. Cada uma deve ser associada afirmativamente com o campo da estimulação de alguém e negativamente com outro campo¹⁴⁵.

Essa é a mesma velha idéia empirista: primeiro, temos a experiência sensória (ou estimulação nervosa), depois sentenças serão geradas, primeiro veiculadas diretamente com os estímulos, depois irão gradualmente se afastar destes; todavia, mesmo as sentenças mais distantes da experiência devem manter uma relação com ela, uma relação de evidência. O que muda no empirismo de Quine é que ele acredita que apenas uma pequena parcela das sentenças está mais diretamente ligada à experiência, a saber, as sentenças observacionais, que são o ‘repositório de evidências’ para a ciência¹⁴⁶. Tomando a noção de “evidência” do ponto de vista empirista, é certo que a experiência conta como evidência ou normatividade da teoria, como servia para qualquer outro empirista. Na verdade, o único reduto para a

¹⁴⁴ Quine. *Pursuit of Truth*. Pg. 2

¹⁴⁵ “We were undertaking to examine the evidential support of science. That support, by whatever name, comes now to be seen as a relation of stimulation to scientific theory. Theory consists of sentences, or is couched in them; and logic connects sentences to sentences. What we need, then, as initial links in those connecting chains, are some sentences that are directly and firmly associated with our stimulation. Each should be associated affirmatively with some range of one’s stimulations and negatively with some range.”
Op. Cit. Pgs. 2-3

¹⁴⁶ Ver nota 111.

normatividade na epistemologia naturalizada é a que advém da regulação empírica das sentenças. A razão para considerar a experiência como norma é naturalista: temos contato com o mundo através da experiência, e devemos tomar consciência dela para desenvolver nossas teorias. Então, a resposta de Quine à primeira parte da questão sobre a normatividade da evidência para as teorias seria: as sentenças observacionais servem como evidência para as teorias.

A segunda parte da questão, concernente à possibilidade de as experiências contarem como “razões” para o conhecimento, é mais ameaçadora, e provavelmente não há uma resposta para ela na filosofia de Quine. O problema é muito mais do empirismo em geral do que somente de Quine. Se aceitarmos uma posição empirista, é muito difícil entender as experiências só como causas e não como razões; para os empiristas, a experiência é tanto causa como razão. A experiência é razão porque podemos “confrontar” nossas crenças ou teorias num certo nível com as experiências. Mas para Quine a questão poderia ser colocada de outro modo.

Ao invés de falar que a experiência ou a estimulação contam como razões para o conhecimento, Quine poderia dizer que *as sentenças observacionais contam como razões*, e que as experiências são de fato causas e não razões. Se examinarmos o conceito das sentenças observacionais, veremos que duas são suas características: a observação e a intersubjetividade. O que desempenha o maior papel na formação das sentenças observacionais é a intersubjetividade¹⁴⁷. É ela que forma as sentenças observacionais, que não serão sentenças sempre verdadeiras, mas irão depender da comunidade lingüística na qual a observação é feita. As sentenças observacionais não são a forma sentencial das experiências, mas sentenças que representam uma observação de um ponto de vista

intersubjetivo. A resposta à questão seria: Não, as experiências não contam como evidência ou razão para as teorias, mas as *sentenças observacionais* contam. O ponto aqui é deslocar o problema: sai de cena a idéia de uma experiência que conta como razão – tese que é muito difícil de defender – e entra em cena a idéia de que sentenças construídas e consideradas no todo da linguagem é que contam como razão. Com essa resposta, há mais proximidade entre Davidson e Quine na questão da evidência do que pode aparecer à primeira vista.

3.3.2. Segundas Respostas

Formulei outros dois tipos de dúvidas, vejamo-las: (3) A epistemologia é um tipo de conhecimento melhor que outras áreas? Por que preferi-la? (4) O desafio cético ainda existe? Ele precisa ser resolvido? Como?

Do ponto de vista quineano, ambas as questões são representações da posição filosófica que entende que há um ponto de vista externo a partir do qual a filosofia poderia julgar outras áreas. Contra isso, Quine afirma que não há tal ponto de vista externo, o filósofo trabalha em conjunto com outras áreas do conhecimento, não em uma posição de disciplina base, mas de complementar. Assim, respondendo à primeira parte da questão (3), a epistemologia não é melhor que nenhuma outra área, ela ajuda as outras áreas do conhecimento a avançar.

Quanto à segunda parte da questão (3), há certamente uma preferência entre as áreas do conhecimento. Para Quine, a descrição da física é certamente melhor que a descrição da realidade oferecida pelo tarô. Quine também não acredita que a física seja necessariamente a melhor descrição do mundo. Pode ser que daqui a alguns anos a física seja abandonada

¹⁴⁷ Ver Segundo Capítulo, Pg 93.

por uma forma melhor de descrever o mundo. Não haveria nenhum problema nisso. Todavia, hoje ela é a melhor descrição, porque é mais simples coerente com o que temos. Ela é *coerente* com o conjunto de nosso conhecimento, uma vez que considera os avanços matemáticos, técnicos e teóricos. Além disso, a explicação física é sempre testada na experiência. Ela também é *simples*, porque utiliza um aparato teórico mínimo necessário para ser concebida. O tarô não é coerente com o conjunto de nossos conhecimentos, já que desconsidera os progressos técnicos, matemáticos e físicos. Ele também não é simples, porque utiliza uma série de teses não testáveis, como “destino”, para afirmar algo que não é testável. Portanto, a ciência é uma descrição mais adequada (qualitativamente e não só quantitativamente) do mundo porque é mais simples e coerente com as propostas teóricas atuais. A filosofia, quando considerada parte dessa ciência, como Quine assume na epistemologia naturalizada, deve trabalhar para garantir nas ciências a coerência e a simplicidade enquanto se avança no processo de conhecer o mundo¹⁴⁸.

Essa posição é desagradável para a epistemologia clássica, já que retira a filosofia da base das ciências. Para Quine, a filosofia é apenas mais uma das ciências. Com isso, temos o fim de algo como o princípio da demarcação, que tentava demarcar o lugar das ciências em relação às pseudociências. Essa é uma separação forte demais e feita de um ponto de vista externo. Para Quine, há uma preferência por certas áreas do conhecimento, porque elas são mais simples e coerentes, não porque elas são as expressões da verdade eterna. Com isso, é desnecessário e incorreto adotar qualquer posição *a priori* do tipo de Bonjour quer.

¹⁴⁸ Duas das cinco características que Quine cita para a avaliação de teorias. Ver nota 99

A quarta questão, que trata do problema cético, tem como resposta o mesmo argumento acima. Os céticos tendem a colocar uma dúvida absolutamente externa a todo o conhecimento. Pensar assim é na verdade não entender bem como o conhecimento e a linguagem funcionam. Não há um ponto de vista externo fora toda a linguagem, nem fora do conhecimento. Mesmo o cético está imerso numa estrutura teórica e lingüística quando duvida de tudo. Nesse caso, não há dúvida geral, porque não há como sair de todas as estruturas teóricas que temos. Assim, não há tal coisa como um desafio cético ao conhecimento, há apenas um erro em entender como o conhecimento funciona.

Para Quine, outras questões céticas, como a pergunta sobre a ilusão, o sonho, a variedade das percepções, etc., não são realmente questões céticas, elas são questões sobre o conhecimento que possuímos. A questão “será que isto é uma ilusão?” é acerca de nossos órgãos perceptivos, e sobre o fato de que eles não funcionam sempre perfeitamente. Esta questão não paralisa o conhecimento, mas sugere que desenvolvamos uma teoria mais avançada da percepção, e é isso que fazemos. As questões céticas não são nada mais do que questões científicas que precisam ser respondidas.

Resultado

Com o que expliquei acerca das teses de Quine, a epistemologia naturalizada pode ser mantida. As dificuldades parecem todas terem sido resolvidas, principalmente aquelas ligadas à normatividade e à evidência. A epistemologia naturalizada segue como um empreendimento empírico de cooperação da epistemologia com as outras ciências.

Claro que esse seria um ótimo fim para o problema, mas não é. As argumentações de Davidson e de Kim atacam uma questão maior e que serve de princípio básico para Quine, ou seja, o empirismo. Apesar das respostas de Quine serem satisfatórias, a discussão

com relação à manutenção do empirismo vai bem mais longe do que pude expor aqui. O problema todo é: será que sem empirismo a epistemologia naturalizada persiste? A única certeza que parece haver aqui é que, na forma quineana, sem o empirismo, a epistemologia naturalizada perde parte substancial de sua força.

3.4. Conclusão do Terceiro Capítulo

Neste capítulo apresentei de início a idéia de Quine acerca do que significa para o conhecimento a naturalização da epistemologia. Em seguida mostrei várias críticas ao projeto de Quine e suas respostas a elas. Apresentei apenas algumas¹⁴⁹ das críticas, primeiro duas mais próximas do projeto de Quine, com Davidson e Kim, e segundo duas críticas mais afastadas da posição de Quine com Stroud e Bonjour. As primeiras críticas foram principalmente em direção à noção aparentemente conflitante de evidência e observação; as segundas críticas atacaram principalmente o lugar da epistemologia nas ciências. Por fim, indiquei possíveis respostas de Quine às críticas.

Apesar desta apresentação esse debate merece ser revisto. Afinal, os problemas levantados ainda não foram perfeitamente resolvidos. Destaco três questões que merecem ser revistas: primeiro, será que o empirismo ainda é uma opção viável na epistemologia? Segundo, o naturalismo é uma opção filosófica adequada para pensar o conhecimento? Terceiro, devemos ignorar as pressuposições da epistemologia clássica? Apesar de não haver respostas definitivas para estas questões, o argumento que foi apresentado acima ajuda a esclarecer o debate e fornecer uma opinião acerca de cada uma destas três questões.

¹⁴⁹ Há outras críticas também importantes, como, por exemplo, a crítica de Van Fraassen, que trilha um tipo de empirismo diferente do de Quine.

Conclusão da Dissertação

Conhecer o mundo ao nosso redor é uma predisposição natural e necessária à vida. Desde que éramos bebês, aprendemos a reagir ao meio ambiente, interagindo com nossos pais ao usar a mesma linguagem que eles. Crescemos sempre precisando e organizando nosso conhecimento sobre o mundo. Quando crianças, podíamos ver a chuva se aproximando ao olharmos para o céu, e calcular o tempo que ficaríamos brincando na rua. Fatos deste tipo são recorrentes e sugerem que o conhecimento funciona como uma predisposição social e biológica em nós.

Ao nos tornarmos adultos, começamos a dominar alguns campos com maior habilidade, ou pelo menos tentamos fazê-lo. Mas conhecer não é apenas saber como lidar com o mundo natural, e sim saber lidar com um mundo quase “à parte da natureza”: sabemos pagar impostos, organizar nossos lucros, sabemos como dirigir e reconhecer quando estamos certos ou errados no trânsito. “Conhecer” é uma expressão *necessária e clara* na vida diária de qualquer ser humano, seja natural ou culturalmente.

Contudo, ela não é tão clara para os filósofos. Quando entramos em contato com os textos filosóficos acerca do conhecimento, vemos que explicar o “conhecer” é muito mais difícil do que conhecer. Dependendo do rumo que as nossas leituras tomarem, acreditaremos que não conhecemos nada e que sabemos apenas como as coisas são aparentemente. Tomando outras leituras, iremos descobrir que o conhecer é uma das tarefas melhor realizadas pelos humanos e que devemos apenas mostrar como o conhecimento ocorre do modo que ocorre.

A opção de leitura analisada nesta dissertação foi esta última, ou seja, a naturalista. O naturalismo diz que o conhecimento é um fenômeno no mundo, como outro qualquer. Para entender o que é o conhecimento, devemos investigar como ele funciona sem inicialmente tentar prescrições. Devemos descrever como o conhecimento funciona do mesmo modo que descrevemos como o coração ou o pulmão funciona. Depois se passa à normatização, dizendo: “este é o funcionamento normal” ou “este é um funcionamento debilitado” de tal órgão.

Mas o naturalismo não é também a pedra de salvação para a epistemologia. Há nele muitos problemas. O mais grave é a acusação de que a descrição de como o conhecimento funciona é insuficiente para caracterizar o conhecimento. Para alguns, dizer o que é o conhecimento é uma tarefa que implica necessariamente em perguntar acerca da justificação de nossas crenças e não apenas sobre seu funcionamento.

Mesmo discordando de Quine em alguns pontos, a leitura e o exame detido do EN são imprescindíveis para uma compreensão adequada da epistemologia hoje. Foi essa análise que essa dissertação pretendeu realizar. Vamos resumir o caminho feito.

No primeiro capítulo, mostrei duas das teorias fundamentais para o desenvolvimento da epistemologia naturalizada: Hume e Carnap. Em Hume indiquei sua teoria da crença e sua resposta naturalista a uma dificuldade epistêmica. Em Carnap apresentei principalmente sua teoria da verificação dos enunciados.

No segundo capítulo, dividido em duas partes, examinei detidamente os argumentos de Quine a favor epistemologia naturalizada. Na primeira, apresentei as críticas de Quine à epistemologia tradicional. Seu argumento central passava por uma análise dos desenvolvimentos da epistemologia e como a partir deste foi necessário rever seriamente a idéia de “significado empírico”. Na segunda parte, indiquei que a epistemologia

naturalizada de Quine, que surgiu de uma reavaliação da idéia de significado, se estrutura com base em duas idéias: o naturalismo e o empirismo. O naturalismo apresenta uma nova visão do lugar da epistemologia, qual seja, como um capítulo das ciências naturais. Quanto ao empirismo, temos uma nova versão deste, tendo como enfoque uma abordagem da evidência do ponto de vista holista.

No terceiro capítulo, analisei algumas das críticas mais duras contra a posição de Quine, principalmente com relação ao problema da evidência (Davidson e Kim), e a incapacidade da epistemologia de Quine responder aos desafios da epistemologia clássica (Stroud, Bonjour). Apresentei também neste capítulo algumas respostas que Quine poderia dar a seus adversários.

Bibliografia

Bibliografia Primária sobre Quine:

1. QUINE, W.V.O. “Autobiography of W. V Quine.” In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur. (ED.) *The philosophy of W. V. Quine*. 2nd. ed. Chicago; La Salle: Open Court, 1998 (pg 03-48)
2. _____. “Empirical Content” In: *Theories and things*. Cambridge: Belknap : Harvard Univ., 1981. pgs 24-30
3. _____. “Epistemology Naturalized” In: *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969.
4. _____. “Five Milestones of Empiricism” In: *Theories and things*. Cambridge: Belknap : Harvard Univ., 1981. pgs 67-72
5. _____. *From Stimulus to Science*. Harvard University Press – Cambridge, Massachusetts/London, England. 1995
6. _____. “In Praise of Observation Sentences.” *The Journal of Philosophy*, Vol. 90, No. 3 (Mar., 1993), 107-1 16.
7. _____. “Natural Kinds”. In: *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969.
8. _____. “Naturalism; or Living Within One’s Means”. *Dialectica*. Vol. 49, Nº 2-4. 1995, pgs 251-262
9. _____. “Ontological Relativity”. *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969.
10. _____. *Pursuit of Truth: Revised Edition*. Harvard University Press – Cambridge, Massachusetts/London, England. 1992

11. _____. "Reply to Morton White". In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur. (ED.) *The philosophy of W. V. Quine*. 2nd. ed. Chicago; La Salle: Open Court, 1998
12. _____. "The nature of Natural Knowledge" In: *Mind and Language*. GUTTENPLAN, Samuel (ed). Wolfson College. 1974. Claredon University Press. 1975
13. _____. *The Roots of Reference*. La Salle: Open Court, 1973
14. _____. "Three Indeterminations" In: *Perspectives on Quine*. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990. (pgs 1-16)
15. _____. "Two Dogmas of Empiricism". IN: *From a logical point of view*. 2nd ed. rev. Cambridge: Harvard University Press, 1980. pgs. 20-46
16. _____. *The Web of Belief*. 2nd ed. New York: McGraw-Hill, 1978
17. _____. *Word and Object*. USA: The Mit Press. 1960

Traduções de Quine Utilizadas

1. QUINE, W.V.O. "Dois Dogmas do Empirismo". Tradução de Marcelo Lima. São Paulo: Abril Cultural, 1975. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção os Pensadores)
2. _____. "Epistemologia Naturalizada". Tradução de Andréa Loparié. São Paulo: Abril Cultural, 1975. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção os Pensadores)
3. _____. "Espécies Naturais". Tradução de Andréa Loparié. São Paulo: Abril Cultural, 1975. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção os Pensadores)
4. _____. "Relatividade Ontológica". Tradução de Oswaldo Porchat. São Paulo: Abril Cultural, 1975. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção os Pensadores)

Bibliografia Secundária

1. AYER, Alfred. "Editor's Introduction" In: Ayer, A. (ed). *Logical Positivism*. Free Press. New York. 1959
2. BERGSTRÖM, Lars. "Quine on Underdetermination" In: *Perspectives on Quine*. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990. pgs 38-52
3. BONJOUR, L. "A Defense of Pure Reason". Cambridge University Press. 1998
4. _____. "Contra a Epistemologia Naturalizada". In: ABRANTES; ÉVORA. (org.). *Caderno de História e Filosofia da Ciência Naturalismo filosófico – Naturalismo Filosófico*. São Paulo: Unicamp, Julho-Dezembro. 1998.
5. BRAHAMI, Frederic. *Le travail du scepticisme: Montaigne, Bayle, Hume*. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
6. CARNAP, Rudolf. *Der logische Aufbau der Welt*. Hamburg: Felix Meiner, 1961
7. _____. "Empirismo, Semântica e Ontologia". In: São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção os Pensadores) (pgs.119-134)
8. _____. "Psychology in Physical Language" n: Ayer, A. (ed). *Logical Positivism*. Free Press. New York. 1959 (pgs. 165-198)
9. _____. "Testabilidade e Significado" In: São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção os Pensadores) (pgs.177-226)
10. _____. *The logical syntax of language*. London: Routledge & Kegan Paul, 1971
11. _____. "The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis of Language" In: Ayer, A. (ed). *Logical Positivism*. Free Press. New York. 1959 (pgs. 60-81)
12. _____. "The Old and the New Logic.". In: Ayer, A. (ed). *Logical Positivism*. Free Press. New York. 1959 (pgs. 133-145)
13. CREATH, Richard. "Carnap". Verbete IN: *Routledge Encyclopedia of Philosophy*.

14. DAVIDSON, Donald. *Inquires into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon, 2004
15. _____. "A coherence theory of truth and knowledge" In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford. 2001
16. _____. Pursuit of Concept of Truth. In: LEONARDI; SANTAMBROGIO (org.). *On Quine - New Essays*. S.I.: Cambridge University Press, 1995. p. 7-22.
17. DESCARTES, Rene. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
18. _____. *Meditações Sobre Filosofia Primeira*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
19. GETTIER, Edmund. "Is justified true belief knowledge". *Analysis* 23,1963, p.121-3.
Republicado IN: *Knowledge: Readings in Contemporary Epistemology*. DRETSKE & BERNECKER (Ed.). Oxford: Oxford University Press. 2001
20. GOCHET, Paul. *Quine en perspective: essai de philosophie comparee*. Paris: Flammarion, 1978.
21. FODOR, Jerry. *Psychosemantics: the problem of meaning in the philosophy of mind*. Cambridge, Mass.: MIT, 1988,
22. _____. "The Dogma that Didn't Bark (A Fragment of a Naturalized Epistemology)" In: KORNBLITH (org.). *Naturalizing Epistemology*. Second Edition. England: The Mit Press. Pgs.191-216
23. FRAASSEN, Bas C. Van. "Against Naturalized Epistemology". In: *On Quine - New Essays*. S.I.: Cambridge University Press, 1995. p. 68-88.
24. FOGELIN, Robert J. *Pyrrhonian reflections on knowledge and justification*. New York: Oxford University Press, 1994.
25. GIBSON, Roger. *Philosophy of W.V. Quine: An Expository Essay*. Florida: University Press of Florida, 1996.

26. _____. Quine and Davidson: Two Naturalized Epistemology. *Language, Mind and Epistemology*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1994. p. 79-95
27. _____. Quine on Naturalizing Epistemology. In: LEONARDI; SANTAMBROGIO (org.). *On Quine - New Essays*. S.I.: Cambridge University Press, 1995. p. 89-103.
28. GOLDMAN, Alvin. "Epistemic Folkways and Scientific Epistemology". In: KORNBLITH (org.). *Naturalizing Epistemology*. Second Edition. England: The Mit Press. Pgs.291-316
29. _____. "What is Justified Belief". In: KORNBLITH (org.). *Naturalizing Epistemology*. Second Edition. England: The Mit Press. Pgs.105-130
30. _____. "Epistemologia Naturalista e Confiablismo" In: ABRANTES; ÉVORA. (org.). *Caderno de História e Filosofia da Ciência Naturalismo filosófico – Naturalismo Filosófico*. São Paulo: Unicamp, Julho-Dezembro. 1998.
31. HAACK, Susan. *Evidence and inquiry: towards reconstruction in epistemology*. Oxford: Blackwell, 1995.
32. _____. "Rebuilding the ship while Sailing on the Water" In: Perspectives on Quine. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990. pgs 11-1127
33. HENRI, Lauer. "Holism and Naturalized Epistemology Confronted with the Problema of Truth". In: *Perspectives on Quine*. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990.
34. HOOKWAY, C. Quine. *Language, Experience and Reality*. Cambridge: Polity Press, 1988.
35. HOUKES, Wybo (2002). "Normativity in Quine's Naturalism: The Technology of Truth-Seeking?", *Journal for General Philosophy of Science*, 33, pp.251-267.

36. HUME, David. *Enquiry Concerning Human Understanding*. Edition: La Selby-Bigge, Ma. Oxford.1964
37. _____. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. Tradução Anoar Aiex. Edição Os Pensadores, 1996.
38. _____. *Treatise of Human Nature*. Edition: La Sellby-Bigge, Ma. Oxford: Oxford University Press.1964
39. _____. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução de Déborah Danowski. Editora, UNESP. 2003
40. JECH, Thomas, “Basic Set Theory” IN: <http://plato.stanford.edu/entries/set-theory/primer.html>
41. _____. “Set Theory” IN: <http://plato.stanford.edu/entries/set-theory/>
42. _____. “Zermelo-Fraenkel Set Theory”. IN: <http://plato.stanford.edu/entries/set-theory/ZF.html>
43. KIM, Jaegwon. What is “Naturalized Epistemology” In: KORNBLITH (org.). *Naturalizing Epistemology*. Second Edition. England: The Mit Press. 1999. p. 33-55
44. KITCHER, Philip. “O Retorno dos Naturalistas” In: ABRANTES; ÉVORA. (org.). *Caderno de História e Filosofia da Ciência Naturalismo filosófico – Naturalismo Filosófico* . São Paulo: Unicamp, Julho-Dezembro. 1998.
45. KOPPELBERG, Dirk. “Why and How to Naturalize Epistemology”. In: *Perspective on Quine*. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990.
46. KORNBLITH, Hilary. “Naturalizing Epistemology”. In: KORNBLITH (org.). *Naturalizing Epistemology*. Second Edition. England: The Mit Press. 1999. p. 1-15

47. _____. “Naturalismo: Metafísico e Epistemológico” In: ABRANTES; ÉVORA. (org.). *Caderno de História e Filosofia da Ciência Naturalismo filosófico – Naturalismo Filosófico*. São Paulo: Unicamp, Julho-Dezembro. 1998.
48. LAUENER, Henri. “Holism and Naturalized Epistemology Confronted with the Problem of Truth” In: *Perspectives on Quine*. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990. pgs 213-228
49. LUPER, Steven. “Naturalized epistemology.” Verbete IN: *Routledge Encyclopedia of Philosophy*
50. MARIAN, Thalos. "Two Dogmas of Naturalized Epistemology". In: *Dialectica*. Vol 53, nº 2, 1999, pgs 111-138
51. MCCULLOCH, GREGORY (1999). "From Quine to the Epistemological Real Distinction", *European Journal of Philosophy*, 7, pp.30-46.
52. MEEKER, Kevin. Hume: Radical Sceptic or Naturalized Epistemology? *Hume Studies*. Vol. 24, n. 1, p. 51- 32 April 1998
53. MILLIKAN, Ruth. “Naturalist Reflections on Knowledge” *White Queen psychology and other essays for Alice* Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995
54. MIRANDA, Sérgio Ricardo Neves. Epistemologia Naturalizada: uma petição de princípio? *Síntese – Revista de Filosofia*. Vol.30 n. 96, p.53-64, 2003.
55. MODÉE, Johan. “Observation Sentences and Joint Attention”. *Synthese* 124: 221–238, 2000.
56. MONTEIRO, João Paulo. “Indução e Hipótese na Filosofia de Hume” IN: *Hume e a Epistemologia*. [Lisboa]: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, [1984]
57. PARSON, Charles. *Genetic Explanation in The Roots of Reference*. In: *Perspective on Quine*. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990.

58. RODRÍGUEZ-ALCÁZAR, Javier. "Naturalized Epistemology and the is/out Gap" In: *Dialectica*. Vol 50, nº 2, 1996, pgs 137-152
59. ORENSTEIN, Alex. "Quine" In: *Verbete IN: Routledge Encyclopedia of Philosophy*.
60. ROTH, Paul. "The Epistemology of "Epistemology Naturalized"". In: *Dialectica*. Vol 53, nº 2, 1999, pgs 87-109
61. STEIN, Sofia. "Aspectos Convencionalistas da Filosofia de Willard Quine" IN: <http://www.cfh.ufsc.br/%7Eprincipi/p712-10.pdf>
62. SOSA, E.. "Beyond scepticism, to the best of our knowledge". *Mind* 97: 153-88. 1988.
63. STICH, Paul. A Pragmatic Account of Cognitive Evaluation. In: KORNBLITH (org.). *Naturalizing Epistemology*. Second Edition. England: The Mit Press. 1999. p. 93-126
64. STROLL, Avrum. "Quine and Popper". In: POPKIN, R. *The Columbia history of Western philosophy*. New York: Columbia University Press, c1999
65. _____. *Sketches of Landscapes: Philosophy By Example*. Mit Press, 1998.
66. _____. "Transcendentalism or Naturalism: The Only Alternatives?"
67. SMITH, Plinio. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, c1995.
68. STROUD, Barry. "Quine's Physicalism" In: *Perspectives on Quine*. Editors: GIBSON, R. BARRET, R. Cambridge: Basil Blackwell. 1990. pgs 321-333
69. _____. *The Significance of Philosophical Scepticism*. Clarendon Press. Oxford. 1984
70. _____. "Quine on Exile and Acquiescence" In: *On Quine – New Essays*. Editors: LEONARDI, P., SANTAMBROGIO, M. Cambridge University Press. 1995
71. VAN-DEN-HOVEN, PAUL "The Dilemma of Normativity: How to Interpret a Rational Reconstruction?", *Argumentation*, 11, pp.411-417. 1997

